

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO SOCIAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO SOCIAL



JAQUELINE PAGUNG RIBEIRO

**AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CORUMBÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.**

CORUMBÁ (MS)

2024

JAQUELINE PAGUNG RIBEIRO

**AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CORUMBÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal, como requisito parcial para qualificação do Projeto de Estudo.

Área de Concentração: Educação Social.

Linha de pesquisa: Políticas, práticas educacionais e exclusão/inclusão social.

Orientadora: Cláudia Araújo de Lima.

CORUMBÁ-MS

2024

JAQUELINE PAGUNG RIBEIRO

**AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CORUMBÁ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de concentração em Educação Social, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre sob orientação da Profa. Dra. Claudia Araujo de Lima.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Claudia Araujo de Lima
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Profa. Dra. Beatriz Rosalia Gomes Xavier Flandoli
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. Fabiano Quadros Ruckert
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Prof. Dr. José Carlos da Silva Cardozo
Universidade Federal do Rio Grande – UFRG

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão a Deus, por me dar saúde, sabedoria e paciência para concluir esta jornada. À minha família, pelo amor incondicional, apoio e compreensão nos momentos mais desafiadores desta caminhada.

Um agradecimento especial à minha orientadora, pelo suporte acadêmico, paciência e orientação precisa. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela amizade, apoio e momentos compartilhados durante esta etapa da minha vida. A troca de experiências e o incentivo mútuo foram peças chave para superar os desafios encontrados no caminho.

À universidade e a todos os professores, pelo ambiente de aprendizado enriquecedor e pela oportunidade de desenvolver habilidades e conhecimentos que serão levados por toda a vida.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento. Cada palavra de incentivo, cada gesto de apoio, foi essencial para tornar possível essa conquista.

Obrigada!

RESUMO: A presente pesquisa aborda como tema central as políticas públicas sobre drogas nas escolas municipais urbanas da cidade de Corumbá-MS. Em relação à sua metodologia, esta se caracteriza pela análise de documentos e por ser uma pesquisa qualitativa e quantitativa, cuja coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado. Este questionário visava investigar o contato, ou a falta dele, de alunos do 5º ao 9º ano de 14 escolas urbanas do município de Corumbá com as drogas, para avaliar quais políticas públicas estão sendo implementadas sobre este tema. O referencial teórico abrange temas que vão desde a socialização primária versus socialização secundária, as escolas e sua evolução temporal e interação familiar, até uma breve história sobre o trajeto das drogas no mundo até chegar à nossa cidade. A escolha por este referencial teórico permite compreender as mudanças na sociedade e o papel desenvolvido pela instituição escolar ao longo dos anos, além de definir o que lhe cabe nos dias atuais. Os resultados foram analisados a partir das respostas dos alunos ao questionário do programa de Práticas de Ações Educacionais da Secretaria Municipal de Educação. Com este questionário, foi possível avaliar o comportamento dos alunos em relação às drogas e entender em que medida a família, ou a ausência dela, contribui para o crescente número de jovens iniciando o consumo de drogas, bem como a influência deste contato na projeção de futuro deles. De fato, pode-se afirmar que a pesquisa revelou a triste realidade de que não existe, no município, uma política pública coesa e eficiente capaz de reverter essa situação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Prevenção às Drogas. Educação Municipal.

ABSTRACT: The current research focuses on the central theme of public policies on drugs in urban municipal schools in the city of Corumbá-MS. Regarding its methodology, it is characterized by document analysis and by being a qualitative and quantitative research, whose data collection was carried out through a structured questionnaire. This questionnaire aimed to investigate the contact, or lack thereof, of students from 5th to 9th grade of 14 urban schools in the municipality of Corumbá with drugs, to assess which public policies are being implemented on this topic. The theoretical framework covers topics ranging from primary versus secondary socialization, schools and their temporal evolution and family interaction, to a brief history of the drug route in the world until reaching our city. Choosing this theoretical framework allows understanding the changes in society and the role developed by the school institution over the years, in addition to defining what it is responsible for today. The results were analyzed based on the students' responses to the questionnaire from the Educational Action Practices program of the Municipal Education Department. With this questionnaire, it was possible to assess the behavior of students in relation to drugs and understand to what extent the family, or its absence, contributes to the increasing number of young people starting drug use, as well as how this contact influences their future projection. Indeed, it can be stated that the research revealed the sad reality that there is no cohesive and efficient public policy in the municipality capable of reversing this situation.

Keywords: Public Policies. Drug Prevention. Municipal Education

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tráfico de Drogas	61
Figura 2 - Ato Infracional.....	62
Figura 3 - Vias de Fato	62
Figura 4 - Furto.....	63
Figura 5 - Porte de Drogas.....	63
Figura 6 - Homicídio	64
Figura 7 - Atos Indisciplinados	65
Figura 8 - Gráficos da Escola da 1	71
Figura 9 - Gráficos da Escola 2	72
Figura 10 - Gráficos da Escola 3	73
Figura 11 - Gráficos da Escola 4	74
Figura 12 - Gráficos da Escola 5	75
Figura 13 - Gráficos da Escola 6	76
Figura 14 - Gráficos da Escola 7	77
Figura 15 - Gráficos da Escola 8	78
Figura 16 - Gráficos da Escola 9	79
Figura 17 - Gráficos da Escola 10	80
Figura 18 - Gráficos da Escola 11	81
Figura 19 - Resultados Gerais das Escolas 1/5.....	82
Figura 20 - Resultados Gerais das Escolas 2/5.....	83
Figura 21 - Resultados Gerais das Escolas 3/5.....	84
Figura 22 - Resultados Gerais das Escolas 4/5.....	85
Figura 23 - Resultados Gerais das Escolas 5/5.....	86
Figura 24 - Ocorrência por tipo: Estupro.....	88
Figura 25 - Ocorrência por tipo: Arma de Fogo	88
Figura 26 - Drogas por peso: Apreensão de maconha.....	88
Figura 27 - Ocorrência por tipo: Homicídio doloso	89
Figura 28 - Ocorrência por tipo: Tentativa de homicídio	89
Figura 29 - Ocorrência por tipo: Apreensão de cocaína.....	89
Figura 30 - Ocorrência por tipo: Suicídio.....	90
Figura 31 - Ocorrência por tipo: Roubo	90
Figura 32 - Ocorrência por tipo: Furto	90
Figura 33 - Ocorrência por tipo: Apreensão de maconha.....	91
Figura 34 - Violência doméstica.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados coletados nos livros de ocorrência dos anos de 2016 e 2017	65
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA.....	16
3. OBJETIVOS.....	19
3.1 OBJETIVO GERAL.....	19
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	19
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS CIENTÍFICOS	20
5. ESCOLA EM SUA LINHA DO TEMPO E A RELAÇÃO FAMILIAR.....	22
6. DA INFÂNCIA À JUVENTUDE: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO	33
6.1 EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA INFÂNCIA: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI.....	33
6.2 JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA: CONCEPÇÕES, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	36
6.3 ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS	38
7. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS (NO MUNDO, NO BRASIL, EM MATO GROSSO DO SUL E EM CORUMBÁ)	41
8. DROGAS: REFLEXÃO SOBRE O FRACASSO SOCIAL E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE.....	53
9. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO.....	59
10. AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CORUMBÁ E OS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AS DROGAS	64
10.1 O PROGRAMA P.A.E/M.A.E.....	66
10.2 PROERD	67
10.3 COMAD – CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS	68
11. ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO COTIDIANO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ- MS	69
12. DADOS DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.	87
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
14. REFERÊNCIAS	94

1. INTRODUÇÃO

Segundo LELR (2010), a adolescência, fase compreendida entre 10 e 19 anos, é o momento em que há a construção de sistemas e teorias, e no sujeito a necessidade de se integrar em um mundo diferente, buscando identificações exteriores. Constitui um período de dúvidas, conflitos, mudanças, descobertas e de transformações significativas no corpo, o que implica alterações na personalidade e na forma de lidar com o outro e com a sociedade, em especial com a família, uma instituição que exerce influência significativa durante todo o processo de desenvolvimento do indivíduo.

E é neste contexto que esta pesquisa se baseia: na relação que crianças e adolescentes apresentam a respeito do uso/contato com as drogas nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Corumbá-MS, através da Secretaria Municipal de Educação, por meio do Programa de Práticas de Ações Educacionais/Manutenção do Ambiente Escolar - P.A.E/M.A.E.

A socialização é vista pelos sociólogos como o processo pelo qual a cultura é instilada nos membros da sociedade e, através dela, a cultura é transmitida de geração em geração. Os indivíduos aprendem conhecimentos específicos, desenvolvem seu potencial e habilidades necessárias para uma participação adequada na vida social e adaptam-se às formas de comportamento organizado, características de sua sociedade. É feita uma distinção entre uma socialização ampla e uma socialização estreita. Nessa perspectiva, a ampla socialização leva a uma ampla gama de diferenças individuais. Pelo contrário, a socialização estreita implica pouca variabilidade nas diferenças individuais, como quando os indivíduos são pressionados a se adaptar a um determinado padrão cultural.

Segundo Strey (2002), a principal instituição onde a socialização primária é ensinada é a família. Nela, o indivíduo aprende os conceitos básicos de convivência e também valores como amor, confiança, respeito e honestidade. O tipo de relacionamento que se desenvolve nos primeiros anos geralmente determina o desenvolvimento das características sociais do indivíduo. A família constitui um dos principais agentes da socialização, na medida em que pais e filhos funcionam como um sistema biopsicossocial que visa garantir as demandas sociais de formar uma família, dada a necessidade humana de se relacionar com os outros, o que, no caso de pais para filhos, implica a necessidade de proteger, nutrir e expressar afeto.

O processo de socialização tem sido um dos principais objetos de estudo das ciências sociais ao longo do século XX, a partir de diferentes abordagens conceituais e metodológicas. Para Strey

(2002), a socialização não deve ser confundida com um processo único e identificável que possa ser empiricamente documentado, verificado e refutado. Nesse sentido, entendemos isso como um programa de pesquisa progressiva que envolve interesses interdisciplinares no domínio das ciências humanas, psicológicas e sociais.

Diferentes autores, como Savoia (1989) e Pisani (1996), definem socialização, em termos gerais, como o processo no qual os indivíduos incorporam normas, papéis, valores, atitudes e crenças, com base no contexto sócio-histórico em que são inseridos por vários agentes de socialização, como mídia, família, grupos de pares e instituições educacionais, religiosas e recreativas, entre outros.

A família constitui um dos principais agentes da socialização, na medida em que pais e filhos funcionam como um sistema biopsicossocial que visa garantir as demandas sociais de formar uma família, dada a necessidade humana de se relacionar com os outros. No caso de pais para filhos, isso implica a necessidade de proteger, nutrir e expressar afeto.

Marques (2002) destaca a importância de que as práticas familiares refletem e transmitem os valores presentes e disponíveis na cultura. Os pais não se limitam a criar suas práticas parentais do "zero", mas reproduzem o papel social de "serem pais" a partir de suas próprias experiências de socialização. No entanto, a cultura pode dar aos pais maiores ou menores liberdades para variar os padrões de comportamento, atitudes e valores que transmitem, de acordo com uma socialização mais "estreita" ou "ampla".

No campo das ciências sociais, o termo socialização apresenta dois significados diferentes: o primeiro refere-se ao processo de formação e organização de grupos sociais nos quais fatores políticos, econômicos, simbólicos e culturais estão envolvidos, enquanto o segundo geralmente se concentra no indivíduo e se refere ao processo pelo qual os valores, atitudes e crenças de uma determinada sociedade são adquiridos, envolvendo processos intrapsíquicos e a relação entre o indivíduo e o grupo.

É um processo de influência entre uma pessoa e seus pares, um processo que resulta da aceitação de padrões de comportamento social e da sua adaptação. Esse desenvolvimento é observado não apenas nos diferentes estágios entre a infância e a velhice, mas também nas pessoas que mudam de uma cultura para outra, de um status social para outro, ou de uma ocupação para outra.

Segundo Strey (2002), a socialização pode ser descrita de dois pontos de vista: objetivamente, como a influência que a sociedade exerce sobre o indivíduo, sendo um processo que molda o sujeito e o adapta às condições de uma determinada sociedade; e subjetivamente, como a resposta ou reação do indivíduo à sociedade.

De acordo com a autora, a socialização é dividida em primária e secundária. A primária é a primeira pela qual o indivíduo passa na infância e se torna membro da sociedade. Ocorre nos primeiros anos de vida e refere-se ao núcleo familiar. É caracterizada por uma forte carga emocional e depende da capacidade de aprendizagem da criança, que varia ao longo de seu desenvolvimento psicoevolutivo.

Strey (2002) conceitua que o indivíduo se torna aquilo que o outro significativo considera (são os adultos que estabelecem as regras do jogo, pois a criança não intervém na eleição de seus outros significativos, identificando-se com eles quase automaticamente), sem causar problemas de identificação. A socialização primária termina quando o conceito de outro generalizado é estabelecido na consciência do indivíduo. Nesse ponto, o sujeito já é um membro efetivo da sociedade e está em uma posição subjetiva de um eu e um mundo.

Strey (2002) frisa que a socialização secundária é qualquer processo subsequente que induz o indivíduo já socializado a novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. Trata-se da internalização de submundos (realidades parciais que contrastam com o mundo básico adquirido na socialização primária), sejam eles institucionais ou não. O indivíduo descobre que o mundo de seus pais não é o único.

A carga afetiva é substituída por técnicas pedagógicas que facilitam a aprendizagem. Essa fase é caracterizada pela divisão social do trabalho e pela distribuição social do conhecimento. Os relacionamentos são estabelecidos por hierarquia.

Segundo Strey (2002) são propostos três tipos de objetivos de socialização, sendo eles o controle de impulsos, a preparação para ocupar papéis sociais e a internalização de significado.

Para a autora, o controle dos impulsos, a capacidade de autorregulação e o adiamento da gratificação são adquiridos na infância. Um segundo objetivo da socialização é a preparação para o desempenho nos diferentes papéis sociais, de acordo com a classe social, raça ou grupo étnico do indivíduo. Esses papéis também variam de acordo com a faixa etária do indivíduo: para crianças, incluem papéis familiares, de gênero e de grupos de pares; para adolescentes e jovens, incluem

papéis de casal e de trabalho; para adultos, incluem papéis de pais, bem como outros papéis sociais, como divorciados, desempregados e aposentados.

De acordo com Strey (2002), o terceiro objetivo da socialização é o desenvolvimento de fontes de significado, como a religião, a pertença a grupos étnicos nacionais e a seleção de objetivos de desenvolvimento pessoal. Todos os indivíduos desenvolvem alguma fonte de significado que fornece uma estrutura de sentido. Esses objetivos são modulados pelo tipo de cultura em que são realizados.

Assim, é feita uma distinção entre uma socialização ampla e uma socialização estreita. Culturas caracterizadas por uma socialização ampla promovem individualismo, independência e autoexpressão, por meio de diferentes agentes de socialização, como grupos familiares e de pares, entre outros. Em contraste, culturas caracterizadas por uma socialização estreita tendem mais à obediência e conformidade, desencorajando o desvio do comportamento considerado normal.

Para Pisani (1996), a socialização primária é o período da vida do indivíduo no qual ele tem o primeiro contato com seu ambiente. Durante esse estágio, as pessoas criam e constroem a partir do que aprenderam no contato externo dos primeiros anos de vida. Por outro lado, a socialização secundária refere-se ao estágio da vida do ser em que ele aprende a agir na sociedade. Tendo o conhecimento básico adquirido na socialização primária, nesta fase o indivíduo aprende como se comportar e quais ações deve tomar em resposta.

Segundo Myers (2000), é necessário que os agentes de socialização respondam adequadamente ou com sensibilidade às solicitações de uma criança. O resultado é a boa vontade da criança em cumprir as diretrizes do agente de socialização.

Assim, a capacidade de resposta mútua e os bons momentos compartilhados preveem a cooperação voluntária nos anos pré-escolares e em crianças pequenas, bem como manifestações de consciência no final da infância. Pais e filhos nem sempre funcionam em uma aura de reciprocidade mútua, e seus objetivos podem diferir, principalmente quando as crianças começam a ganhar autonomia progressiva.

De acordo com Myers (2000), atualmente, dois estilos relevantes para o domínio de controle são reconhecidos. O primeiro é o controle autoritário, caracterizado pela incapacidade de compartilhar o poder de decisão com os filhos, bem como pela suposição da infalibilidade dos pais, o que resulta na impossibilidade de diálogo. O segundo, com mais sucesso como um estilo de

socialização, é o controle autoritativo, caracterizado pelo requisito de que as crianças cumpram as diretrizes dos pais, mas em um contexto de sensibilidade às necessidades e desejos de seus filhos.

A aprendizagem guiada implica um raciocínio dentro da zona de desenvolvimento proximal da criança, facilitando a aprendizagem, pois permite que pais e filhos alcancem um entendimento comum da tarefa, incentivando a ação autônoma da criança.

Myers (2000) descreve que a família, como parte do processo de socialização, incentiva a criança a participar de rotinas, gerenciando o ambiente de seus filhos para que sejam expostas às influências que consideram apropriadas. Embora muitas vezes se pense que, no processo de socialização, apenas os pais tenham influência sobre seus filhos, foi sugerido que essa relação possa ser estudada como uma dialética ou bidirecional entre os dois. Nesse sentido, a socialização não é um processo unidirecional, pois as crianças são agentes ativos no processo.

Segundo Myers (2000), essas novas abordagens enfocam os mecanismos de influência mútua entre pais e filhos, resultando em um relacionamento complexo que envolve cooperação e confronto. Assim, essas abordagens criticam a suposição de que, na socialização, os pais têm um efeito causal direto e imediato em seus filhos, propondo que essa influência seja estudada como mediada pelo próprio relacionamento. Dessa forma, os filhos limitam a influência dos pais, distorcendo, algumas vezes, certos mandatos ou rejeitando-os ativamente.

Para Myers (2000), a outra instituição consolidada em todo o mundo e que exerce uma influência decisiva na socialização primária é a escola. A educação representa uma influência importante no processo de socialização, embora suas características e graus de influência particulares possam variar de acordo com cada sociedade e cultura.

No âmbito de uma socialização "estreita", os estudantes se encontram mais pressionados pela obediência aos professores e pela conformidade com os padrões acadêmicos, enquanto culturas com socialização "ampla" geralmente promovem comportamentos individualistas e prestam mais atenção ao desenvolvimento de cada aluno, em vez de pensar na classe como um todo. O sistema educacional visa tanto à formação acadêmica, focada no conteúdo curricular, quanto à formação informal, típica da aprendizagem do conhecimento social.

Por exemplo, para ter um bom desempenho na escola, é necessário adquirir habilidades específicas, como a capacidade de coordenar os próprios objetivos com os dos outros, regular o comportamento para se complementar e adiar determinados benefícios para cumprir as tarefas

propostas. Além disso, lidar com professores é mais distante do que lidar com familiares ou colegas em geral.

A estrutura física e administrativa das escolas, o financiamento e o número de alunos em relação aos professores explicam apenas uma pequena parte da variação em termos de resultados em relação às variáveis não escolares, como a família. A crença dos alunos de que sua escola é receptiva e que lida bem com a comunidade prediz, em adolescentes, uma menor incidência de conflitos com a lei, mesmo quando se controlam algumas diferenças entre estabelecimentos escolares, como grau de financiamento ou classe social à qual pertence a comunidade que estuda.

Para Myers (2000), a socialização no grupo de pares se torna mais restritiva na juventude e na idade adulta, mesmo em sociedades caracterizadas por uma socialização "ampla". Na infância e adolescência, certos períodos de desafio à autoridade e às normas impostas pelos adultos são tolerados e aceitos. No entanto, quando as pessoas se tornam adultas, espera-se que elas cumpram as normas de sua cultura e, subsequentemente, as transmitam a crianças e adolescentes.

Na adolescência, os grupos de pares geralmente têm uma estrutura hierárquica, de modo que membros de status mais elevado tendem a ser mais influentes do que seus pares. À medida que o status social implica benefícios sociais e materiais, os membros do grupo tentam assimilar os comportamentos daqueles que estão no topo de uma estrutura hierárquica.

Segundo Myers (2000), outros meios de socialização têm efeitos diversos e variados nas diferentes fases da vida de uma pessoa. Como o aprendizado social é um processo contínuo em todas as faixas etárias, a pessoa é constantemente contida em alguns de seus impulsos e estimulada em outros. Falhas e satisfações, esforços e reajustes, todos são experiências que ajudam a aprender. A mãe, que explica as diferentes maneiras pelas quais seus diversos filhos passaram pelas fases do crescimento, indiretamente afirma que ela mesma não aprendeu muito com essas experiências.

Todos os grupos e associações de adultos, nos negócios e nas profissões, no recreio, na política e na religião, influenciam continuamente a mudança e o desenvolvimento da pessoa social. A mídia moderna, como filmes, televisão, rádios, livros de histórias e grandes revistas ilustradas, influencia a formação do comportamento social mais do que a maioria das pessoas imagina. Pais e educadores que se preocupam com o impacto que esses agentes causam nas crianças normalmente não percebem que eles mesmos seguem os exemplos e sugestões e coletam as opiniões e atitudes que esses meios lhes apresentam. Eles estão se socializando subconscientemente.

Myers (2000) afirma que a socialização secundária geralmente está localizada no período de transição da adolescência para a idade adulta. Os valores adquiridos em casa sofrem uma transformação, pois o indivíduo precisa se relacionar com diferentes campos, como o acadêmico ou o profissional, de um ponto de vista autônomo e sem a proteção da família.

Segundo a autora, o objetivo é dar ao indivíduo uma visão diferente da realidade, na qual não é mais a visão de seus pares ou parentes que tem preeminência, mas a de vários agentes socializadores que ampliam seus conhecimentos. São os relacionamentos com pessoas além do vínculo familiar. Isso começa quando a infância do indivíduo termina. Amigos e professores são exemplos dos agentes socializadores dessa etapa, que serão desenvolvidos por um período maior que o da socialização primária.

Na visão de Durkheim (2013), a escola tem como um de seus principais objetivos facilitar a integração socioeconômica, a participação social, a integração cultural e normativa. Nesse sentido, a escola tem o objetivo de contribuir para o aprendizado e a aquisição das habilidades necessárias para assumir responsabilidades, adaptar-se aos objetivos do grupo, comportar-se de maneira pró-social e cooperativa com os pares, desenvolver-se academicamente em áreas de interesse para o desempenho eventual em uma função trabalhista e adquirir certos valores socialmente esperados para o exercício da cidadania.

De acordo com Martino (2015), a mídia também desempenha um grande papel, visto que uma criança ou adolescente pode ser atraído e persuadido pelo conteúdo que emite. Essas mídias incluem a "mídia audiovisual", como a televisão, vídeo, cinema e música, independentemente da mídia física (CD, formatos eletrônicos, cassetes), e as "novas mídias": computadores, videogames e internet. Essa distinção implica diferentes usos e habilidades, sendo a segunda parte do mundo "interativo". Essas mídias possuem influência na socialização do indivíduo, visto que irão influenciar costumes, ações, pensamentos e valores.

Essa situação tem um claro efeito socializador, considerando que boa parte da construção social da realidade é determinada pela mídia de massa. Esses meios de comunicação, particularmente a televisão, fornecem uma imagem do mundo, criando um mapa da realidade que é de suma importância para o comportamento social. É enfatizado que o usuário decide usar a mídia ou não, selecionar qual mídia usar, qual programa assistir, etc. As preferências nessas decisões ou seleções são fortemente determinadas pelos valores, crenças e atitudes formadas por outras agências de socialização, particularmente a família.

2. JUSTIFICATIVA

Partindo do pressuposto de que a prevenção ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas tem sido o caminho mais adequado para orientar as crianças e os adolescentes sobre esse problema social, que se apresenta de maneira devastadora em nossa sociedade, causando desequilíbrio na estrutura familiar e levando as pessoas à dependência química, chegando a um estágio de descontrole sobre a própria vida, o Conselho Municipal Antidrogas (COMAD) busca, juntamente com as parcerias da rede de proteção, colocar em prática e efetivar os objetivos que lhe competem através das diretrizes expostas na Lei nº 2.647, de 16 de outubro de 2018, mais precisamente em seu artigo 5º, onde assegura em seus incisos:

[...] V - Promover integração com o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD) e com o Conselho Estadual Antidrogas); VII - Promover palestras sobre o uso de substâncias psicoativas e seus efeitos no indivíduo e na sociedade);
 [...] X - Estimular a capacitação técnica e teórica-científica dos membros do COMAD, bem como do pessoal técnico e voluntários na formação de agentes multiplicadores, através de cursos, congressos, encontros e outros eventos;
 XI - Definir estratégias, elaborar planos, políticas e/ou programas e procedimentos para alcançar as metas e propostas na política municipal sobre drogas e acompanhar a execução dessa política; e XIII - Atuar em parceria com outros órgãos municipais nos assuntos referentes às drogas e firmar convênios, acordos e quaisquer ajustes de cooperação técnica. (Mato Grosso do Sul, 2018, p. 01).

É possível observar nessas regras a evidência do direcionamento das ações educativas que buscam promover a prevenção, integração, estratégia, política e parceria com órgãos competentes para ações colaborativas e cooperativas, formando assim uma rede de proteção. Essa rede de proteção é uma tentativa de viabilizar atividades mais significativas, na busca por resultados que permitam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, reduzam a demanda de atendimentos e tratamentos para a dependência de substâncias psicoativas pela população jovem e adulta do município.

Vale salientar que o município de Corumbá está localizado numa região de fronteira com a Bolívia (país vizinho) e, apesar de oferecer ações conjuntas e operacionais de segurança pública para impedir tanto a entrada de substâncias psicoativas quanto o tráfico de armas, ainda apresenta um número de apreensões de drogas a nível estadual (Mato Grosso do Sul) com alto índice em relação às demais regiões do país (Prefeitura de Corumbá, 2018).

Segundo a Prefeitura de Corumbá (2018), observa-se que, após a instalação do radar do espaço aéreo pelo governo estadual com o apoio do governo federal em algumas cidades de fronteira, esse número de apreensões aumentou consideravelmente, principalmente neste período de pandemia. Isso ocorre porque o radar funciona para coibir o tráfico de drogas e armas,

intensificando o trabalho de segurança pública. Além disso, visa fortalecer a estrutura da segurança pública na região, uma vez que essa ação tem por objetivo ampliar a rede de vigilância do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento desta pesquisa, que irá investigar se as normativas da lei, elaborada com base nas diretrizes da Política Nacional sobre Drogas (2006), e as orientações da rede de proteção que engloba várias áreas do conhecimento, estão sendo efetivas para desenvolver ações que assegurem o direito à vida e ao bem-estar social das pessoas. Podemos observar nas normativas supracitadas que o ato da prevenção ao uso indevido de drogas tem sido o caminho mais apropriado e com baixo custo no que se refere à necessidade do tratamento para os dependentes químicos.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar as ações educativas desenvolvidas nas unidades escolares da Reme (Rede Municipal de Ensino de Corumbá/MS) no que diz respeito à prevenção ao uso indevido de drogas. Para que este estudo seja viável, será necessário buscar parcerias com a rede de proteção do município para ações conjuntas, como uma tentativa de efetivar atividades com práticas educativas para esse público-alvo em processo de desenvolvimento cognitivo.

De acordo com a Reme de Corumbá, as ações estão interligadas diretamente com atos dispostos desde orientações com palestras educativas desenvolvidas pelo P.A.E. (Programa de Práticas de Ações Educacionais), cursos profissionalizantes, patrulha escolar, bem como o atendimento da rede de proteção nas diversas áreas do conhecimento, como: psicólogos, assistentes sociais, agentes de saúde, segurança da guarda municipal, conselheiros tutelares e profissionais da educação.

Desta forma, busca-se efetivar o que se defende nos documentos legais sobre o direito à proteção da criança e do adolescente, respaldado na Lei nº 8.069/90, em seu artigo 7º, que assegura não somente a proteção à vida, mas também "[...] à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência." (Brasil, 1990, p. 16-17).

Entretanto, não será possível garantir este direito se, antes, não se permitir que a criança e o adolescente tenham a segurança de que todos os seus direitos sejam efetivados através de uma ação conjunta do Estado, da família e da rede de proteção, uma vez que, em seu Art. 4º, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) expressa que

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Brasil, 1990, p. 16).

Neste Artigo 4º do ECA, é possível constatar que, ao expressarmos que se deve proteger as crianças e os adolescentes, não estamos apenas garantindo os diversos direitos expostos, mas também aquilo que se acredita ser essencial para contribuir com a formação social e o desenvolvimento psíquico e físico desse público-alvo: o direito à educação, algo que se torna primordial para a transformação de nossa sociedade.

O desenvolvimento das habilidades sociais, intelectuais e psíquicas das crianças e adolescentes, quando estimulado de maneira a favorecer tais habilidades, contribui significativamente tanto na compreensão do mundo quanto no progresso em seu processo de ensino e aprendizagem, favorecendo e ampliando sua criatividade e imaginação. Entretanto, para isso, será necessário estimular a capacidade criativa de crianças e jovens quando se pretende o seu desenvolvimento cognitivo, uma vez que somos seres capazes de apreender novos saberes através da interação nos diversos grupos sociais dos quais fazemos parte (Vigotski, 2009).

Leontiev (1978) esclarece que, a partir desse salto qualitativo fundamental, o homem deixa de ser regido por leis biológicas e passa a ter seu desenvolvimento determinado pelas leis sócio-históricas. Em outras palavras, na concepção desse enfoque teórico, as condições biológicas sustentam o desenvolvimento psicossocial, mas não o determinam, pois cada pessoa se constitui de acordo com as mediações semióticas e com as produções culturais historicamente desenvolvidas. Isso nos faz refletir que as mediações (orientações educacionais) contribuem significativamente para a formação humana, ou seja, para viver e se desenvolver em sociedade.

Todos esses documentos legais priorizam tudo aquilo que diz respeito aos direitos sociais de toda e qualquer pessoa, permitindo uma vida digna para crianças e adolescentes. Porém, o que torna inviáveis as ações conjuntas da rede de proteção, capaz de promover a cidadania e a formação social dos sujeitos, é a ausência de aplicabilidade dessas leis por meio de ações efetivas dos órgãos competentes, conforme exposto nos documentos legais. Portanto, não adianta apenas a elaboração da legislação para garantir tais direitos; é preciso construir a cultura de que o que consta nos documentos legais é prioridade e necessita ser executado para transformar a sociedade.

A educação tem sido uma das formas mais viáveis e que pode nos oferecer resultados positivos diante dos índices alarmantes obtidos na pesquisa realizada com alunos da Rede

Municipal de Ensino, como veremos no decorrer deste estudo científico. Como consta na Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º e 205º, respectivamente: "[...] a educação é um direito social, e [...] um direito de todos os seres", e a garantia deste direito cabe ao Estado e à família (Brasil, 1988).

Desta forma, este projeto de intervenção visa buscar uma alternativa como forma de prevenção ao uso de drogas, seguindo as políticas nacionais de drogas e com base na Lei de Drogas nº 11.343/06, no que se refere às políticas públicas antidrogas.

Parte importante da sociedade, a escola desempenha um papel relevante em desenvolver tal assunto neste ambiente. Esta pesquisa tem o intuito de favorecer e considerar o que está sendo feito e discutido sobre o tema “drogas” nas escolas e como podemos amparar nossas crianças e adolescentes na sua formação enquanto sujeitos, mostrando que a prevenção é o caminho necessário para coibir o uso/consumo de drogas. Desta forma, não há intenção de achar culpados, uma vez que a discussão a respeito da drogadição de crianças e adolescentes não cabe apenas ao ambiente escolar. No entanto, faz-se necessário responder se o trabalho de prevenção e sensibilização sobre esta temática vem, de fato, sendo pertinente e trabalhado no ambiente escolar.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar quais políticas públicas sobre drogas estão presentes na Rede Municipal de Ensino da cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar as políticas públicas sobre drogas desenvolvidas pelo município de Corumbá/MS;
- Conhecer as práticas educativas sobre a drogadição na Rede Municipal de Ensino;
- Compreender como a prevenção ao uso de drogas vem sendo trabalhada na Rede Municipal de Ensino.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS CIENTÍFICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que, segundo Minayo (1998), perpassa por várias fases. [...] Uma pesquisa passa por três fases: a) fase exploratória, na qual se amadurece o objeto de estudo e se delimita o problema de investigação; b) fase de coleta de dados, em que se recolhem informações que respondam ao problema e; c) fase de análise de dados, na qual se faz o tratamento, por inferências e interpretações, dos dados coletados.

Para Mendes (2006), a pesquisa qualitativa tem por objetivo a “demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos” (Mendes, 2006, p.11).

Gaskell (2002) afirma que a pesquisa qualitativa tem por característica, uma compreensão em relação à visão dos sujeitos da pesquisa. Segundo o autor, a pesquisa qualitativa:

Fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (Gaskell, 2002, p.65).

É uma pesquisa de análise de dados que, ainda que não se dissocie das demais fases, tem como objetivo compreender o que foi coletado, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e ampliar a compreensão de contextos para além do que se pode verificar nas aparências do fenômeno.

Segundo Bardin (2006), tendo em vista as diferentes fases da análise de conteúdo proposta, destacam-se, como o próprio autor fez, as dimensões da codificação e categorização, que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências. Em relação à codificação, esta consiste em uma conversão — seguindo regras específicas — dos dados originais do texto, por meio de recorte, agrupamento e enumeração, a fim de alcançar uma representação do conteúdo ou de sua expressão.

Classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (Bardin, 2006, p. 117).

Entre as diferentes e possíveis formas de análise de dados, destacamos aqui uma: a análise de categorização, que evidencia um caminho de ordenação da realidade investigada, com a intenção de apreendê-la conceitualmente.

Na Teoria do Conhecimento, observamos o uso de dois grupos de categorias: as analíticas e as empíricas:

As primeiras são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e de aproximação. As segundas são aquelas construídas com finalidade operacional, visando ao trabalho de campo (a fase empírica) ou a partir do trabalho de campo. Elas têm a propriedade de conseguir apreenderas determinações e as especificidades que se expressam na realidade empírica (Minayo, 1998, p. 94).

Delimitando as categorias analíticas para, além de colaborar no amadurecimento do objeto e na delimitação do problema, orientar os estudos bibliográficos e de campo. Caracteriza-se esta pesquisa como qualitativa, uma vez que visa trabalhar "com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Um conjunto de fenômenos humanos que é entendido aqui como parte da realidade social" (Minayo, 2009, p. 21).

Foram realizadas a leitura e a análise de documentos oficiais, livros e artigos científicos específicos da temática sobre drogadição na escola, de modo que o estudo se configura como uma investigação documental e bibliográfica, permitindo uma maior aproximação do pesquisador com a realidade (André, 2013; Gil, 1999). Os instrumentos utilizados no levantamento de todas as informações garantirão maior entendimento e conhecimento da rotina e organização das unidades escolares de Corumbá/MS em relação às políticas sobre drogas que estão sendo desenvolvidas e acompanhadas no município e se estão de acordo com o COMAD.

A pesquisa foi autorizada pela Secretaria Municipal de Educação (Semed), uma vez que o Programa de Práticas de Ações Educacionais (P.A.E.) é o núcleo responsável dessa secretaria para que tais ações sejam desenvolvidas na Rede de Ensino.

As informações foram analisadas por meio dos dados do questionário realizado pelo P.A.E. com alunos do 4º ao 9º ano na Rede de Ensino Municipal, bem como visitas às unidades escolares para que a pesquisa seja fidedigna e valide as informações da realização deste estudo. Permitindo, assim, a aproximação do instrumento de pesquisa, da rotina e da realidade das ações deste estudo (Ludke; André, 1986, p. 25). Com isso, permeando os objetivos propostos com a realização deste estudo.

5. ESCOLA EM SUA LINHA DO TEMPO E A RELAÇÃO FAMILIAR

A Constituição da República do Brasil de 1988 inicia o capítulo correspondente com um artigo afirmando que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa e, para alcançá-lo, é definido como direito e dever do cidadão e do Estado. O desenvolvimento da pessoa não poderia ser plenamente realizado sem o apoio de vários requisitos, incluindo educação gratuita, educação obrigatória e financiamento, além da avaliação dos professores. Esses elementos ajudam a alcançar os objetivos da instituição escolar, o desenvolvimento efetivo da capacidade cognitiva, a marca característica do homem e a incorporação de valores ligados à cidadania e aos direitos humanos.

Não é sem razão que a educação, no artigo 6º da nossa Constituição, aparece como o primeiro dos direitos sociais, sendo também um direito político e civil. É tão importante que a Carta Magna a apresenta como um direito legalmente protegido.

Conclui-se que o foco principal da educação básica é o estudante-cidadão. Isso é indicado pelas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei número 9.394/96, no artigo 22: "A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (Brasil, 1996). Ali, a escola é fundamental, e somente ela, porque possui alunos, dos quais emerge a necessária existência do professor como outro mediador do processo de constituição de conhecimentos e valores.

É em torno do direito à educação, reconhecido por todos os países, que ocorreu o nascimento e a constituição da escola pública, surgida sob a suposição de garantia desse direito como um valor indispensável para a constituição da cidadania. E é desse direito, um componente da cidadania e dos direitos humanos, que deriva o dever do Estado de promover as condições para que, através do exercício de mediação da profissão docente, seja cumprido o dever de constituir conhecimentos e valores.

Para Souza (2004), este é o momento histórico da afirmação do sujeito moderno, traduzido, por exemplo, pelos ideais libertários da Revolução Francesa. Neles, rompe-se com a ideia de uma reserva de educação apenas para alguns privilegiados, e a educação é institucionalizada como um direito para todos desde a infância. O acesso ao conhecimento e a conscientização dos valores são fundamentais, de modo que o sujeito deixa de ser apenas um indivíduo e, em vez disso, o cidadão se mantém livre e igual diante dos outros.

De acordo com Souza (2004), a modernidade provocou o surgimento de uma sociedade letrada e consciente. O domínio da escrita tornou-se essencial não apenas para ler e assinar documentos, mas também para interpretar o mundo ao redor. Sem o domínio desses instrumentos e valores, o sujeito corre o risco de retornar à submissão da ignorância e da tirania. Para que isso não aconteça, a escola pública comum deve ser universalizada para todos, homens e mulheres. A instrução elimina o obstáculo da ignorância, permite a alegria das liberdades, a consciência de si e do outro, visando a uma inserção no mundo do trabalho e nas prerrogativas da cidadania.

Segundo Ribeiro (2000), o gozo de um direito (jus) que pertence a um sujeito, detentor dele, é governado pelo princípio de jus et obligatio sunt correlata. Daqui resulta que todo direito corresponde a um dever (obrigação) por parte de terceiros ou, em outras palavras, a satisfação desse direito depende da existência de um sujeito ativo e de sua obrigação de cumprir. Nossa Constituição define o Estado como sujeito do dever desse benefício social, em relação ao objeto que é o direito à educação.

Hoje, praticamente não há país que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos na educação básica. As formas de proteção desse direito são variáveis em cada nação, uma vez que a maioria delas assumiu compromissos no âmbito da Organização das Nações Unidas em torno de declarações, tratados e convenções de caráter internacional.

Se considerarmos o significado da educação ou seu sentido determinado de educação escolar, podemos afirmar que sua oferta institucional, organizada e sistemática no Brasil estava atrasada. Isto é, algo floresceu após um tempo considerado apropriado e se moveu mais devagar do que deveria. Nesse sentido, supõe-se que, em algum lugar, isso tenha ocorrido de maneira tempestiva e dentro de um ritmo adequado.

Aranha (2005) analisa que o Brasil teve uma trajetória peculiar em relação à educação e ao direito a ela. A realidade nem sempre correspondia aos avanços obtidos nos textos do sistema jurídico. A dívida com a população escolar era muito maior. A realidade de nossa cidadania educacional estava muito distante do que se poderia esperar de um país que queria ser civilizado. E ainda hoje, apesar dos muitos avanços feitos, especialmente em termos de acesso à escola, há muito a ser feito diante do desafio da qualidade. Muitos dos desafios atuais têm por trás um passado de omissão, negligência e abandono.

O Brasil foi colonizado por uma potência ibérica, Portugal, cujo contexto de metrópole, articulado a um catolicismo contrarreformista, determinou uma maneira autoritária de se relacionar com populações nativas e outras pessoas que chegaram aqui. Assim, os índios eram considerados "bárbaros" e os africanos, trazidos à força, tornaram-se escravos, "propriedade do outro". Para esses contingentes humanos, a educação escolar não estava sujeita a um pensamento especial. Para eles, de acordo com essa concepção, bastava doutrina ou catequese. Assim, a leitura e a escrita eram consideradas dispensáveis para quem não era visto como pessoa, mas como força de trabalho. Essas populações deviam ser apenas ouvintes, ouvindo docilmente as palavras dos outros.

Essa situação era muito diferente daquela dos países onde a Reforma era objeto de lutas, onde a leitura e a escrita eram indispensáveis para conhecer as Escrituras, o que resultou na abertura de escolas. Aqui, em vez disso, o elemento forte era a oralidade.

Nos estudos de Aranha (2005), a Independência do Brasil, em 1822, trouxe a expectativa de mudanças. De fato, a Constituição de 1824 incluía a educação primária gratuita para todos os cidadãos (artigo 179, XXXII) no título de "Disposições e garantias gerais dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros". Portanto, a educação primária era considerada um direito civil e político da nova nação. No entanto, a cidadania incluía apenas os nascidos livres, naturalizados e libertos. Com isso, o acesso ao ensino primário público foi proibido para escravos e índios.

Aranha (2005) frisa que, no momento da independência, devido à exclusão socioétnica, 40% dos habitantes não tinham acesso à educação e nem eram considerados cidadãos. Se acrescentarmos a essas mulheres, a quem a concepção organicista limitou à cidadania passiva, o universo de não cidadãos ou cidadãos imperfeitos cresce consideravelmente. É importante notar que, na época, o direito de voto era exclusivo do sexo masculino e era regido por sufrágio censitário.

Mesmo em nossa primeira lei geral da educação — de 15 de outubro de 1827, assinada pelo imperador Pedro I — a educação primária dizia respeito apenas às cidades e vilas mais populosas. Para as elites, a natureza limitada da educação também foi justificada pelo fato de o país ser de dimensões enormes, quase despovoadas e com distâncias imensas.

Em 1834, o Brasil imperial conheceria uma mudança altamente significativa. A Lei Adicional (Lei número 16, de 12 de agosto de 1834) reconheceu certa autonomia das províncias e forneceu uma divisão dos recursos fiscais. De acordo com o segundo parágrafo do artigo 10, houve a adoção de uma descentralização da educação primária, atribuindo às províncias a competência legislativa da educação pública e dos próprios estabelecimentos para promovê-la. Começou assim,

em nosso país — ainda imperial e centralizado — um federalismo educacional e, com ele, uma duplicidade de redes de ensino.

Aranha (2005) destaca que o nível superior, centrado nas elites, continuava sendo responsabilidade das potências centrais, com impostos robustos. O ensino primário já havia sido confiado às províncias, com impostos de menor valor, resultando em uma oferta global dispersa e muito pequena. O contexto de nosso sistema de ensino escolar o subordinou a um sistema político oligárquico e elitista, no qual os grupos dominantes costumavam ter o poder de fornecer instrução e educação para seus filhos em internatos ou na esfera doméstica.

A República, proclamada em 1889, foi novamente uma época de expectativas promissoras. Adotando um regime descentralizado, assumiu a forma de regime federativo, onde a dualidade União/estados foi estabelecida. Convertidos em membros federativos, os estados poderiam exercer sua autonomia legislativa dentro de uma assimetria sempre acentuada das condições econômicas, militares e políticas.

A Constituição de 1891 manteve um federalismo educacional quase nos mesmos termos da Lei Adicional e, além disso, encarregou os estados da autonomia para declarar ou não a gratuidade (que não aparece na Constituição Federal de 1891) e a natureza obrigatória da educação. Os estados teriam autonomia para financiar esta etapa da educação escolar com recursos próprios e, legalmente, poderiam criar instituições de ensino médio e superior em seus espaços territoriais.

Segundo Aranha (2005), em 1930, houve uma revolução após o fim do regime de 1891. A União concentrou mais poderes, iniciando um federalismo centrípeto e interventor. Após uma breve revolução civil, o governo provisório encabeçou uma proposta de uma Assembleia Constituinte. Foi nessa época que houve enormes pressões para fornecer ao país regras nacionais para a educação, que seriam incorporadas na Carta Magna de 1934.

Assim, a Constituição de 1934, que teve grande inspiração na do México de 1917 e na da Alemanha de 1919, trouxe grandes avanços nos direitos sociais. Na educação, houve progresso com o ensino fundamental gratuito e obrigatório, o plano nacional de educação e a institucionalização dos conselhos de educação. Para que essas medidas se tornassem efetivas, foi adotada a obrigação constitucional de alocar um percentual de impostos para a educação, embora em proporções diferentes para a União, estados e municípios. Essa determinação permaneceu quando o país desfrutou de regimes democráticos e desapareceu sob o regime autoritário.

Assim, com o golpe de estado de 1937 e sua Constituição, o Estado começou oficialmente a ter um papel subsidiário em relação à educação, e o papel de destaque dizia respeito à educação familiar e privada, declarando a educação primária gratuita e obrigatória. Segundo Aranha (2005), é possível mencionar dois artigos dessa Constituição:

Art. 125.- A educação integral da criança é o primeiro dever natural e direito dos pais. O Estado não estará inconsciente de esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação privada [...]

Art. 129.- Infância e juventude, que carecem dos recursos necessários para a educação em instituições privadas, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios garantir, por meio da fundação de instituições educacionais públicas em todos os pontos, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (Aranha, 2005, p. 31).

Nesse período, várias leis orgânicas foram proclamadas sobre educação secundária, normal (formação de professores para o ensino fundamental) e profissional. O correspondente ao ensino primário viu a luz apenas na transição entre um regime e outro. Com a queda da ditadura do Estado Novo, em 1945, os princípios da educação incluídos na Constituição de 1934 retornaram à Magna Carta de 1946.

Entre 1946 e 1961, toda a atenção foi dedicada à elaboração das Diretrizes e Bases da Educação Nacional em forma de lei. No início dos debates, o foco do problema era a centralização contra a descentralização (ou seja, o regime federativo). No entanto, entre 1959 e 1961, a discussão foi mais acalorada, uma vez que o cerne do problema era a educação pública contra a privada. Finalmente, já sob o regime parlamentar, veio à luz a Lei nº 4.024/61, que confirmou os vínculos orçamentários, a gratuidade, a obrigatoriedade e o plano nacional de educação.

Várias demandas da educação privada também foram consideradas, como a possibilidade de obtenção de recursos públicos e a presença de religiosos nas escolas oficiais. Dessa forma, a organização nacional da educação tendia a optar por um federalismo bastante dependente dos setores ligados à economia e à divisão de impostos.

Naquela época, alguns anos depois, vieram o golpe de 1964 e o estabelecimento do regime militar, com o cerco à democracia. A Constituição de 1967 estendeu a educação obrigatória por mais oito anos, ao mesmo tempo em que retirou o vínculo obrigatório do percentual de impostos para a educação, que existia apenas em 1969 e apenas para os municípios. Isso causou uma queda notável nos recursos para a educação, uma redução nos salários dos professores, censura aos programas educacionais e um aumento nas taxas de abandono e fracasso escolar, atingindo especialmente as populações das periferias urbanas.

E a lei que estabeleceu um regime de ensino médio (agora denominado ensino médio) profissional, obrigatório e universal para o segmento populacional de 15 a 17 anos foi um fracasso. Na verdade, a lei visava ao treinamento técnico para o mercado de trabalho, abandonando a ideia de que esses jovens se imbuíssem de consciência crítica.

Para Aranha (2005), a luta pela redemocratização do país encontrou na faculdade um ator vigoroso que se uniu a muitos outros movimentos coletivos, como os movimentos sociais. Essa luta levou à Constituinte de 1987-1988, que contou com uma participação sem precedentes da sociedade civil. Basicamente, além da garantia dos direitos civis e políticos, o grande desejo eram os direitos sociais.

Na época de ruptura com essas estruturas arcaicas, a Constituição impôs novos contornos organizacionais, com vistas a uma educação democrática típica dos cidadãos. Para tornar a educação um direito de todos, era essencial que houvesse algo comum ou universal como expressão da educação básica. O status quo da escola existente até então não atendia ao requisito de elevação quantitativa e qualitativa dos novos padrões de uma instrução escolar na qual ela cooperaria, de maneira organizada e sistemática, na criação de uma "vontade democrática geral" até então inexistente no país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) refere-se às modalidades de educação, que são constituintes da lei. É o caso das pessoas com deficiência, que devem estar nas classes comuns das escolas comuns, embora devam receber tratamento especial. Também se refere à educação de jovens e adultos e de populações indígenas, cuja educação possui modelo pedagógico próprio. Todas as modalidades têm diretrizes curriculares nacionais.

O Brasil, por exemplo, reconhece a educação fundamental como um direito protegido legalmente desde 1934 e como um direito público subjetivo a partir de 1988. A Constituição Federal inicialmente reconheceu o ensino fundamental como direito público subjetivo. A partir de 2009, com exceção do jardim de infância (primeira etapa da educação infantil), todas as outras etapas da educação básica passaram a ser consideradas direito público subjetivo.

Segundo Neotti (2005), é com o nascimento do Estado de Direito que ocorre a passagem final do ponto de vista do príncipe para o ponto de vista dos cidadãos. No estado despótico, indivíduos singulares têm apenas deveres e não direitos. No Estado absoluto, os indivíduos têm direitos privados em relação ao soberano. No Estado de Direito, o indivíduo possui, não apenas em relação

ao Estado, não apenas direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de Direito é o Estado dos cidadãos.

Neotti (2005) conceitua que essas etapas da educação básica se tornam obrigatórias para pessoas de 7 a 14 anos de idade, gratuitas para todos, e que aqueles que não teriam acesso a esses níveis de escolaridade devido à falta de espaço disponível podem recorrer à justiça. É um direito público subjetivo (que todo indivíduo possui pelo simples fato de ser), protegido tanto por seu princípio básico (o ensino fundamental é uma etapa do ensino básico) quanto por sua orientação final (artigo 205 da Constituição Federal), além de prever uma sanção explícita para os responsáveis (governantes ou pais) em caso de negação ou omissão para com o indivíduo-cidadão.

Aqui está o porquê de ser o próximo e consistente com a aplicabilidade: especialmente quando há omissão do Executivo, o Judiciário começou a desempenhar um papel importante no cumprimento desse direito. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, é outro apoio a essa aplicabilidade.

Um novo relacionamento com a educação foi inaugurado no Judiciário, materializando-se por meio de ações judiciais destinadas a garantir esse direito de forma efetiva. Esse fenômeno pode ser designado como judicialização da educação, o que significa a intervenção do Judiciário em questões educacionais, visando à proteção desse direito, inclusive para cumprir as funções constitucionais do Ministério Público e de outras instituições legítimas.

Ainda, segundo Neotti (2005), a imagem da educação brasileira não estaria completa sem apontar dois fatores importantes e significativos: o sistema federal do país e o sistema de fundos para seu financiamento. Não há dúvida de que a realidade educacional é marcada pelo sinal de historicidade, pois a educação é uma qualidade particular do homem e é essencial que o homem se mova na história. Talvez a primeira coisa em que devemos focar seja o caráter histórico do ser humano e sua necessidade de educação, crescimento e desenvolvimento, para ser mais. Um dos pedagogos contemporâneos que, em nossa opinião, estabelece uma reflexão lúcida sobre a historicidade do ser humano é Paulo Freire, que explica claramente a antropologia da qual parte ao projetar sua proposta educacional.

A educação para Freire (1967), então, baseia-se na indeterminação do ser humano, na consciência que ele tem de sua finitude, de estar inacabado, o que o leva a estar em constante busca de “ser mais”, crescer como pessoa. Nesta busca, ele não está sozinho, mas realiza essa jornada em comunhão com outros seres humanos, com os outros membros da comunidade em que está

inserido. O eu pessoal é sempre uma interação entre o componente genético e o ambiente em que o sujeito se desenvolve.

Nesse processo, que começa com o nascimento, o recém-nascido aprenderá a responder a certos estímulos e não a outros, a pensar de acordo com certa lógica, a interpretar e avaliar a realidade conforme os padrões de sua cultura. Este processo básico não varia de um grupo humano para outro, de uma era histórica para outra, mas sim o conteúdo da educação, o que é ensinado e deve ser aprendido. Essas variações serão justificadas pelos valores, objetivos e aspirações de cada sociedade, de acordo com os fins estabelecidos.

Segundo Neotti (2005), é a chamada abordagem culturalista que melhor nos introduz na questão da historicidade do fenômeno educacional. Nessa perspectiva, a educação é vista como uma boa cultura, como síntese da cultura, como individualizadora da cultura, como curadora da cultura e como transformadora da cultura. Todas essas caracterizações relacionam educação e história, uma vez que sublinham o fato de que cada sociedade, em cada época histórica, defendeu certa concepção de educação e algumas maneiras de praticá-la.

Os processos educacionais estão se adaptando às mudanças experimentadas pela humanidade e podem ser analisados em suas evoluções. Embora a educação, geralmente concebida como um processo de desenvolvimento do homem de si e dos outros, seja um fenômeno histórico, porque desde o início o homem constituiu-se como um processo necessário para o sujeito, e, por sua vez, um fenômeno de caráter histórico próprio, devido à variabilidade quanto à sua funcionalidade e seus propósitos, que determinaram, ocasionalmente, o próprio desenvolvimento da história do homem. Esta é a razão da importância do conhecimento do passado e do uso e consideração que, ao longo do tempo, um evento como esse possui. Portanto, é importante o estudo da História da Educação.

Nogueira (2006) diz que a família educa a todo momento, de melhor ou pior forma, consciente ou inconscientemente, sistematicamente ou assystematicamente, e, dependendo do comportamento de todos esses fatores, cada família, com suas peculiaridades, cumprirá a função educativa com maiores ou menores resultados, tanto para ela quanto para a sociedade em que vive. Pode-se dizer, então, que a família é a primeira instituição socializadora na qual o indivíduo se desenvolve.

Para Nogueira (2006), a escola e a família complementam-se em sua função educativa sem se contraporem, embora existam algumas famílias que, devido ao seu baixo nível cultural, não

facilitam o bom desenvolvimento da função escolar. As relações entre as instituições de ensino e a família podem ser determinadas por diversos fatores, como: o ciclo de vida em que a família se encontra, a fase da vida escolar em que a criança se encontra, os métodos de trabalho utilizados pela escola com a família, os principais conteúdos dessa relação, bem como as formas utilizadas para isso. A interação entre essas duas instituições não escapa dessas críticas e questionamentos.

Nesta visão, segundo Marques (2002), a família e a escola não devem seguir caminhos distantes e, muito menos, contraditórios. É verdade que a família não pode ser regulada em seu funcionamento, pois esta é deixada à espontaneidade íntima de cada lar, assim como o seu modo de vida, estilos e procedimentos educativos. No entanto, a família pode ser ajudada, e o que é mais importante, em conjunto com ela, pois constitui a aspiração mais preciosa do Estado que a família, os educadores, as organizações políticas, sociais e de massa atuem constantemente para formar a personalidade das crianças e dos jovens na tarefa cotidiana da construção da sociedade.

Apesar dos trabalhos e estudos realizados, no contexto escolar refletem-se como insuficiências na relação entre escola e família: a falta de apoio da família para as atividades letivas e extracurriculares organizadas pela escola, a baixa assiduidade da família nas escolas de educação familiar, a fraca preocupação e ocupação da família com a situação acadêmica e escolar dos seus filhos, culpabilizando a escola nesse sentido, e o insuficiente apoio e exigência por parte da família para a realização do estudo autônomo da escola em casa.

De fato, a relação entre família e escola é um ponto essencial para que a criança possa se desenvolver de forma integral. O professor terá que detectar que, às vezes, não é tão fácil cuidar desse relacionamento, pois cada família tem uma situação diferente. Que ações podemos tomar para melhorá-lo? Como podemos conseguir um relacionamento e comunicação corretos com a família dos alunos?

Marques (2002) nos traz ainda que a família e a escola constituem dois contextos de aprendizagem fundamentais na nossa sociedade, pelo que a colaboração entre ambas é necessária para que haja coerência na educação das novas gerações. O interesse em alcançar uma relação adequada entre família e escola tem sido reforçado nos últimos anos, especialmente porque os resultados das pesquisas educacionais têm mostrado, cada vez mais solidamente, que essa relação é um fator relevante para o aluno e para o seu desempenho, tanto em aspectos relacionados especificamente ao seu desempenho escolar, como em outros relacionados ao seu desenvolvimento pessoal em sentido amplo. O desenvolvimento individual ao longo da vida é um processo

socialmente orientado. As trajetórias de cada pessoa são construídas com base nas ferramentas culturais disponíveis em um lugar e tempo históricos específicos. Cada pessoa se alimenta do encontro com outras pessoas.

A evidência mostra que a família e os papéis parentais de cuidados infantis e educação agora não respondem a uma única modalidade. São diversos e heterogêneos. Esses antecedentes suscitam questionamentos sobre as imagens familiares que norteiam a formação de professores, os quais terão que trabalhar com famílias cada vez mais diversificadas.

A família constitui um dos principais agentes da socialização, na medida em que pais e filhos funcionam como um sistema biopsicossocial que visa garantir as demandas sociais de formar uma família, dada a necessidade humana de se relacionar com os outros. No caso de pais para filhos, isso implica a necessidade de proteger, nutrir e expressar afeto.

É importante destacar que as práticas familiares refletem e transmitem os valores presentes e disponíveis na cultura. Os pais não se limitam a criar suas práticas parentais do "zero", mas reproduzem o papel social de "serem pais" a partir de suas próprias experiências de socialização. No entanto, a cultura pode dar aos pais uma maior ou menor liberdade para variar os padrões de comportamento, atitudes e valores que transmitem, de acordo com uma socialização mais "estreita" ou "ampla".

As famílias estão adquirindo progressivamente formas diferentes, além da tradicional mãe e pai casados (por exemplo, famílias homoparentais e uniparentais). Atualmente, observa-se que outros fatores podem ser mais decisivos para o bem-estar subjetivo do que a estrutura familiar, como recursos familiares, apoio social, qualidade das interações e dos relacionamentos pai-filho, bem como o clima e a estabilidade emocional da família.

Quando as pessoas chegam à adolescência, há muitas evidências de que a família permanece fundamental ao longo da vida, a ponto de a socialização parental poder atenuar os efeitos de experiências negativas entre colegas na adolescência. A família proporciona um ambiente seguro, bem como ajuda e apoio emocional adequados para lidar com a criança.

Assim, a capacidade de resposta mútua e os bons momentos compartilhados preveem cooperação voluntária nos anos pré-escolares e em crianças pequenas, bem como manifestações de consciência no final da infância. Pais e filhos nem sempre funcionam em uma aura de reciprocidade mútua, e seus objetivos podem diferir, principalmente quando as crianças começam a ganhar autonomia progressiva.

Ambos os estilos de controle têm impactos significativos no desenvolvimento das crianças. O controle autoritário pode levar a uma série de consequências negativas, como baixa autoestima, dificuldade em lidar com a autoridade, problemas de comportamento e dificuldades de relacionamento. Por outro lado, o controle autoritativo tem sido associado a resultados mais positivos, como maior autoestima, melhor desempenho acadêmico e comportamento mais adaptativo.

É importante ressaltar que o estilo de controle dos pais pode variar de acordo com diferentes contextos culturais e individuais. Além disso, o equilíbrio entre controle e autonomia é essencial para um desenvolvimento saudável das crianças. Portanto, é fundamental que os pais encontrem um equilíbrio entre estabelecer limites e dar espaço para que seus filhos desenvolvam sua autonomia e tomem decisões por conta própria.

A aprendizagem guiada implica um raciocínio dentro da zona de desenvolvimento proximal da criança, facilitando a aprendizagem, pois permite que pais e filhos alcancem um entendimento comum da tarefa, incentivando a ação autônoma da criança. Ela contribui ativamente para a criação do ambiente familiar, influenciando e sendo influenciadas por seus pais e outros membros da família.

A estrutura familiar e a maior ou menor presença das famílias nas atividades escolares organizam parte das avaliações que estruturam o discurso de muitos professores, particularmente negativas quando se trata de famílias mais afastadas da norma escolar (Nogueira, 2006).

Nesse sentido, Souza (2009) destaca o papel que os professores devem desempenhar para a instalação de uma cultura democrática nas escolas, que facilite o desenvolvimento de práticas dialógicas entre a diversidade de agentes educacionais, de forma a abrir caminho ao envolvimento dos pais e ao sucesso escolar de todos os alunos, independentemente das condições familiares em que se desenvolvem.

Agora, considerando as pesquisas de Nogueira (2006), entre outros, podemos argumentar que circunscrever os objetos de estudo relacionados à relação família e escola quase exclusivamente aos acontecimentos dos estabelecimentos de ensino, embora necessário, não é suficiente, pois as formas de entender e abordar o fenômeno de interesse por parte do corpo docente começam a incubar no âmbito dos processos de formação inicial de professores.

Ainda segundo Nogueira (2006), a escola nem sempre significou a mesma coisa; as formas de aprender mudaram, as tecnologias mudaram e os objetivos dos Estados também mudaram ao

longo do tempo. No entanto, há coisas que não mudam ou que, pelo menos, acreditamos que deveriam ser mantidas.

O aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas entre crianças e adolescentes vem crescendo consideravelmente ao longo dos anos, sem distinção de classes sociais ou qualquer outro fator cultural. Atribuído a este aumento, encontramos diversos fatores, principalmente aqueles que se referem ao tipo de informação e à maneira como ela é transmitida sobre esta política pública no âmbito escolar.

6. DA INFÂNCIA À JUVENTUDE: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO

6.1 EVOLUÇÃO DA PERCEPÇÃO DA INFÂNCIA: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI

Na Antiguidade, os gregos utilizavam palavras ambíguas para classificar qualquer pessoa que estivesse em um estágio entre a infância e a velhice, não havendo, portanto, um conceito para designar a infância ou mesmo uma diferenciação nas etapas do seu desenvolvimento. Nessa época, não existiam restrições morais, ocorrendo a prática do infanticídio.

Até o século XVI, a criança era considerada um miniadulto e, abandonada pela sociedade e pela família, não pertencia a nenhum grupo social, não tinha acesso à saúde nem à disciplina. Segundo Ariès (1981), no período medieval, por exemplo, não havia sentimentos em relação à infância.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 1981, p. 156).

A infância representa aquele estágio crucial da existência em que as primeiras sensações, pensamentos, ações e interações começam a florescer. É um período rico em aprendizado e

descoberta. Desde tempos antigos, uma miríade de pensadores tem se dedicado a decifrar o verdadeiro significado da infância, resultando em uma variedade de concepções sobre o assunto.

Conforme Ariès (1981), outro aspecto que marcou a percepção da infância foi a tentativa de compreender a mente infantil para aprimorar os métodos de educação. A partir do século XVII, surgiu o interesse em entender melhor o mundo interior das crianças, o que influenciou toda a educação ao longo do século XX. Com isso, as crianças deixaram de ser vistas apenas como seres divertidos e agradáveis para os adultos, passando a ser encaradas como objetos a serem moldados e educados.

Até o século XVI, a percepção predominante da criança era de que ela se assemelhava a um adulto em miniatura. Nesse contexto, as crianças muitas vezes eram negligenciadas pela sociedade e pela família, não sendo consideradas parte de nenhum grupo social específico. Elas careciam de acesso adequado à saúde e à disciplina. Conforme observado por Ariès (1981), durante a era medieval, as pessoas não tinham sentimentos distintos em relação à infância. Em suas próprias palavras:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças não fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (Ariès, 1981, p. 156).

A partir do século XVI, a temática da infância tornou-se assunto de maior interesse para muitos pesquisadores. O tema infância ganhou ainda mais força quando as crianças começaram a frequentar a escola. O papel de educar passou a ser da escola e não da família. Segundo Andrade (2010), a partir do século XVI, surgiram as instituições infantis.

O contexto histórico do surgimento dessas instituições é ainda marcado por mudanças no interior da organização familiar, que assume o modelo nuclear, e ao desenvolvimento de teorias voltadas para a compreensão da natureza da criança marcada pela inocência e pela inclinação às más condutas (Andrade, 2010, p. 128).

Ainda de acordo com Ariès (1981), outro aspecto crucial relacionado à infância foi o esforço em compreender a psique infantil, visando aprimorar os métodos de educação. Esse interesse emergiu no século XVII e permeou toda a educação até o século XX. Com isso, os adultos deixaram de enxergar a criança apenas como uma fonte de diversão e prazer e passaram a considerá-la como

um ser a ser educado e moldado, rompendo assim com a visão anterior que a via como uma mera distração para os adultos.

De acordo com Damazio (1991), essas perspectivas são apresentadas por Watson, Piaget e Freud. Na primeira abordagem, a criança é considerada maleável e capaz de se adaptar às circunstâncias; na segunda, é enfatizada a influência do ambiente sobre o desenvolvimento infantil e sua aprendizagem. Já na terceira, a criança é vista como o produto da interação entre o inconsciente, o consciente e os valores culturais.

Segundo Damazio (1991), a aquisição do conhecimento pela criança é analisada sob duas óticas: o empirismo e o racionalismo. Enquanto o empirismo enxerga a criança como um ser incompleto, com sua mente comparada a uma folha em branco, onde o conhecimento é adquirido através da experiência, o racionalismo percebe a criança como um pré-adulto que utiliza a razão. Dessa forma, no pensamento moderno, a criança é concebida como um objeto passivo, uma miniatura do adulto.

Completando a ideia, Ghiraldelli Jr. (2001) cita duas concepções de infância: na primeira, a criança é caracterizada como um indivíduo inocente; na segunda, a criança é vista como um indivíduo que abrange uma série de particularidades, mas nunca a inocência e a bondade como características essenciais.

No entanto, foi a partir do século XVIII que as crianças começaram a ser reconhecidas em sua singularidade e a ocupar um espaço mais significativo na esfera social. Conforme observado por Oliveira (2021), esse período marcou uma mudança na percepção da criança, que passou a ser vista como um ser social, desempenhando papéis tanto nas relações familiares quanto na sociedade em geral. Gradualmente, a criança passou a ser reconhecida como um indivíduo com características e necessidades próprias.

Dessa forma, conforme apontado por Arroyo (1994), a infância não é uma entidade homogênea, mas sim um conjunto de experiências diversas, uma vez que cada criança a vivencia de maneira única. Um exemplo ilustrativo disso é a diferença entre a infância rural e a infância urbana. No contexto rural, a infância tende a ser mais breve, pois frequentemente as crianças são necessárias para auxiliar nas tarefas familiares desde cedo, obrigando-as a assumir responsabilidades precocemente. Por outro lado, nas áreas urbanas, as crianças muitas vezes desfrutam de um período prolongado de infância, embora possam enfrentar limitações de espaço para brincar em comparação com seus pares rurais.

Assim, no século XXI, a visão da criança evoluiu para considerá-la como um ser completo, demandando que a prática pedagógica reconheça suas diferenças individuais e promova o estímulo à sua criatividade e imaginação. Portanto, a criança contemporânea não se assemelha exatamente àquela das épocas anteriores, nem será idêntica àquela que surgirá nas futuras eras, uma vez que cada uma vive em contextos sociais, históricos e culturais diversos e em constante transformação.

6.2 JUVENTUDE E ADOLESCÊNCIA: CONCEPÇÕES, DESAFIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, aproximadamente metade da população global, ou seja, cerca de 50%, tem até 25 anos de idade. Isso representa uma quantidade expressiva de jovens, totalizando cerca de 1,2 bilhão de pessoas em todo o mundo. E, conforme essas gerações mais jovens, atualmente crianças com menos de 15 anos, crescem, estima-se que esse número possa aumentar ainda mais, chegando a cerca de 1,8 bilhão de indivíduos.

Entretanto, esses números não são apenas estatísticos. Por trás deles, há uma realidade complexa, onde aproximadamente 209 milhões de jovens vivem em situação de pobreza, 130 milhões são analfabetos e 88 milhões estão desempregados, ressaltando assim a urgência de investimentos sociais voltados para a população jovem, como destacado pela ONU em 2005.

O termo adolescência parece estar mais associado às teorias psicológicas, que consideram o indivíduo como um ser psíquico, influenciado pela realidade que ele constrói e por suas experiências subjetivas. Por outro lado, o termo juventude é mais privilegiado no âmbito das teorias sociológicas e históricas, onde a análise do coletivo é predominante. Nesse sentido, a juventude só pode ser compreendida em sua relação com os processos sociais mais amplos e sua inserção no conjunto das relações sociais que se desenvolvem ao longo da história.

De acordo com Freitas (2005), em certos contextos e devido a usos instrumentais específicos, a definição do período juvenil pode ser ampliada, tanto para faixas etárias mais baixas quanto para mais altas, podendo abranger uma gama que vai dos 12 aos 35 anos. Em algumas formulações de políticas públicas destinadas à juventude, particularmente nos países ibero-americanos, observa-se uma considerável disparidade na delimitação das faixas etárias.

A juventude pode ser compreendida como uma fase da vida social caracterizada por um status social de independência relativa em relação à família, porém com menor autonomia diante das instituições sociais. Diferencia-se da infância por possuir maior prestígio social e da maturidade

por ter menor prestígio e relativa dependência familiar. É, portanto, um status social intermediário entre a infância e a maturidade, marcado por direitos e autonomia limitados (Peregrino, 2011).

Assim, a concepção contemporânea da adolescência tem suas raízes nas investigações científicas realizadas durante a transição do século XIX para o século XX, especialmente no que diz respeito ao modelo específico que distingue claramente a juventude da idade adulta. Conforme descrito pela psicopedagogia, o conceito de adolescência é entendido em relação à noção de maturidade, que implica superar com sucesso essa fase e ingressar em um estágio da vida caracterizado pela independência afetiva e financeira. Nessa fase, espera-se que o indivíduo esteja preparado para estabelecer sua própria família, sustentá-la adequadamente, criar filhos saudáveis e educá-los de maneira satisfatória (Cesar, 1998).

O debate em torno das concepções atribuídas à juventude e à adolescência é crucial, uma vez que essas definições moldam a forma como essas fases da vida são compreendidas e interpretadas. Além disso, fornecem diretrizes para a sociedade em relação à organização do cuidado a esses grupos etários. Essas concepções também influenciam a percepção dos direitos e deveres dos adolescentes e jovens, bem como as ações sociais e políticas demandadas para atender às suas necessidades. Assim, a definição desses termos não apenas reflete, mas também orienta as atitudes e políticas em relação a esses segmentos da população.

Nas práticas institucionais, a adolescência emergiu como uma preocupação relacionada à educação, com o objetivo de produzir um sujeito saudável e disciplinado. Em outras palavras, junto com a concepção da adolescência no discurso psicopedagógico, também surgiram as representações que apontavam para a falta de aplicação de dispositivos educacionais: a "delinquência juvenil" e a "sexualidade adolescente", retratando os perigos que, de acordo com os especialistas, ameaçavam a adolescência, tornando-a uma fase perigosa (Donzelot, 1986).

Aqueles que não se encaixavam no modelo vigente eram muitas vezes segregados e removidos para instituições isoladas do convívio social. Essas instituições totais exerciam controle e disciplina sobre diversos grupos considerados como "excedentes" ou "inadequados" na sociedade, incluindo crianças e adolescentes (Foucault, 1979).

Dubet (1996) destaca que, para se analisar adequadamente a noção de juventude, é necessário primeiro reconhecer a tensão intrínseca presente na condição moderna dos jovens. Segundo o autor, a experiência desse estágio da vida é moldada pela formação de um mundo juvenil relativamente

autônomo, ao mesmo tempo em que representa um período de distribuição dos indivíduos na estrutura social.

O debate contemporâneo sobre as concepções da juventude evidencia e, em grande medida, reivindica a necessidade urgente de ações sociais voltadas para essa parcela da população. O cenário complexo que envolve questões como educação, trabalho, assistência e acesso a direitos e serviços sociais revela demandas e necessidades prementes que exigem soluções imediatas. Segundo Pochmann (2004), dada a sua complexidade, essa faixa etária, geralmente caracterizada pela dependência econômica e associada à educação e à formação, está cada vez mais deixando de ser apenas um espaço de decisão privada para se tornar uma pauta prioritária de intervenção pública.

Segundo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a carta magna internacional assinada pelo Brasil em 1990, entende-se por infância o período de vida de todo indivíduo com menos de dezoito anos de idade, "salvo se, em virtude da lei que lhe seja aplicável, tenha atingido antes a maioridade". Ainda de acordo com a convenção e conforme disposto na Declaração dos Direitos da Criança, "a criança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita de proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento".

Do ponto de vista legal no Brasil, a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criada em 13 de julho de 1990, define a adolescência como o período compreendido entre os 12 e os 18 anos incompletos. No entanto, o termo "juventude" não é especificamente mencionado no ECA. A referida lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, ampliando e garantindo direitos com normativas a serem efetivadas pelo Estado.

6.3 ABORDAGENS MULTIDISCIPLINARES NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA DROGADIÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Segundo Laranjeira (2004), poucos fenômenos sociais acarretam mais custos com justiça e saúde, dificuldades familiares e notícias na mídia do que o consumo abusivo de álcool e drogas.

As drogas foram utilizadas, ao longo dos tempos, por grupos variados com fins religiosos, culturais, medicinais, de prazer, místicos, psicológicos e climatológicos, e até mesmo como forma de buscar a transcendência, as alterações do estado de ânimo e da própria consciência (Rezende, 1997). Palha e Bueno (2001) ressaltam também que as drogas eram utilizadas com o propósito de

obter força e coragem nas lutas do trabalho, ou até mesmo nas lutas da honra pessoal ou coletiva. Isso ocorre porque o homem sempre buscou, ao longo das épocas, maneiras de aumentar o seu prazer e diminuir o seu sofrimento. Pode-se dizer, então, de uma forma geral, que a história da dependência química se confunde com a própria história da humanidade, ou seja, o consumo de drogas sempre existiu, desde as épocas mais antigas e em todas as culturas e religiões.

Isso ocorreu porque os seres humanos sempre procuraram maneiras de melhorar sua qualidade de vida e reduzir o sofrimento. Em geral, a história da dependência química está intrinsecamente ligada à história da humanidade, uma vez que o uso de drogas sempre esteve presente, desde os tempos antigos, em todas as culturas e religiões.

No entanto, é importante ressaltar que, no passado, os hábitos e costumes de cada sociedade direcionavam o uso de drogas em cerimônias coletivas, rituais e festas, e geralmente esse consumo estava restrito a pequenos grupos (Carmo, 2000). O que distingue o uso de drogas no passado do uso atual é que, antes, era um elemento de integração e coesão social e emocional, enquanto atualmente se tornou um fator de doença social e desintegração. Hoje, o uso de drogas tende a ser mais individualizado e abusivo, com menos uso ritualizado e uma maior variedade e disponibilidade de substâncias (Alves & Kossobudzky, 2002).

A dependência de drogas é reconhecida como uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS) devido aos seus efeitos prejudiciais na saúde física e mental do indivíduo. Assim como outras doenças crônicas, como diabetes ou hipertensão, a dependência de drogas requer cuidados específicos, incluindo tratamento médico e terapêutico.

No entanto, a dependência de drogas também é um problema social, pois afeta não apenas o indivíduo, mas também sua família, comunidade e sociedade como um todo. Ela pode levar a problemas como criminalidade, desemprego e desestruturação familiar. Portanto, é fundamental abordar a dependência de drogas de forma abrangente, considerando tanto os aspectos médicos quanto os aspectos sociais. O tratamento da dependência de drogas envolve uma abordagem multidisciplinar, que inclui intervenções médicas, psicológicas e sociais. Isso pode incluir terapia individual, terapia em grupo, medicamentos, suporte familiar e medidas de prevenção e reabilitação. É importante fornecer apoio contínuo ao indivíduo em recuperação, bem como implementar medidas de prevenção para evitar a recaída.

Silveira Filho (1995) enfatiza a diferença entre o usuário recreativo e o dependente de drogas. Enquanto o usuário recreativo pode usar a droga de forma ocasional e controlada, o dependente

não consegue ficar sem a droga, pois ela se tornou essencial em sua vida. A droga preenche lacunas importantes e se torna indispensável para o funcionamento psíquico do dependente, que passa a fazer da obtenção da droga o seu principal objetivo de vida, acima de qualquer outra coisa.

Em resumo, a dependência de drogas é uma doença que requer cuidados específicos e deve ser tratada e controlada. É essencial reconhecer sua natureza médica e social e abordá-la de forma abrangente, visando não apenas a recuperação individual, mas também a promoção do bem-estar social. Assim, o uso de drogas é frequentemente procurado como uma maneira de obter prazer e alívio temporário, ou como um meio de escapar dos desafios da vida.

Estudos recentes têm mostrado um aumento na prevalência do consumo de drogas entre crianças e adolescentes, que está ocorrendo de forma cada vez mais precoce. O aumento do uso precoce de substâncias psicoativas por parte dos jovens tem gerado preocupações constantes na comunidade científica, entre profissionais de saúde e educação, bem como entre governantes e a população em geral, sendo objeto constante de estudos e debates tanto no Brasil quanto em várias partes do mundo. Devido à complexidade do fenômeno das drogas na sociedade atual, a dependência química é um problema que vem sendo amplamente discutido e analisado no sistema de saúde. Além disso, a questão da dependência química está recebendo uma atenção cada vez maior, com discussões sobre o tema sendo cada vez mais presentes nos meios de comunicação e em diversas instituições.

A escola é o lugar idôneo para um trabalho educacional de prevenção do uso de drogas, pois quem compõe a escola são pessoas, e estas podem ou não ter idoneidade. Por isso, a escola tem um papel básico no processo educativo (Antón, 2000).

Uma das ideias que Ávila nos transmite é que a iniciação no consumo de drogas ocorre geralmente por volta dos 12 anos de idade. A escola, por estar inserida no contexto familiar, social, cultural e profissional dos alunos, acaba sendo vulnerável a essa questão. O tráfico de drogas muitas vezes encontra na proximidade das escolas sua clientela mais fácil, pois os jovens e crianças, ainda desinformados e vulneráveis emocionalmente, tornam-se alvos fáceis para conversas sedutoras e persuasivas. Eles estão cheios de sonhos e ideais, cobrados constantemente e muitas vezes carentes afetivamente, o que os torna mais propensos a serem influenciados por esse tipo de abordagem (Ávila, 1998, p. 152).

A escola está diante de um novo desafio e, neste contexto, educar para a prevenção surge como a melhor estratégia para lidar com o consumo de drogas entre os estudantes. A prevenção envolve tomar medidas antecipadas para impedir ou, pelo menos, reduzir o consumo.

Diante da complexidade apresentada, consideramos que um programa de tratamento adequado para questões adolescentes deve ser baseado em um trabalho em equipe interdisciplinar, com diferentes visões e propostas para resolver o problema. Idealmente, esse programa deve também contar com apoio interinstitucional, seguindo as diretrizes de intersetorialidade do SUS (Sistema Único de Saúde), que, ao envolver o indivíduo em diferentes contextos, abre espaço para novas formas de identidade e a construção de novos objetivos de vida.

7. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO AO USO DE DROGAS (NO MUNDO, NO BRASIL, EM MATO GROSSO DO SUL E EM CORUMBÁ)

Segundo o historiador espanhol Antonio Escobedo (1995), a história da relação entre o homem e as drogas envolve questionar os preconceitos e tabus, além de considerar o impacto das políticas de proibição e criminalização. É preciso analisar as motivações por trás do uso de drogas, as consequências para a saúde mental e física dos indivíduos, e as possíveis alternativas de abordagem para lidar com esse problema de forma mais eficaz e humanitária. A compreensão holística e a busca por soluções inovadoras e baseadas em evidências são essenciais para enfrentar o desafio complexo e multifacetado das drogas na sociedade contemporânea.

A relação entre o homem e as drogas é uma longa e complexa história que levanta questões sobre preconceitos e tabus. É importante considerar o impacto das políticas de proibição e criminalização, assim como analisar as motivações por trás do uso de drogas e suas consequências para a saúde mental e física dos indivíduos.

É fundamental questionar as abordagens tradicionais e buscar alternativas mais eficazes e humanitárias para lidar com esse problema. A compreensão holística e a busca por soluções inovadoras e baseadas em evidências são essenciais para enfrentar o desafio abrangente e multifacetado das drogas na sociedade contemporânea. É preciso promover um diálogo aberto e inclusivo, que busque a redução de danos e uma abordagem mais empática e compassiva em relação aos usuários de drogas.

No período que compreende do século XVI ao XVIII, a palavra holandesa **droog**, que possivelmente deu origem à palavra “droga”, era usada para se referir aos produtos naturais destinados à gastronomia e à cura de doenças (Carneiro, 2005).

Segundo o Dicionário Aurélio, droga significa:

Med. Qualquer composto químico de uso médico, diagnóstico, terapêutico ou preventivo. 2. Restr. Substância cujo uso pode levar a dependência (4). 3. Substância entorpecente, alucinógena, excitante, etc. 4. Coisa de pouco valor ou desagradável (Ferreira, 2000, p. 247).

Dos significados acima citados no dicionário, não se aplica ao tema drogas o exposto no item 4. Sem dúvidas, as drogas, tanto legais quanto ilegais, não podem ser mencionadas como “coisa de pouco valor”. Estiveram presentes nas sociedades de organização primitivas, integrando festas, cultos e rituais religiosos (Escohotado, 1995). A venda e a busca de mercado para as drogas resultaram em conflitos armados, como no caso da Guerra do Ópio na China durante o século XIX (Cárceles, 1996).

Embora hoje em dia as drogas sejam geralmente vistas de forma negativa pela sociedade, no passado eram reverenciadas. O vinho, por exemplo, era representado como um deus, como Dionísio na mitologia grega e Baco na romana, mostrando a importância dessa substância para os seres humanos. Na sociedade antiga, a palavra grega *methyein*, que significa “ficar embriagado”, assim como *methíemi* (“liberar, permitir”), era usada para se referir às diversas drogas, incluindo o próprio vinho, que hoje ainda é aceito como uma droga socialmente aceitável. Até mesmo a Igreja valoriza o vinho ao considerá-lo símbolo do sangue de Cristo (Escohotado, 1995; Carneiro, 2005).

No início, as drogas eram utilizadas de forma social e sagrada. Terapeutas as usavam com um propósito mágico para obter resultados eficazes na cura de doenças. Em casos de epidemia, uma comunidade poderia escolher o ópio, o heléboro ou qualquer outro medicamento com propriedades curativas para ser utilizado como remédio.

De acordo com Escohotado (1995), a presença de psicoativos em festas pode ter diversas finalidades, como a busca por intensificação de sensações, conexão com o divino, busca por experiências extáticas ou simplesmente para relaxamento e diversão. Em algumas culturas, o uso de substâncias psicoativas em rituais religiosos era considerado sagrado e proporcionava uma conexão mais profunda com o sagrado.

Além disso, o uso de psicoativos em festas também pode ter a função de quebrar a monotonia do dia a dia e proporcionar momentos de escape e liberdade, permitindo que os indivíduos se

desconectem temporariamente das preocupações do cotidiano e se entreguem ao prazer e à alegria da celebração. A presença de música, dança e outras formas de expressão artística durante as festas também contribui para intensificar a experiência dos psicoativos, criando um ambiente propício para a exploração de novas sensações e emoções. Porém, é importante ressaltar que o uso de psicoativos em festas deve ser feito de forma responsável e consciente, respeitando os limites pessoais e coletivos e evitando possíveis danos à saúde e ao bem-estar dos participantes.

Ademais, as drogas estavam incluídas também nos rituais religiosos. A ingestão de caldo de tabaco iniciava as celebrações e os cultos na Bacia Amazônica, nas Antilhas, na América Central, na Oceania e na África (Escohotado, 1995). Nas comunidades xamanísticas, as drogas aproximavam as entidades espirituais do xamã, que encontrava na meditação, no jejum ou na ingestão de substâncias psicoativas o caminho para abandonar seu corpo, transformar-se em espírito e viajar buscando experiências extraordinárias.

O comércio de drogas como o tabaco, o açúcar, o café, o chá, as especiarias e o ópio se tornou extremamente lucrativo e impulsionou a expansão marítima e colonial das potências europeias. As drogas passaram a ser consideradas commodities importantes e estratégicas, influenciando as relações internacionais e o desenvolvimento econômico dos países. Além disso, o uso de drogas se disseminou entre as populações, proporcionando novas experiências sensoriais e modificando hábitos e costumes. O consumo de tabaco, por exemplo, se tornou um símbolo de status e sofisticação, enquanto o uso de ópio se popularizou entre as camadas mais pobres da sociedade (Carneiro, 2005).

No entanto, o comércio de drogas também teve consequências negativas, como a exploração dos povos colonizados, o aumento do vício e da dependência, e a disseminação de doenças e epidemias. A regulamentação e o controle do comércio de drogas se tornaram uma preocupação dos governos, que buscaram estabelecer políticas e leis para lidar com essas questões.

Em resumo, a consolidação do mercantilismo e a formação dos Estados nacionais tiveram um impacto significativo no papel das drogas na sociedade, transformando-as em produtos de comércio e consumo essenciais para o funcionamento da economia e da política global.

Assim, esses bens eram predominantes entre o conjunto de produtos trocados nas expedições marítimas. A produção e o consumo de bebidas alcoólicas (destiladas e fermentadas) predominavam no comércio europeu, assim como o tabaco, o ópio e o café na América, na Ásia e

na África. O tabaco e a aguardente, por exemplo, eram os principais produtos utilizados pelo Brasil na compra de escravos africanos (Carneiro, 2005).

Pelo significado marxista, a diferença entre valor de uso e valor de troca se explica quando:

Um homem que, com seu produto, satisfaz suas necessidades pessoais produz um valor de uso, mas não uma mercadoria. Para produzir mercadorias é preciso que não se produzam apenas simples valores de uso, mas valores de uso para outrem, valores de uso sociais (Marx, 1982, p. 27-28).

Com o surgimento do mercantilismo, as drogas passaram a ser comercializadas em larga escala, sendo utilizadas não apenas para fins locais, mas também para gerar lucro e riqueza para os comerciantes. Elas deixaram de ser apenas um produto de uso tradicional em determinadas culturas e se tornaram mercadorias que podiam ser vendidas e compradas em grandes quantidades.

Esse processo de transformação das drogas em mercadorias teve um impacto significativo na economia global, gerando novas oportunidades de negócios e influenciando o desenvolvimento de rotas comerciais e métodos de produção. Ao se tornarem mercadorias, as drogas adquiriram um valor econômico que impulsionou o comércio internacional e a expansão de mercados em todo o mundo. Assim, a partir do mercantilismo, as drogas deixaram de ser apenas produtos de uso local e passaram a ser vistas como commodities valiosas, capazes de movimentar grandes quantidades de dinheiro e influenciar as relações comerciais entre diferentes países e culturas.

Essa intensa busca por mercados consumidores caracteriza-se pelo comércio de ópio no Oriente. Esse psicoativo, que era usado na Ásia milênios antes de Cristo e conhecido como a "planta da alegria", era utilizado como alimento, sendo ingerido como comida. Contudo, a partir do final do século XVII, tal planta passou a ser fumada, causando maiores prejuízos à saúde.

Na Europa, os principais consumidores de ópio eram os grupos de intelectuais e artistas, que se reuniam em locais próprios para fumá-lo, nas ditas fumeries (Lima, 2005). Não é à toa que esse psicoativo influenciou o romantismo alemão, destacando como usuários personalidades renomadas como Goethe, Delacroix, Goya, Tolstoi, entre outros autores de várias nacionalidades (Escohotado, 1995, v. 2).

Apenas no século XIX manifesta-se a popularização dos opiáceos, que seriam então associados, juntamente ao álcool, ao uso problemático, como bem descreveu Engels (1845) em "A situação da classe operária na Inglaterra", ao contextualizar a situação degradante dos trabalhadores nos grandes centros urbanos e industriais.

Com isso, as drogas passaram a ser produzidas de forma sintética, ampliando o mercado e aumentando o potencial de abuso e dependência. A industrialização e a globalização facilitaram ainda mais o acesso a essas substâncias, tornando a questão das drogas um problema de saúde pública em escala global. Assim, a evolução das drogas ao longo dos séculos reflete não apenas avanços científicos e tecnológicos, mas também mudanças sociais, econômicas e culturais que impactam diretamente a forma como lidamos com o uso e abuso dessas substâncias.

A primeira delas a ser produzida foi a morfina, obtida do ópio, em 1804, pelo farmacêutico alemão Friedrich Serturmer (Escohotado, 1995, v. 2). Já em 1874, surgiu a diacetilmorfina, derivada da morfina, registrada com o nome de heroína, em 1898, pela indústria farmacêutica alemã Bayer. O nome foi uma referência à palavra alemã *heroisch* (heróico), por caracterizar, desta forma, os efeitos estimulantes e analgésicos do então fármaco (Escohotado, 1996). No vocábulo grego, *phármakon* tem o significado tanto de remédio quanto de veneno (Escohotado, 1995, v. 1).

Há uma ambiguidade a respeito do desenvolvimento da indústria química e farmacêutica. Por um lado, implicou avanços na medicina e melhorias na saúde do homem; por outro, contribuiu para o monopólio e o domínio da mercadoria. Ao longo do século XIX, surgiram grandes indústrias farmacêuticas (que permanecem na atualidade), como a Bayer, a Hoechst, a BASF, a Roche, a CIBA e a Sandoz (Lima, 2005).

Os avanços científicos contribuíram para a disseminação de várias drogas. Neste contexto, além da morfina e da heroína, no período de consolidação do capitalismo, surge então a cocaína. A folha de coca era utilizada desde 2500 a.C. pelos incas. Culturalmente, a folha é mastigada, o que proporciona aos nativos suportar a falta de oxigênio comum em regiões de grandes altitudes, como a região dos Andes. Além disso, a colonização espanhola explorou os índios que, com trabalho escravo, encontravam na coca mascada um suprimimento para a fome, o cansaço e o frio, pois a planta tem propriedades estimulantes (Escohotado, 1996; Leite; Andrade, 1999; Lima, 2005; Domanico, 2006).

Entretanto, em 1859, o químico alemão Albert Nieman extraiu o alcaloide cocaína das folhas de coca após uma expedição austríaca que levou a planta andina à Europa em 1882 (Escohotado, 1995). A descoberta da substância, a princípio, não acarretou aumento na demanda. Apenas em 1884, um químico alemão conseguiu comprovar as propriedades anestésicas da substância, crescendo, dessa forma, a demanda pela droga, que devido aos preços altos não se popularizou tão rápido. Contudo, mesmo com o preço alto, a droga teve sua comercialização globalizada.

A substância também esteve presente na fórmula da bebida Coca-Cola, que era uma forte concorrente dos Estados Unidos em relação às grandes indústrias alemãs. Entre diversos cientistas e pesquisadores, Freud, o pai da psicanálise, foi um dos principais adeptos da cocaína, utilizando-a em tratamentos de pacientes (Gootenberg, 1999).

A cocaína obteve seu auge devido aos efeitos excitantes e eufóricos que causava no ser humano e pela variedade de maneiras de consumo, podendo ser injetada, inalada ou fumada. Embora a droga permeasse todos os continentes, não chegou a ser considerada uma epidemia como o ópio, pois o consumo dela não pertenceu às camadas sociais mais baixas. Para estas classes, surgiram novos produtos derivados da coca, como o crack.

Em meados dos séculos XIX e XX, a cocaína e outras drogas derivadas do ópio eram amplamente consumidas em todo o planeta. No entanto, a partir do século XX, iniciou-se uma discussão acerca da nocividade dessas substâncias. A Conferência de Xangai sobre o Ópio, de 1909, não estabeleceu interdições, porém, realizou o primeiro debate sobre o controle do mercado de psicoativos (Rodrigues, 2005).

Dessa forma, a luta contra as drogas também foi apresentada na Conferência de Xangai, quando se incumbiu aos Estados Unidos a tarefa de "salvar" o povo asiático que sofria dos males causados pelo mercado do ópio. Nesse sentido, impedir o comércio de psicoativos representava, sobretudo, contrariar a supremacia geográfica e econômica da Europa.

Dessa forma, a "onda não-permissiva" foi se espalhando. Becker relata que, por volta dos anos 20, parte da população americana era indiferente à maconha, que era uma droga desvalorizada, fumada principalmente por mexicanos. Em até 10 anos, a proibição dessa droga emergiu e, em 1930, 16 estados já haviam aprovado a lei proibindo a marijuana. Mais tarde, em 1937, pretendendo extinguir o consumo da erva, o Congresso promulgou a Lei de Taxação da Maconha (Becker, 1977).

Tal política de redução da demanda, via aumento das margens dos preços e repressão ao consumo, orientou as diretrizes da política nacional, resultando na criação de polícias e de agências para controle da repressão e do comércio de drogas, como o Federal Bureau of Narcotics, criado em 1930, seguido pelo Bureau of Drug Abuse Control e pelo Bureau of Narcotics and Dangerous Drugs, na década de 1960 (Rodrigues, 2005).

Este modelo seria posteriormente repassado aos demais países por órgãos de diplomacia internacional. A criação da Liga das Nações, após a I Guerra Mundial e encerrada por volta de

1930, seguida pela Organização das Nações Unidas (ONU), criada a partir da II Guerra Mundial, foi de suma importância na documentação relativa à proibição das drogas.

A globalização, por sua vez, impactou significativamente o mercado de drogas, pois, ao mesmo tempo em que se abriram os mercados formais, também se abriram os mercados ilegais. O aumento da concorrência em nível mundial, a redução da regulamentação financeira e a elevação das transações entre países intensificaram o mercado de drogas e reforçaram a degradação das questões sociais, agravando a situação da população pobre dos países desenvolvidos e elevando a criminalidade e a marginalização das populações dos países do terceiro mundo. Em outras palavras, a globalização aumentou a desigualdade, deixando "os ricos mais ricos e os pobres mais desesperados".

A globalização no mercado financeiro impactou o narconeócio. "A tendência à globalização dos mercados financeiros ao longo das décadas recentes foi acompanhada pelo rápido crescimento de três tipos de atividade financeira ilícita" (Woodiwiss, 2007, p. 239), que são a evasão fiscal, a fuga de capitais e a lavagem de dinheiro.

De acordo com Souza (2007):

O sentido do aumento da ilegalidade na sociedade contemporânea deve ser entendido com base nas transformações recentes do capitalismo: no que tange ao problema do emprego e da perda de coesão social, responsável por elementos como a "integração perversa" ao mercado de trabalho e superexploração da mão de obra [...]; e o surgimento de novas oportunidades para o crime global, que vai se beneficiar da redução de barreiras tarifárias, desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, advento de novas tecnologias e de uma profunda capacidade de se adaptar às recentes exigências de flexibilidade (Souza, 2007, p. 87).

Assim, compreende-se o agravamento da questão das drogas na transformação do sistema capitalista. Além disso, o acompanhamento do mercado global de drogas ilícitas também possibilita a identificação de rotas de tráfico, de organizações criminosas envolvidas nesse comércio, de áreas de produção e de tráfico, bem como de tendências no uso de drogas em diferentes regiões do mundo.

Essas informações são essenciais para a elaboração de políticas públicas eficazes no combate ao tráfico de drogas, na prevenção do uso de substâncias ilícitas e na promoção da saúde e bem-estar da população. A análise do mercado global de drogas ilícitas também pode auxiliar na identificação de possíveis lacunas nas estratégias de combate ao tráfico e no desenvolvimento de novas abordagens e soluções para enfrentar esse desafio.

Portanto, o acompanhamento do mercado global de drogas ilícitas é uma ferramenta fundamental para compreender a complexidade desse fenômeno e para orientar a formulação de políticas mais eficazes e eficientes no combate ao tráfico de drogas e na promoção da saúde pública.

No Brasil, as problemáticas associadas ao uso de álcool e outras drogas só começaram a ser abordadas pelo Estado no início do século XX. Essa abordagem teve origem na década de 1920, desenvolvendo-se predominantemente no campo da justiça e da segurança pública, e considera o uso de drogas como um ato criminoso e moralmente incorreto.

Autores como Machado e Miranda (2007) afirmam que as primeiras intervenções do governo brasileiro na área ocorreram no início do século XX, momento em que foi criado um aparato jurídico-institucional destinado a estabelecer o controle do uso e do comércio de drogas, preservando a segurança e a saúde pública no país (Machado e Miranda, 2007, p. 803).

Ressalta-se que tal postura proibicionista do governo brasileiro foi, ao longo do século XX, influenciada e reforçada por deliberações e acordos realizados em convenções e conferências internacionais, em especial as da Organização das Nações Unidas (ONU). Estas reafirmaram, como resposta para o problema, a adoção de medidas de repressão à oferta e ao consumo de drogas (Machado e Miranda, 2007).

Na década de 70, a legislação brasileira sobre o tema também passou a ser influenciada pelo saber médico, especificamente a psiquiatria. Esses moldes se inseriram em um cenário assistencial esvaziado e de difícil acesso, integrando-se naquele período como o único recurso terapêutico disponível para uma grande parcela de usuários de drogas. As penalidades, que anteriormente regulavam a exclusão dos usuários do convívio social e sua inserção em prisões, a partir da década de 1970, consideraram então os hospitais psiquiátricos como locus prioritário para o “tratamento” e a recuperação, com foco na “salvação” e na punição desses usuários (Alves, 2009).

Conforme Alves (2009), a criação de estabelecimentos especializados para tratamento de usuários de drogas na rede pública de saúde não aparece como uma prioridade. Apenas com a Lei n. 6.368, de 1976, a primeira lei brasileira que aborda a questão do tratamento de usuários de drogas, é que se credita a Estados e Municípios a responsabilidade de contar, somente quando “necessário e possível”, com serviços específicos para o tratamento do usuário de substâncias psicoativas.

Este cenário propiciou o surgimento e a expansão de diversas instituições de natureza não governamental, nascendo assim as comunidades terapêuticas, e a tentativa de resposta ao problema

pela sociedade civil, como os grupos de ajuda mútua e cuidados. Assim, as estratégias de redução de danos ganharam força política, passando a fazer parte de uma política pública.

De acordo com Brites (2015), historicamente, podemos dizer que o debate crítico sobre a Política de Drogas no Brasil é muito recente, pois foi herdado da conjugação de forças progressistas que se articularam no processo de redemocratização da sociedade brasileira nos anos 1980 e que constituíram embates em torno das Reformas Sanitária e Psiquiátrica.

O Brasil deu início à construção de uma política nacional específica em 1988, sobre o tema da redução da demanda e da oferta de drogas. Foi após a realização da XX Assembleia Geral Especial das Nações Unidas (ONU), na qual foram discutidos os princípios diretivos para a redução da demanda de drogas constatadas pelo Brasil, que as primeiras medidas foram tomadas. O então Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN) foi transformado no Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e foi criada a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), diretamente vinculada à então Casa Militar da Presidência da República. A SENAD foi criada pela Medida Provisória n°. 1.669 e pelo Decreto n°. 2.632, de 19 de junho de 1998 (Brasil, 2013).

Com a finalidade de coordenar a Política Nacional Antidrogas, por meio da articulação e integração entre Governo e sociedade, coube à SENAD mobilizar os diversos atores envolvidos com o tema para a criação da política brasileira. Dessa forma, em 2002, por meio do Decreto Presidencial n°. 4.345, de 26 de agosto de 2002, instituiu-se a Política Nacional Antidrogas – PNAD.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, surgiu a necessidade de construção de uma nova Agenda Nacional para a redução da demanda e da oferta de drogas no país, que viesse a contemplar três pontos principais: a integração das políticas públicas setoriais com a Política Nacional Antidrogas, visando ampliar o alcance das ações; a descentralização das mesmas em nível municipal, permitindo a condução local das atividades de redução da demanda, devidamente adaptadas à realidade que cada município apresenta; e o estreitamento das relações com a sociedade e com a comunidade científica (Brasil, 2013).

Nesse sentido, em 2005 foi criada a atual Política Nacional sobre Drogas, que busca abordar de forma mais abrangente a questão das drogas, considerando não apenas o aspecto da repressão, mas também incorporando ações de prevenção, tratamento e reinserção social.

A nova política busca promover a redução da oferta e da demanda de drogas, ao mesmo tempo que valoriza ações de prevenção, tratamento e reinserção social, garantindo a dignidade e

os direitos humanos das pessoas envolvidas com drogas. Além disso, a nova Política Nacional sobre Drogas incorpora uma abordagem mais inclusiva e participativa, com a participação da sociedade civil, do poder público e de diversas áreas do conhecimento, visando uma ação integrada e efetiva no enfrentamento do problema das drogas.

Dessa forma, a atualização da Política Nacional sobre Drogas reflete a necessidade de adaptação às novas realidades e desafios relacionados ao tema das drogas, buscando uma abordagem mais ampla e eficaz no enfrentamento dessa complexa questão social (Brasil, 2010).

Com a Lei nº 11.343/2006, o Brasil se destaca no cenário internacional ao instituir o SISNAD e prescrever medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários de drogas, em consonância com a atual política sobre drogas. Desta lei nasceu a necessidade de harmonizar os dois instrumentos normativos que existiam anteriormente: as Leis nº 6.368/1976 e 10.409/2002, revogando esses dispositivos e configurando diferenças entre traficantes e usuários.

Em 2010, através do Decreto nº 7.179 de 20 de maio, o Governo Federal criou o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, objetivando a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários, bem como o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas (Brasil, 2013). Esse plano teve como alvo desenvolver um conjunto integrado de ações em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil, buscando a redução da criminalidade associada ao consumo dessas substâncias junto à população.

Na contemporaneidade, em relação ao papel do Estado brasileiro, algumas questões têm se colocado. Todavia, diante do crescente aumento do uso de substâncias psicoativas e dos grandes custos sociais decorrentes desse aumento, o Estado tem sido convocado a responder a essa questão social com políticas públicas direcionadas ao público-alvo. Pode-se afirmar que as políticas sobre drogas no Brasil sofreram, desde o início, influências da política internacional, principalmente da conjuntura econômica.

De acordo com Brites (2015), as mudanças operadas no capitalismo mundial pela reestruturação produtiva, pela precarização e flexibilização das relações no mundo do trabalho, pelo crescimento da desigualdade, pela contrarreforma do Estado (Behring, 2003) e pelo aumento da violência jogaram um peso devastador sobre as conquistas no campo dos direitos sociais e no âmbito das políticas sobre drogas, com efeitos ainda mais gravosos.

Deste modo, no governo Lula, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), em 2006, coordenou um grupo do governo que assessorou os parlamentares no processo que levou

à aprovação da Lei nº 11.343, em 23 de agosto de 2006, instituindo o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). Esta legislação sobrepõe-se à forma arcaica e em completo desacordo com os avanços científicos na área e com as transformações societárias vigentes. Tal lei trouxe avanços na estratégia de redução de danos e ainda aumento da pena por tráfico.

Diante das necessidades sobre o tema, almeja-se o aumento das políticas sociais sobre drogas, especialmente dos serviços de cuidado e saúde, convergindo e integrando esforços intersetoriais do governo, em suas três esferas federativas, e da sociedade, em uma perspectiva de responsabilidade compartilhada.

Para Iamamoto (2014), a política social no Brasil tem sido submetida aos ditames da política econômica, sendo redimensionada ante as tendências de privatização, de cortes nos gastos públicos para programas sociais, com focalização no atendimento à pobreza e descentralização na sua aplicação.

Em primeiro lugar, a redução dos gastos sociais pode levar a uma diminuição da qualidade e da cobertura dos serviços sociais públicos, o que afeta diretamente a vida da população mais vulnerável. Por exemplo, a redução dos investimentos em saúde pode resultar em menos acesso a tratamentos, medicamentos e atendimento médico de qualidade, aumentando o sofrimento e a mortalidade das pessoas que dependem do sistema público de saúde. Além disso, a deterioração dos serviços sociais públicos pode acentuar as desigualdades sociais, pois as pessoas mais ricas e privilegiadas têm condições de recorrer a serviços privados de melhor qualidade, enquanto as pessoas mais pobres e marginalizadas ficam sem opções viáveis de atendimento.

As relações entre o Estado e a sociedade também são impactadas pela redução dos gastos sociais, pois a confiança no governo e nas instituições públicas pode ser abalada quando os serviços essenciais não são garantidos de maneira adequada. Isso pode gerar insatisfação e descontentamento na população, levando a conflitos e instabilidade social.

Por fim, as políticas sociais anteriormente existentes ao programa de contrarreforma do Estado também influenciam os impactos da redução dos gastos sociais. Se os programas de proteção social eram robustos e eficazes, a retirada de recursos pode ter consequências ainda mais graves para aqueles que dependiam desses benefícios para sua subsistência.

Assim, é importante considerar não apenas as consequências imediatas da redução dos gastos sociais, mas também o contexto socioeconômico e político em que essas medidas são

implementadas, a fim de mitigar os danos causados à população mais vulnerável e garantir a prestação de serviços públicos de qualidade para todos.

Com a criação da Lei nº 13.840, de 2019, o Sisnad atuará em articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), garantindo assim o melhor atendimento e acolhimento das pessoas com problemas de vício em substâncias psicoativas. Desta forma, assegura-se que estados e municípios são responsáveis pela prática de atendimento a essa vulnerabilidade social, de acordo com as leis já existentes.

No estado de Mato Grosso do Sul, segundo o Decreto nº 14.834, de 14 de setembro de 2017, o Conselho Estadual Antidrogas (CEAD) é o órgão consultivo e de deliberação colegiada e autônoma, de caráter permanente e composição paritária, incumbido de normatizar e fiscalizar o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, vinculado à SEJUSP/MS e com sede na cidade de Campo Grande/MS. É composto por 24 membros titulares, representando o poder público e a sociedade civil. Dispõe ainda que:

Art. 4º O CEAD/MS poderá solicitar apoio ou estabelecer parcerias com órgãos e entidades públicas ou privadas para prática de atividades voltadas à prevenção, tratamento e repressão ao uso de álcool e outras drogas e à reinserção social, observadas as atribuições, competências e objeto social do apoiador/parceiro e os requisitos legais para o ato [...]

Entre os atos deste Decreto, o principal deles é instituir aos municípios a criação do Conselho Municipal Antidrogas, regulado pelo CEAD e pelas legislações federais já consolidadas.

A lei que dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas de Corumbá (COMAD) foi sancionada em 16 de outubro de 2018, e se torna uma importante ferramenta para o desenvolvimento das ações voltadas à prevenção e repressão ao uso de drogas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal. O COMAD assegura a integração às ações conjuntas e articuladas de todos os órgãos de nível federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), previsto na Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, e fixa políticas de prevenção e combate às drogas, por meio da instituição e desenvolvimento do Programa Municipal sobre Drogas (PROMAD).

O PROMAD objetiva diagnosticar a conjuntura do perfil epidemiológico das drogas em Corumbá para equacionar as estratégias de enfrentamento do problema, definindo a logística necessária para o desenvolvimento das ações no campo da difusão socioeducativa, da saúde, da segurança comunitária e psicossocial da família. Visa o controle do uso indevido de substâncias

psicoativas, o tratamento, a recuperação e a reinserção social dos dependentes e usuários encontrados nesta região, que abrange a facilidade de exposição às drogas devido à conveniência de fácil acesso à Bolívia, um dos maiores produtores de cocaína do mundo.

Dessa forma, busca-se garantir que as ações previstas nas Leis 11.343/06 e 13.840/19 sejam asseguradas, direcionando e orientando as tratativas sobre esta temática que permeia nossa sociedade há tantas gerações.

8. DROGAS: REFLEXÃO SOBRE O FRACASSO SOCIAL E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE

Diversos estudos, nacionais e internacionais, indicam que os programas voltados para a prevenção contra o uso abusivo de drogas devem abordar a dimensão socioeconômica e política deste fenômeno, assim como as representações e práticas da população relativas aos diversos aspectos desse tema. Apoiadas na contextualização histórica do fenômeno das drogas, tais análises assinalam o fracasso das políticas de prevenção centradas apenas na repressão e a necessidade de se propor visões alternativas (Bucher, 1992; Inem & Acselrad, 1993; Bastos, 1995).

Uma abordagem de "redução de danos" foi enfatizada nesta perspectiva. Contrariamente às políticas repressivas de "guerra às drogas", esta perspectiva baseia-se em dois pressupostos: o precedente histórico da ausência de uma sociedade que coibisse o uso de drogas e o fato de que tais utilizações determinam o dano mínimo e o máximo alívio e bem-estar dos indivíduos e das comunidades. Por conseguinte, é importante sublinhar a necessidade de avaliar os danos que queremos evitar, incluindo os danos causados pelo consumo de substâncias psicoativas, e de desenvolver uma classificação e hierarquia abrangentes desses danos. Portanto, a educação para a prevenção do abuso de drogas é considerada uma prioridade, mesmo que isso não signifique usar a dicotomia preventiva versus curativa. Salienta-se aqui o valioso papel dos sistemas públicos de educação e de saúde em tais ações.

Um dos maiores problemas do mundo atual é a incapacidade de controlar o uso de drogas ilegais, mas principalmente o obscuro mundo criminoso, que desenvolveu uma logística impressionante para distribuí-las por toda parte. O mercado de drogas ilegais é hoje considerado um dos maiores setores econômicos do mundo. No entanto, isto é apenas parte de um sistema operacional empresarial e de crime mais ou menos organizado que opera em vários setores através de redes e mecanismos semelhantes e parece ser uma atividade limpa e legal. Uma vez que os

setores econômicos, especialmente os ilegais, misturam mercados formais e informais, entrelaçam múltiplos setores legais e ilegais, ao mesmo tempo que ligam instituições estatais e traficantes de drogas, os seus negócios atravessam muitos setores legais da sociedade. Estes setores operam frequentemente na economia formal, mas obtêm alguns dos seus lucros do tráfico de drogas e de outras atividades ilegais.

Tais atividades são diversas no sentido de que incluem outras ações criminosas, como o roubo de vários bens utilizados como moeda para comprar drogas e seus precursores. Elas seguem também as redes financeiras para a lavagem do dinheiro proveniente de muitas outras atividades ilegais, como o contrabando, a corrupção governamental e os muitos tráficos existentes (Zaluar, 1994; Geffray, 1996; UNDCP, 1997).

Em setores como os bancos, o mercado imobiliário e as empresas de transporte, podem ocorrer atividades relacionadas à lavagem de dinheiro proveniente de atividades ilegais. Por exemplo, os bancos podem ser usados para movimentar fundos ilícitos através de transações complexas e camufladas. No mercado imobiliário, imóveis podem ser comprados com dinheiro sujo para posteriormente serem vendidos, legitimando assim os lucros ilegais. Companhias de transporte podem ser utilizadas para movimentar dinheiro ou mercadorias ilegais de forma discreta.

A lavagem de dinheiro é um processo complexo que envolve a dissimulação da origem ilícita dos fundos, tornando-os aparentemente legítimos. Isso pode ser feito através de várias etapas, como a colocação do dinheiro sujo em instituições financeiras, a camuflagem de sua origem por meio de transações aparentemente legítimas e a integração dos fundos novamente na economia de maneira que pareçam ter sido obtidos de forma legal.

Os governos e as instituições financeiras têm implementado medidas cada vez mais rigorosas para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo, incluindo regulamentações mais estritas, monitoramento de transações suspeitas e cooperação internacional. No entanto, a lavagem de dinheiro continua sendo um desafio significativo em muitas partes do mundo.

Neste contexto de baixo crescimento econômico, é possível que mais pessoas sejam atraídas para atividades criminosas como uma forma de buscar ganhos financeiros. Quando as oportunidades legítimas de emprego e empreendedorismo são limitadas, algumas pessoas podem recorrer ao crime como uma alternativa para sustentar a si mesmas e suas famílias.

Além disso, em períodos de baixo crescimento econômico, pode haver um aumento na concorrência por recursos escassos, levando a um ambiente mais competitivo e potencialmente

violento no mundo do crime. Aqueles envolvidos em atividades ilegais podem recorrer a táticas violentas para proteger seus interesses, expandir seus territórios ou eliminar a concorrência. Essa dinâmica pode criar um ciclo vicioso em que o crime prospera em meio à escassez econômica, enquanto, ao mesmo tempo, as atividades criminosas adicionam uma camada de instabilidade que pode prejudicar ainda mais o crescimento econômico.

É importante que os governos e as comunidades adotem abordagens holísticas para lidar com o crime e o crescimento econômico. Isso pode incluir políticas que visem melhorar o acesso à educação, criar oportunidades de emprego, fortalecer o estado de direito e implementar medidas eficazes de aplicação da lei para desencorajar atividades criminosas e proteger os cidadãos

O ponto levantado pelo secretário executivo da Interpol, Robert Kendall, destaca uma questão importante sobre a abordagem das forças policiais em relação ao combate ao tráfico de drogas e à lavagem de dinheiro. Concentrar os recursos policiais na repressão aos grandes traficantes e lavadores de dinheiro pode ter um impacto mais significativo na desarticulação das redes criminosas e na interrupção do fluxo de drogas e dinheiro sujo.

No entanto, muitas vezes as forças policiais acabam direcionando seus esforços para os consumidores de drogas e pequenos traficantes, devido à legislação e à prática policial em muitos países, incluindo o Brasil. Isso pode ser influenciado por uma variedade de fatores, incluindo políticas de aplicação da lei, pressões sociais e políticas, entre outros. Além disso, as relações simbióticas entre diferentes atores no mundo do crime, incluindo traficantes de drogas, lavadores de dinheiro e até mesmo alguns elementos corruptos dentro de instituições, podem criar um ambiente complexo e interligado que é difícil de desfazer. Essas relações podem criar uma teia social, econômica e institucional da qual pode ser difícil escapar uma vez dentro dela.

A demanda por drogas seria decorrente de mudanças nos estilos de vida, que, por sua vez, teriam modificado o "consumo de estilo", que é muito mais caro do que o consumo familiar, ou seja, as despesas familiares relacionadas aos modelos seguros das famílias de trabalhadores e de classe média (Sassen, 1991). A descrição ressalta uma realidade complexa em muitos países, incluindo o Brasil, onde, apesar da expansão do poder do Estado e dos recursos destinados ao controle público das atividades criminosas, apenas recentemente houve uma atenção adequada aos interesses econômicos e políticos conectados à economia do tráfico de drogas e outras atividades ilícitas.

É verdade que, historicamente, as forças de segurança em muitos estados brasileiros têm direcionado grande parte de seus esforços para a repressão violenta das favelas e bairros pobres, especialmente nas regiões metropolitanas e capitais. Esse foco muitas vezes resulta em violações de direitos humanos e em um ciclo de violência que afeta desproporcionalmente os moradores dessas áreas já marginalizadas.

Além disso, a falta de eficácia das forças de segurança pública em fornecer proteção adequada à população pode levar ao crescimento das forças de segurança privadas, tanto formais quanto informais. No entanto, essas forças privadas geralmente não conseguem diminuir a sensação de risco e insegurança entre os moradores das cidades, pois muitas vezes operam em paralelo às instituições públicas de segurança e podem ser motivadas por interesses comerciais, em vez de preocupações com o bem-estar público.

A descrição retrata uma transformação significativa na sociedade brasileira, onde uma revolução nos modelos de consumo trouxe uma abundância de bens de consumo, estilos de consumo em constante renovação e grandes centros de lazer e consumo. Essas mudanças não apenas moldaram os padrões de consumo, mas também influenciaram os valores culturais e as mentalidades coletivas.

Durante os anos 1970 e 1980, houve uma disseminação de valores individualistas e mercantis, refletidos em expressões como "fazer dinheiro fácil" e "tirar vantagem de tudo". Enfatizava-se a busca pelo lucro pessoal e o aproveitamento de oportunidades sem considerações éticas ou morais mais amplas. Nesse contexto, o mercado passou a exercer uma influência dominante na sociedade brasileira, muitas vezes em detrimento dos limites morais tradicionalmente fornecidos pelo tecido social. Essa colonização pelo mercado teve impactos profundos, não apenas no comportamento individual, mas também nas estruturas sociais e nas instituições.

Como uma atividade ilegal e invisível que se desenvolve nesse ambiente social, econômico e cultural, o comércio de drogas se torna parte integrante desse novo cenário. Ele se beneficia das mesmas dinâmicas que promovem o individualismo, a busca pelo lucro fácil e a falta de escrúpulos, encontrando terreno fértil em uma sociedade onde os limites morais estão enfraquecidos. Portanto, para entender e abordar efetivamente o comércio de drogas e outras atividades ilegais, é essencial considerar não apenas os aspectos legais e policiais, mas também as condições sociais, econômicas e culturais mais amplas que moldam esse fenômeno. Isso exige uma abordagem multifacetada que inclua não apenas a repressão criminal, mas também o fortalecimento das estruturas sociais, a

promoção de valores éticos e a criação de oportunidades econômicas legítimas para todos os setores da sociedade.

Destaca-se que o simples fato de encarcerar traficantes, embora possa reduzir parte do problema, não é suficiente para resolver completamente a questão. A abordagem de aumentar a fiscalização e construir mais prisões pode ser parte da solução, mas também é necessário enfrentar as raízes mais profundas do problema, especialmente no que diz respeito aos usuários de drogas.

A intervenção deve ser multifacetada e incluir medidas preventivas, educacionais e de tratamento. Isso pode começar com iniciativas na esfera familiar, promovendo uma educação e comunicação aberta sobre os riscos das drogas. Além disso, um sistema de saúde pública especializado no tratamento de dependências químicas é essencial para oferecer apoio e tratamento adequado aos usuários.

Da mesma forma, é importante abordar a questão em nível de segurança pública, mas com um enfoque mais amplo que vai além da simples repressão. Isso pode incluir programas de redução de danos, que visam mitigar os impactos negativos do uso de drogas e encaminhar os usuários para tratamento, em vez de simplesmente criminalizá-los.

Em resumo, uma abordagem abrangente e coordenada que envolva a família, o sistema de saúde, a segurança pública e outras partes interessadas é essencial para enfrentar efetivamente o problema das drogas e reduzir a violência e a criminalidade associadas a ele.

De acordo com Cerqueira (2014, p. 30), “a renda econômica gerada constitui o incentivo para que firmas e traficantes rivais disputem o mercado, utilizando como instrumento a violência”. A falta de poder aquisitivo em uma sociedade predominantemente capitalista neoliberal pode levar à marginalização de certos grupos sociais. Sob esse sistema econômico, onde o capital e o lucro muitas vezes têm prioridade sobre as necessidades humanas básicas, aqueles que não possuem capital suficiente podem encontrar-se em desvantagem significativa.

Essa marginalização pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a negação de acesso a serviços essenciais como educação de qualidade, saúde, saneamento básico e habitação adequada. Em muitos casos, esses direitos básicos são legalmente garantidos, mas a falta de recursos financeiros pode impedir que certos grupos da sociedade os acessem plenamente.

Além disso, a marginalização econômica pode se traduzir em exclusão social e política, limitando as oportunidades de participação na vida da comunidade e no processo decisório. De acordo com Cano e Mello (2017, p. 68):

As políticas preventivas devem ser focalizadas no perfil das principais vítimas, adolescentes negros de sexo masculino que são mortos com armas de fogo. Assim, os riscos relativos mostram que os adolescentes de sexo masculino possuem 13,52 mais risco de serem vítimas de homicídio do que as adolescentes, os negros têm 2,88 mais riscos de serem vítimas de homicídios do que os brancos e os homicídios com armas de fogo são 6,11 mais prováveis do que por todos os outros meios juntos. (Cano e Mello, 2017, p. 68)

Para combater eficazmente a marginalização econômica, é necessário um compromisso com políticas que promovam a igualdade de oportunidades e reduzam as disparidades de renda e riqueza. Isso pode incluir medidas como programas de assistência social, investimentos em educação e saúde públicas, políticas de emprego inclusivas e programas de habitação acessíveis. Além disso, uma abordagem mais ampla que questione as estruturas econômicas e sociais subjacentes que perpetuam a desigualdade também é fundamental para criar uma sociedade mais justa e equitativa.

O abandono estatal em relação às pessoas que vivem em comunidades carentes é um fator significativo que contribui para a ocorrência de mortes violentas decorrentes do tráfico de drogas e de outras formas de criminalidade nessas áreas. Quando o Estado falha em fornecer serviços básicos, segurança pública eficaz e oportunidades econômicas para os residentes dessas comunidades, cria-se um vácuo que muitas vezes é preenchido pelo domínio do crime organizado.

Nessas áreas, onde as instituições estatais são fracas ou ausentes, os grupos criminosos muitas vezes se tornam os principais fornecedores de serviços e recursos, estabelecendo um controle territorial que pode ser mantido através da violência e da coerção. Isso cria um ciclo de violência, onde o tráfico de drogas e outras atividades criminosas prosperam em um ambiente de impunidade e falta de controle estatal.

Além disso, a falta de investimentos em educação, saúde, infraestrutura e oportunidades de emprego nessas comunidades pode levar à desesperança e ao desespero entre os jovens, tornando-os mais suscetíveis ao recrutamento por grupos criminosos.

Para combater esse problema, é crucial que o Estado assuma sua responsabilidade em fornecer serviços básicos e garantir a segurança em todas as áreas, independentemente de sua situação socioeconômica. Isso pode exigir investimentos em políticas de desenvolvimento social, reformas nas instituições de segurança pública e esforços para promover a inclusão social e econômica nas comunidades carentes. Somente abordando as causas subjacentes da criminalidade e da violência, em vez de apenas lidar com suas manifestações, pode-se esperar fazer progressos significativos na redução da violência associada ao tráfico de drogas e outros crimes nessas áreas.

O conflito entre traficantes e policiais desencadeia violência "levada a cabo pelo próprio Estado, que pode fazer vítimas que participam ou não do mercado ilegal" (Cerqueira, 2014, p. 30).

A falta de controle de qualidade das drogas ilícitas é uma séria preocupação de saúde pública. Devido à natureza clandestina do comércio de drogas ilegais, desde a extração da matéria-prima até a fabricação e distribuição dos produtos, não há nenhum tipo de supervisão ou fiscalização oficial para garantir a qualidade e a segurança desses produtos.

Isso significa que os usuários estão expostos a uma série de riscos, incluindo a possibilidade de consumo de substâncias contaminadas, adulteradas ou de potência desconhecida. Por exemplo, drogas como cocaína e heroína muitas vezes são misturadas com outras substâncias para aumentar o volume ou a potência, o que pode levar a efeitos imprevisíveis e até mesmo fatais.

Além disso, a falta de controle de qualidade também significa que os usuários não têm acesso a informações precisas sobre a composição e os efeitos das drogas que estão consumindo. Isso dificulta a tomada de decisões informadas sobre o uso e aumenta os riscos de overdose e outros danos à saúde.

Portanto, além dos impactos da violência associada ao comércio ilegal de drogas, a falta de controle de qualidade representa uma ameaça adicional à saúde pública. Uma abordagem mais eficaz para lidar com esses problemas envolve não apenas políticas de repressão ao tráfico de drogas, mas também medidas que visam reduzir os danos associados ao uso de substâncias, como programas de educação sobre drogas, acesso a tratamento para dependência química e a possibilidade de regulamentação de certas substâncias para garantir a segurança do usuário.

9. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS E O AUMENTO DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO

O Município de Corumbá, situado no Estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste, possui, de acordo com estimativas do IBGE/2018, uma população de 110.806 habitantes, sendo o quarto município mais populoso do estado, o maior em extensão territorial e o mais importante centro urbano fronteiro do Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Corumbá abrange 60% do Pantanal sul-mato-grossense e 37% do Pantanal brasileiro, sendo considerada a capital do Pantanal. É uma das maiores planícies inundáveis do planeta. Em 2001, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Natural da Humanidade. O bioma possui uma rica hidrografia, com aproximadamente 180 rios em toda a sua extensão territorial. A fauna é rica e bem diversificada,

abrigando o maior número de aves de todo o continente (650 espécies diferentes), 262 espécies de peixes, 1.100 espécies de borboletas, 80 espécies de mamíferos e 50 de répteis.

No município localiza-se o mais importante porto do estado de Mato Grosso do Sul e um dos mais importantes portos fluviais do Brasil e do mundo, considerado o primeiro polo de desenvolvimento da região. Segundo o IBGE, em 2014 Corumbá possuía um PIB de cerca de R\$ 3,1 bilhões, sendo a quarta cidade mais importante economicamente no estado e a primeira em cultura. É um destino turístico importante, com atividades significativas na pecuária e agricultura, além da indústria de transformação. Os principais ramos são: indústria extrativa, entreposto de pescado, frigorífico de bovinos, produção de cimento, produção de concreto, calcário, mineradoras, metalúrgica e extração mineral.

O município é também ponto de parada da ligação ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, sendo a última cidade brasileira antes do território boliviano, do qual se separa por fronteira seca. Localiza-se a uma latitude de 19°00'33" Sul e uma longitude de 57°39'12" Oeste.

Em virtude de sua grande extensão territorial, tanto em área seca quanto em área fluvial, há uma alta circulação transfronteiriça de pessoas, mercadorias, tráfico de entorpecentes, tráfico de armas, contrabando e descaminho, prostituição de crianças e jovens, entre outros. Esses são temas de constantes preocupações dos governos e objeto de políticas públicas para a região de fronteira. Nos últimos anos, observa-se um grande aumento da criminalidade na região.

Atualmente, o consumo de substâncias químicas que determinam dependência psíquica, química ou física tem preocupado cada vez mais a sociedade, que se vê à mercê de tal projeção. Entre outros fatores, isso causa um elevado problema de comportamento criminoso ou desvio de conduta normativa na sociedade.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, a toxicomania é um estado de intoxicação crônica ou periódica com comportamento nocivo ao indivíduo, causado pelo consumo repetitivo dessas substâncias naturais ou sintéticas. Essas drogas causam efeito no sistema nervoso central do indivíduo, de modo que basta uma pequena dose para que se evidencie seu desequilíbrio mental, causando perturbações físicas e/ou psíquicas, dessa forma produzindo um agravante social. A toxicomania estende-se não apenas ao vício em entorpecentes perturbadores (maconha, cocaína, crack, pasta base...), mas também às chamadas drogas habituais de efeito psicológico ou físico, como o cigarro e o álcool. Apesar de o álcool ser uma droga psicotrópica que causa mudança de comportamento, ele se enquadra aqui pelo fator viciante.

Os fatores ou “motivos” que levam ao consumo de drogas podem aparecer entrelaçados a outros acontecimentos perturbadores da vida do indivíduo, sendo desencadeadores ou receptores, como, por exemplo, rejeição emocional, modificação do status de responsabilidade, problemas familiares, influência de amigos, curiosidade, ou qualquer outro motivo que tenha relevância para o consumo dado pelo indivíduo. Evidenciadas essas causas aparentes, podemos dizer que as toxicomanias são temporárias ou não, a depender do fato gerador do uso escolhido por cada indivíduo.

O fato é que as drogas, sejam elas quais forem (lícitas ou ilícitas), estão afetando diretamente a vida dos indivíduos na sociedade, seja diretamente (usuário) ou indiretamente (resto da população). Muitos, para sustentarem o vício, acabam cometendo crimes, colocando em risco a sua vida e a das demais pessoas. Nos últimos anos, houve um grande aumento nas apreensões de drogas, bem como no seu consumo. Esse consumo se apresenta elevado também entre os jovens, que iniciam ou têm o primeiro contato principalmente com a bebida alcoólica, que, por sua vez, acaba sendo, na maioria dos casos, a porta de entrada para o consumo de outras substâncias entorpecentes. Basicamente, é o que podemos chamar de “lei da oferta e procura”: aumenta-se o consumo, naturalmente aumentam-se os pontos de venda.

Entende-se que, pelas características da cidade de Corumbá, o número elevado de criminalidade na região é apresentado nos índices estatísticos ascendentes, conforme os índices abaixo, extraídos do SIGO (Sistema Integrado de Gestão Operacional) da Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Figura 1 - Tráfico de Drogas



Fonte: Sigo (2024).

Figura 2 - Ato Infracional



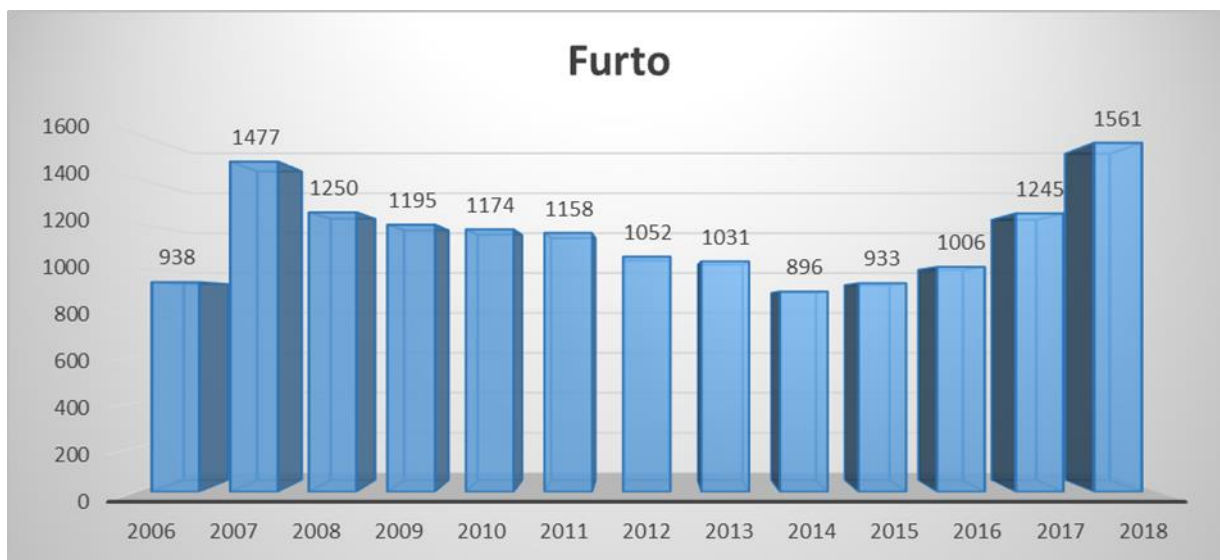
Fonte: Sigo (2024).

Figura 3 - Vias de Fato



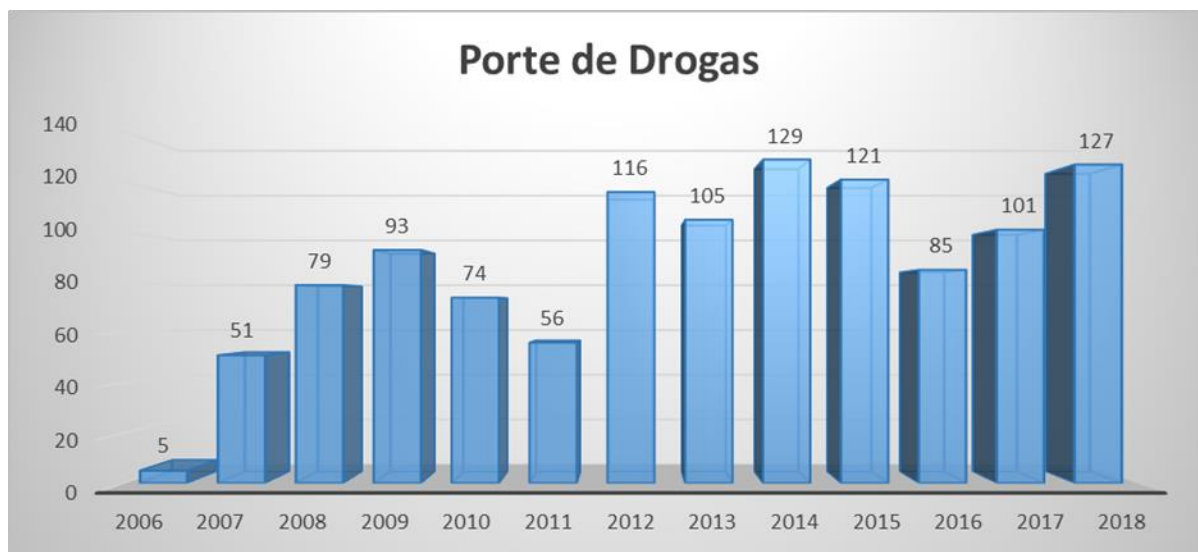
Fonte: Sigo (2024).

Figura 4 - Furto



Fonte: Sigo (2024).

Figura 5 - Porte de Drogas



Fonte: Sigo (2024).

Figura 6 - Homicídio



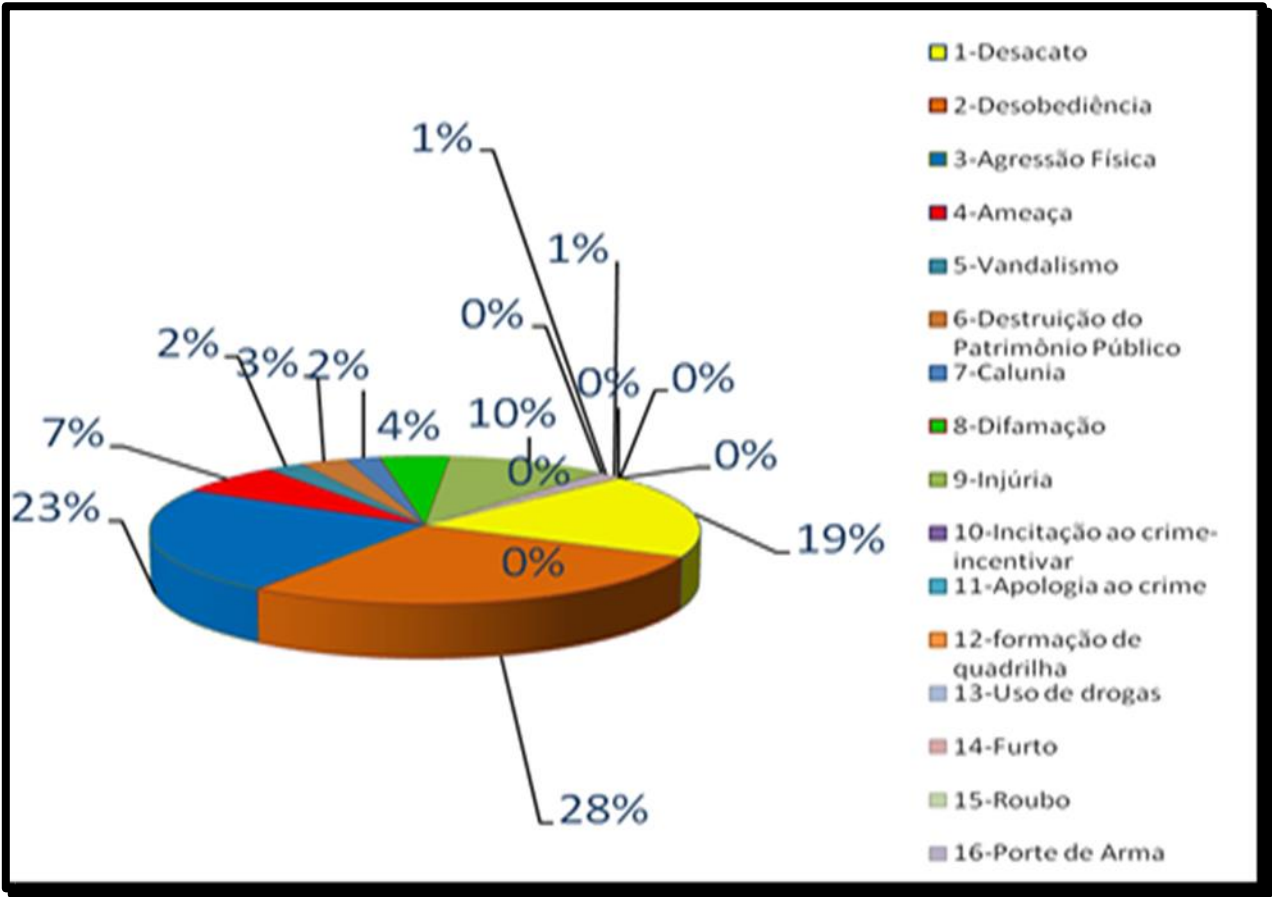
Fonte: Sigo (2024).

10. AS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CORUMBÁ E OS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO AS DROGAS

A rede municipal de ensino possui 13 CMEIs (Centros Municipais de Educação Infantil) com 4 extensões, 13 escolas urbanas regulares, 3 escolas urbanas integrais com 3 extensões, 5 escolas rurais em assentamentos regulares, 2 integrais com 6 extensões, e 5 escolas rurais das águas com 6 extensões, totalizando 14.391 alunos atendidos em toda a rede, segundo o Censo da Educação Básica de 2019. Nas séries iniciais, são atendidos aproximadamente 5.158 alunos nas escolas regulares e 1.167 nas escolas integrais.

A localização geográfica do município contribui para o aumento da criminalidade e da vulnerabilidade social, que ultrapassam os muros das unidades escolares. Esses dados puderam ser analisados através dos Livros de Ocorrência disponibilizados pelas unidades escolares municipais situadas no perímetro urbano de Corumbá nos anos de 2016 e 2017. Verificou-se um elevado grau de atos indisciplinados cometidos pelos discentes nas dependências das mesmas, observados e catalogados pelo Programa P.A.E/M.A.E, sendo estes transcritos em gráfico, conforme observado a seguir.

Figura 7 - Atos Indisciplinares



Fonte: Secretaria Municipal De Educação/ P.A.E/M.A.E (2024).

Tabela 1 - Dados coletados nos livros de ocorrência dos anos de 2016 e 2017

ESCOLAS MUNICIPAIS	RACHID	CLIO	ALMIRANTE TAMANDARÉ	ANGELA	BARÃO	CAIC	CYRILACO	DELCIDIO	CÁSSIO	FERNANDO	IZABEL	DAMY	PEDRO PAULO	DJALMA	LUIZ FEITOSA	TILMA	TOTAL
DESACATO	25	32	22	18	15	59	54	0	0	20	79	33	35	71	37	80	580
DESOBEDIENCIA	92	11	51	33	67	89	59	0	0	24	92	38	40	60	80	128	864
AGRESSÃO F.	10	23	54	37	42	15	78	0	0	55	10	35	57	58	112	138	724
AMEAÇA	6	9	8	10	10	36	5	0	0	5	26	5	2	48	10	30	210
VANDALISMO	2	1	1	4	4	25	1	0	0	1	5	4	1	2	10	15	76
DESTRUIÇÃO DE P.PUBLICO	2	3	4	6	2	10	0	0	0	0	6	6	5	25	11	12	92

CALUNIA	5	7	0	2	2	12	1	0	0	3	8	11	1	28	3	7	90
DIFAMAÇÃO	8	2	12	13	4	8	5	0	0	0	18	0	0	40	15	14	139
INJURIA	7	9	18	16	18	28	52	0	3	19	8	34	29	20	14	34	309
INCITAÇÃO AO CRIME	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	6
USO DE DROGAS	0	3	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4	4	5	0	2	22
FURTO/ROUBO	0	0	2	3	2	0	0	0	0	2	0	0	3	0	5	9	26
PORTE DE ARMA	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	7
																	314 5

Fonte: Elaboração própria (2024).

10.1 O PROGRAMA P.A.E/M.A.E

Diante da necessidade de se trabalhar com esta comunidade escolar, antes que a mesma se tornasse um problema social, o então prefeito, já falecido, Ruiter Cunha de Oliveira, sancionou, no dia 19 de maio de 2017, a Lei Municipal nº 2.565, que dispõe sobre a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados ao ambiente escolar do Sistema de Ensino do Município de Corumbá-MS por alunos com faixa etária de 9 a 17 anos. A lei propõe a aplicação de práticas educativas após o aluno ter recebido advertências verbal e escrita pela coordenação escolar, o que gera as Práticas de Ações Educacionais (P.A.E.) e a Manutenção do Ambiente Escolar (M.A.E.).

Por se tratar de um programa que trabalha com crianças e adolescentes, e para assegurar os direitos e deveres do exercício do poder familiar, o programa baseia-se na Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro (nova redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014), na Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal, as quais expõem que compete a ambos os pais dirigir a criação e educação dos filhos, exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. Ressalta-se que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Hoje, pouco mais de sete anos após sua sanção, o Programa de Práticas de Ações Educacionais/Manutenção do Ambiente Escolar (P.A.E./M.A.E.) vai muito além de atendimentos a atos indisciplinados. O programa atende uma demanda alarmante de alunos que já iniciaram o uso de álcool e outras drogas, seja dentro da unidade escolar ou fora dela, uma vez que o reflexo do uso

de entorpecentes justifica e explica certos comportamentos, como a falta de interesse pelos estudos e a falta de reconhecimento da autoridade escolar na pessoa do professor. Já sabemos que a instituição familiar se encontra mergulhada em sérios problemas estruturais e de formação. Observa-se esse fato nas responsabilidades hoje transferidas para a escola, haja vista que ela não mais desempenha apenas o papel de ensinar. Nos novos moldes, a escola tem o papel de educar o aluno desde os conceitos mais básicos, que deveriam ser instituídos pela família, desenvolvendo assim a socialização primária.

O Programa P.A.E. se tornou a única ferramenta do município frente à problemática das drogas nas escolas, atuando através da prevenção. O programa vem desenvolvendo palestras em toda a Rede Municipal de Ensino, orientando os alunos quanto aos problemas decorrentes de tais substâncias, e acaba sendo, em muitos casos, o único suporte recebido pelos educandos em toda a fase da adolescência, momento de maior conflito em que a prevenção é sempre a melhor abordagem.

10.2 PROERD

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), criado em Los Angeles, EUA, em 1983 pela professora Rutty Hellen em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade, está presente hoje em 58 países. Chegou ao Brasil em 1992, trazido pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e foi expandido para os demais estados em 2002. O PROERD é desenvolvido nas escolas públicas e particulares, no 5º e 7º ano do Ensino Fundamental, na educação infantil (PROERD Kids) e para adultos.

O programa é realizado por policiais militares treinados e preparados para desenvolver atividades lúdicas através de uma metodologia especialmente voltada para crianças, adolescentes e adultos. O objetivo é semear uma mensagem de valorização à vida e do conceito de manter-se longe das drogas e da violência, pedagogicamente orientados por um policial militar devidamente capacitado e treinado. As aulas são ministradas obrigatoriamente por um militar fardado que, além de sua presença física em sala de aula como educador social, propicia uma forte conexão na comunidade escolar, fortalecendo o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família. No PROERD Pais, o fortalecimento da amizade e supervisão dos pais com os filhos é o principal objetivo. Após quatro meses de curso, as crianças recebem o certificado PROERD, ocasião em que prestam o compromisso de manterem-se afastadas das drogas e da violência. O PROERD Pais é composto por cinco encontros de aproximadamente duas horas, em linguagem acessível às faixas etárias dos participantes, com uma variedade de atividades interativas e a participação de grupos em aprendizado coletivo. As atividades foram projetadas para estimular os estudantes a resolverem os principais problemas

pertinentes à fase de vida em que se encontram. É uma atividade preventiva, que busca conscientizar as crianças e adolescentes e ensiná-las a resistir ao aliciamento de usuários e traficantes.

No estado de Mato Grosso do Sul, o PROERD completou 20 anos desde sua implementação em junho de 1997. No município de Corumbá, o referido programa iniciou formando sua primeira turma em 2005. Hoje, o PROERD forma, em média, cerca de 800 crianças do 5º ano das 16 escolas municipais urbanas, estendendo o programa. Além de manter nossas crianças longe das drogas, com o PROERD, a Polícia Militar tem a possibilidade de aproximar o policial militar da comunidade, promovendo uma melhor interação entre a PM e a sociedade.

10.3 COMAD – CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS

O Conselho Municipal Antidrogas – COMAD foi instituído pela Lei nº 1048/1989 e reestruturado pela Lei nº 2.647 de 16 de outubro de 2018. Seu objetivo é trabalhar as problemáticas decorrentes do uso e abuso de drogas através de ações e políticas públicas voltadas para a sociedade.

Conforme a Constituição Federal (art. 198, 2014 e 2016), é garantida a participação popular, por meio de organizações representativas, ou seja, os Conselhos, na elaboração de políticas públicas em todos os níveis.

O COMAD de Corumbá foi reativado e reestruturado em 2018 com uma nova proposta de atuação. Seguindo as orientações das políticas da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e da Política Estadual sobre Drogas, que direcionam a atuação para cinco eixos: prevenção, tratamento, reinserção social, repressão e pesquisa, o conselho direcionou suas ações para essas áreas específicas.

Nesse sentido, em 2019, o conselho lançou projetos e ações voltados para a prevenção, com recursos direcionados para o atendimento de 1.000 crianças pelo programa PROERD, em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ) e o Conselho da Comunidade. No tratamento, foi implementado o projeto “A Arte como Terapia” no CAPS AD e CAPS I, para atender pacientes com dependência química, utilizando trabalhos de pintura em tela. O projeto “Práticas Educacionais Multidisciplinares” trabalha a reinserção social através de práticas educativas, incluindo cursos profissionalizantes de metalurgia e informática, em parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) e o Ministério Público do Trabalho (MPT). Além disso, o projeto “Luta pela Cidadania” utiliza o esporte como forma de prevenção em bairros vulneráveis dentro do município.

Além desses projetos, o conselho também atua com palestras e seminários para esclarecimento da sociedade, tendo como foco principal os estudantes. Neste ano, na II Semana

Nacional sobre Drogas, o COMAD trouxe uma dinâmica diferente: levou os profissionais para as escolas, buscando uma maior interação com a comunidade escolar, aumentando assim a confiança entre os pares e aproximando, principalmente, o judiciário da realidade escolar.

Portanto, são ações que precisam ser desenvolvidas em parceria entre o setor público e a sociedade, pois as problemáticas das drogas têm seus efeitos sociais, abrangendo não apenas questões de saúde, mas também sociais. Não é possível trabalhar essa dinâmica sem a participação de todos.

11. ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO COTIDIANO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CORUMBÁ- MS

O ambiente escolar, através de sua estrutura social e organizacional, tem o poder e o dever de propagar ações de prevenção, principalmente no caso das drogas. Faz-se necessário um projeto de educação continuada por meio de intervenções em sala de aula, palestras ou vídeos realizados eventualmente. A ação preventiva deve estar incorporada na rotina das instituições, abordando os diferentes âmbitos atingidos pelo uso desenfreado das drogas.

A escola tem sido, historicamente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento de trabalhos de prevenção ao uso de drogas, mas a complexidade do tema exige estratégias que envolvam diferentes setores da sociedade, como o governo, a comunidade e a família (Brusamarello et al., 2008). [...] O contexto das drogas tem suas "linguagens", e precisamos aprender a lê-las e decifrá-las, pois o aprendizado da vida não termina quando saímos da escola ou da faculdade (Ávila, 1998, p. 150).

Tudo isso nos mostra que não podemos continuar com ideias preconcebidas em relação às drogas, nem achar que tal assunto, por si só, conseguirá promover uma redescoberta. Pensamentos assim não levarão a lugar algum, e deixar esse assunto estagnado, como se fosse algo intocável, não mudará nada.

A escola se encontra à frente de um novo desafio e, nesta circunstância, a prevenção é a melhor alternativa para o combate ao consumo de drogas entre estudantes. Prevenção significa antecipar, dificultar ou, pelo menos, reduzir o consumo.

Em tempos em que há uma glamourização da criminalidade, os adolescentes têm contato cada vez mais cedo com álcool e outras drogas, cada um justificando seus diversos motivos. Contudo, vemos esse reflexo diretamente no ambiente escolar, pois o imediatismo apresentado pelos jovens

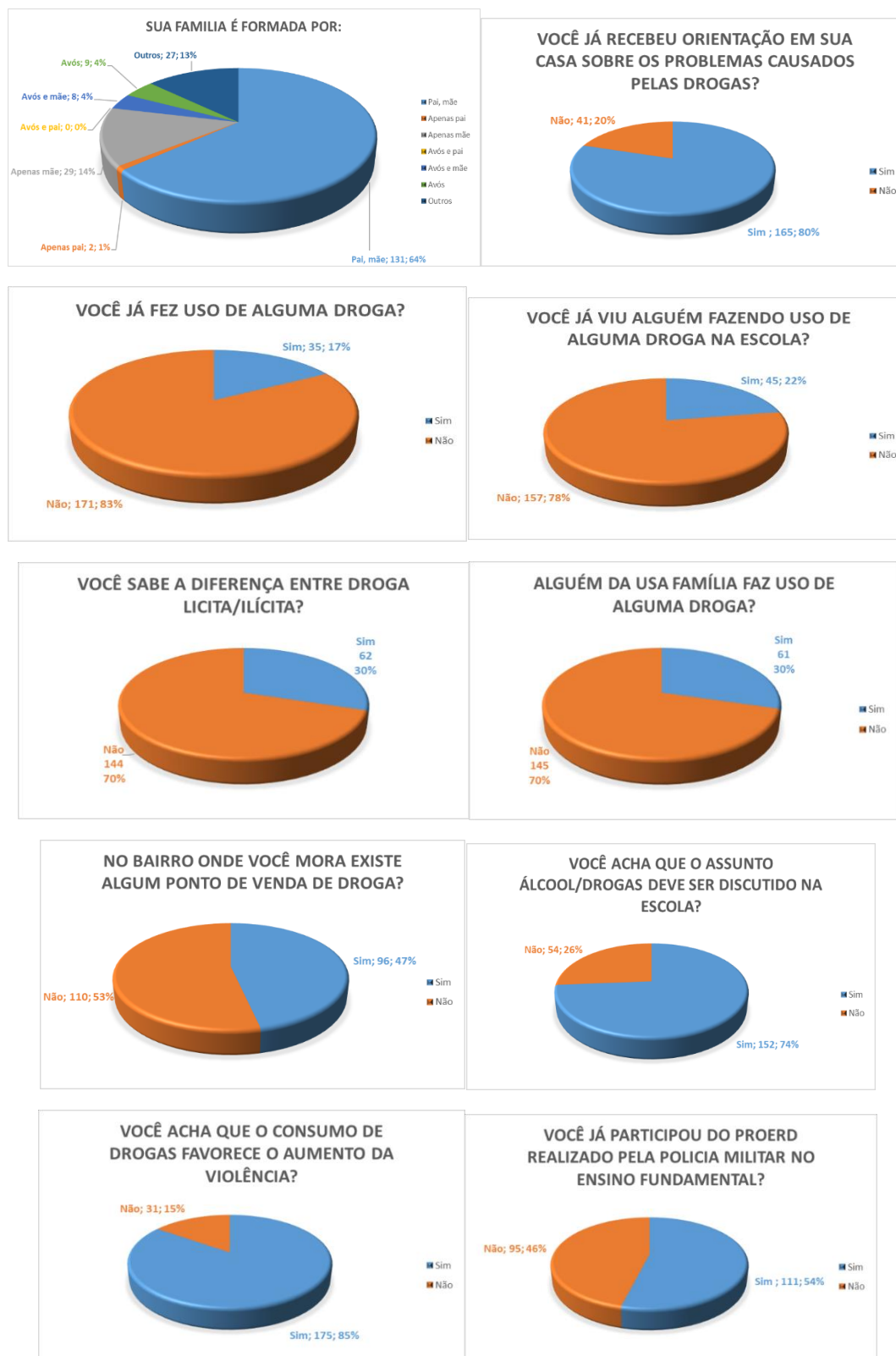
hoje permite um comportamento diferenciado em todos os ambientes que frequentam, muitas vezes relacionado com o ambiente familiar constituído e desestruturado. A escola é parte da sociedade, por essa razão é importante desenvolver tal assunto nesse ambiente. A utilização de drogas por parte dos adolescentes também está relacionada a grandes exposições a situações de risco. O uso de drogas precede a prática infracional, pois existe uma correlação significativa entre o uso de álcool e maconha em adolescentes que cometem atos infracionais (Martins; Pillon, 2008). Os usuários de drogas apresentam mais problemas familiares do que aqueles que não consomem nenhuma substância (Malbergier; Cardoso; Amaral, 2012).

Um importante aspecto é que a escola se estabelece em um ambiente onde o adolescente passa grande parte do seu dia e ali está envolto por coisas novas e aberto ao aprendizado, inserido a canalizar as agonias pessoais para novas experiências.

Através da elaboração desta pesquisa, procuramos, a priori, investigar e analisar a quantidade de alunos que já iniciaram ou tiveram o primeiro contato com as drogas (lícitas/ilícitas) dentro ou fora do ambiente escolar, bem como a orientação recebida por eles no seio familiar e a preocupação em discutir o tema ou não. A pesquisa foi realizada com mais de 2.000 alunos do ensino fundamental II de 11 escolas da reme (Rede Municipal de Ensino) da cidade de Corumbá-MS, localizadas nos diferentes bairros da cidade. O questionário foi proposto de forma livre, tendo o aluno a escolha de respondê-lo ou não. Ficou comprometido por mim dar a devolutiva dos resultados às escolas. Contudo, será entregue à Secretaria Municipal de Educação, que analisará e posteriormente repassará a todas as unidades de ensino da REME.

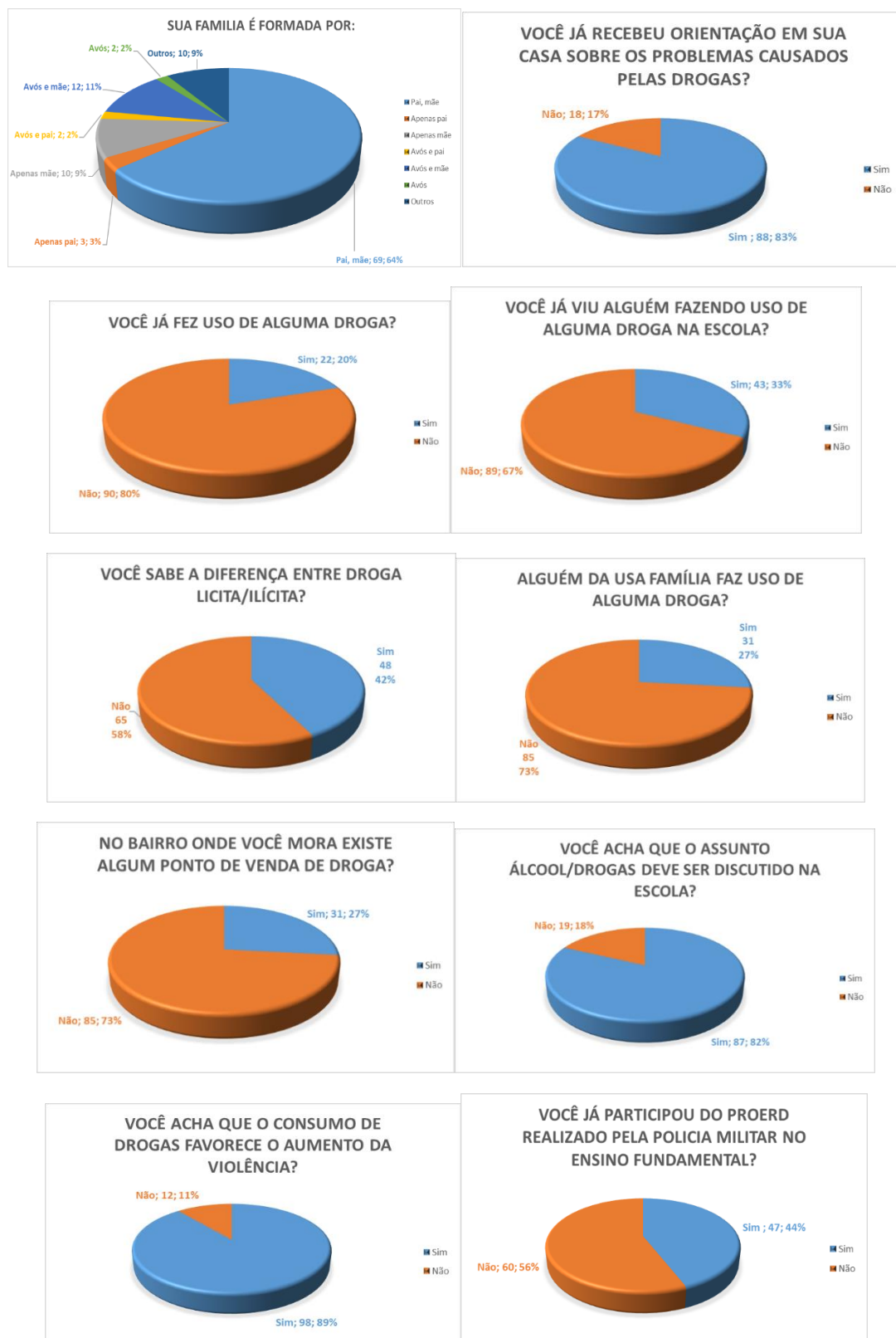
Nas páginas a seguir, apresentamos os dados tabulados por escola:

Figura 8 - Gráficos da Escola da 1



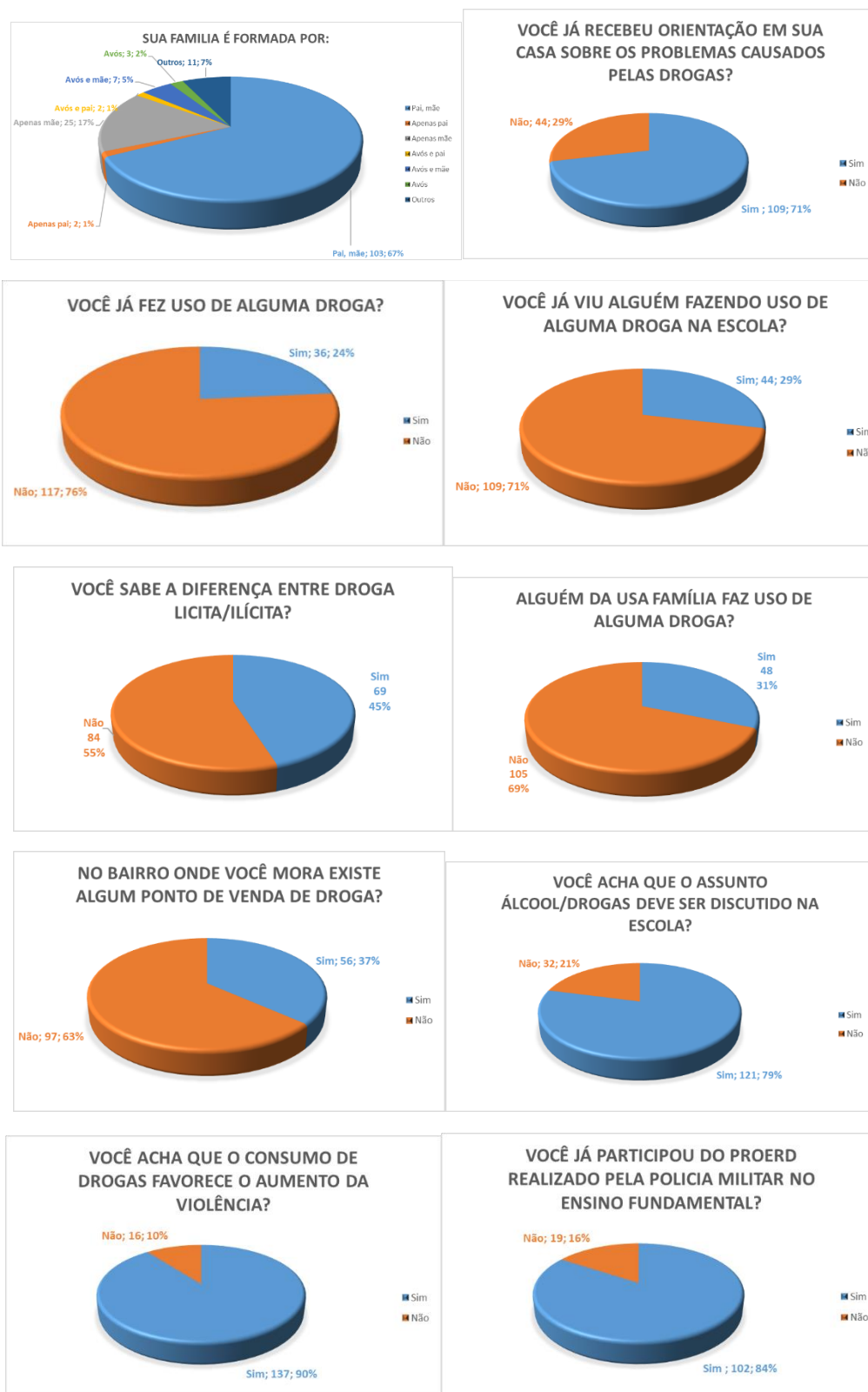
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 9 - Gráficos da Escola 2



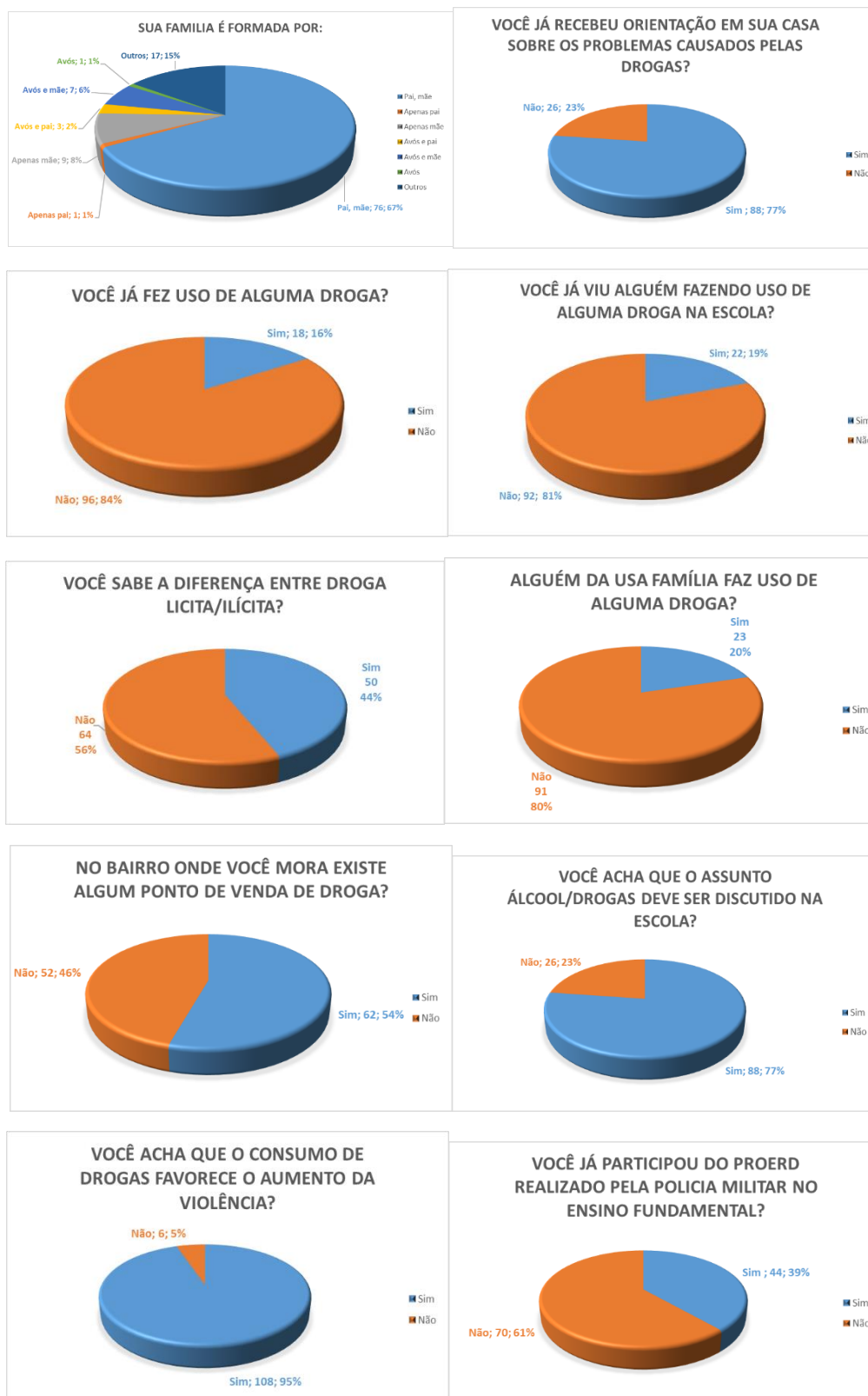
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 10 - Gráficos da Escola 3



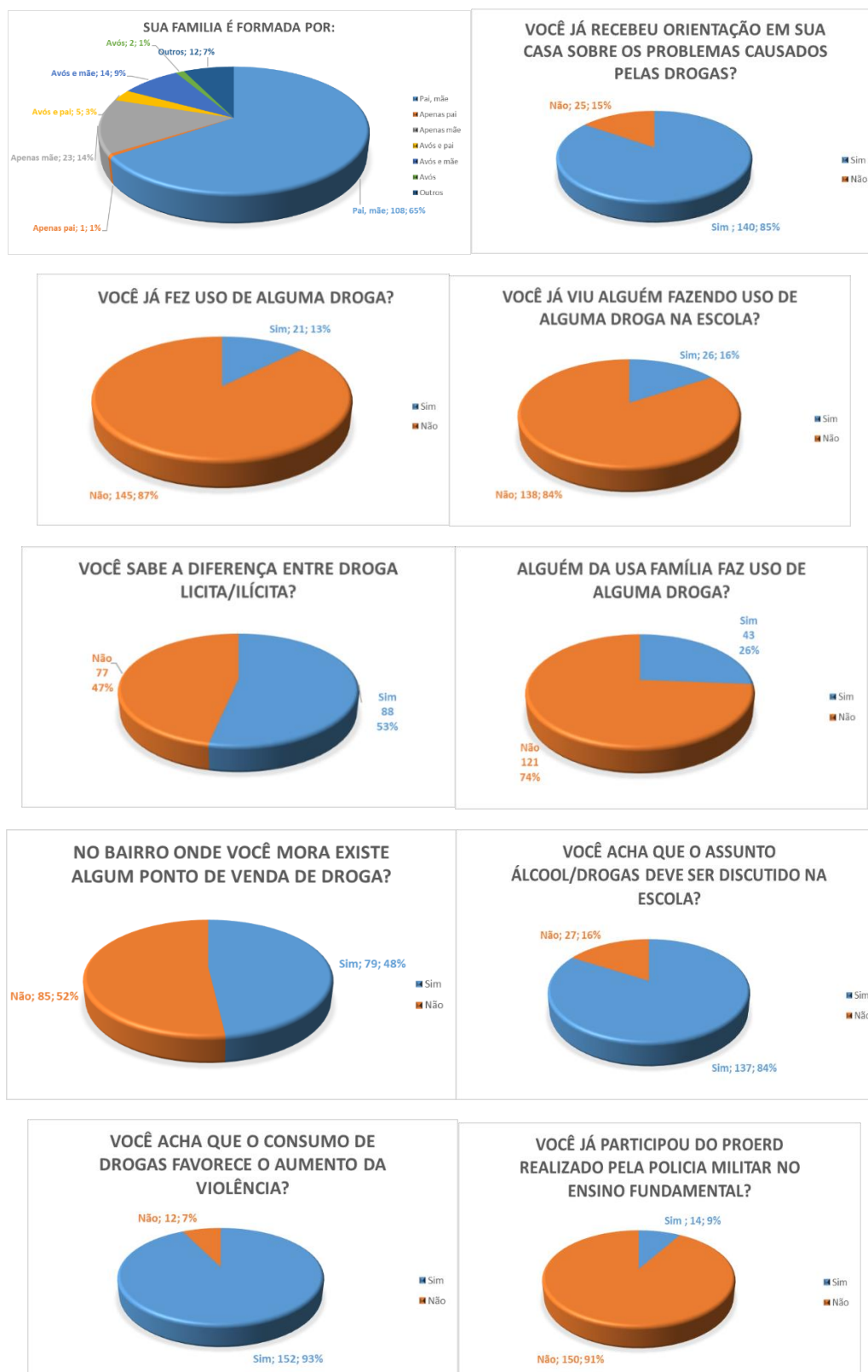
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 11 - Gráficos da Escola 4



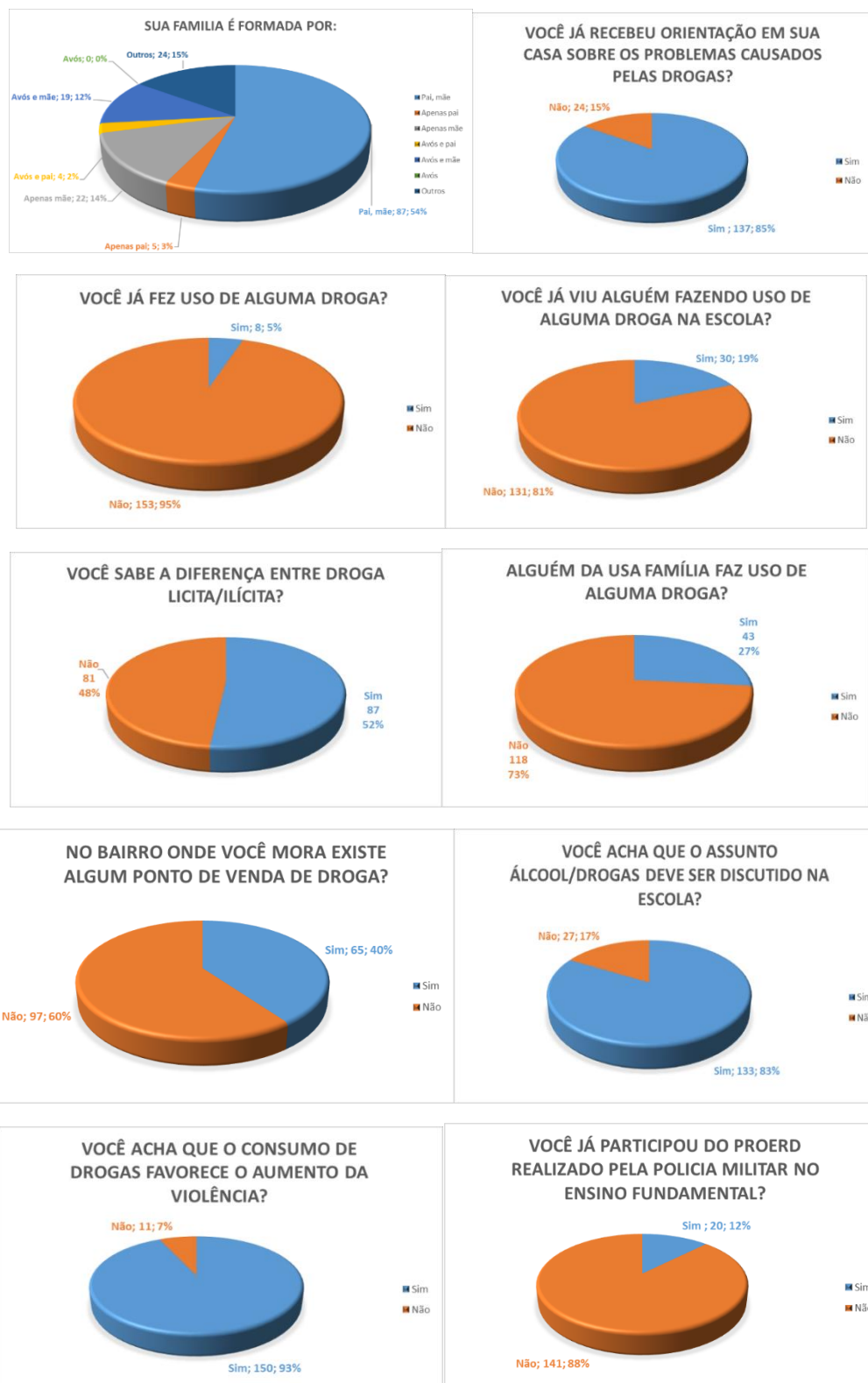
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 12 - Gráficos da Escola 5



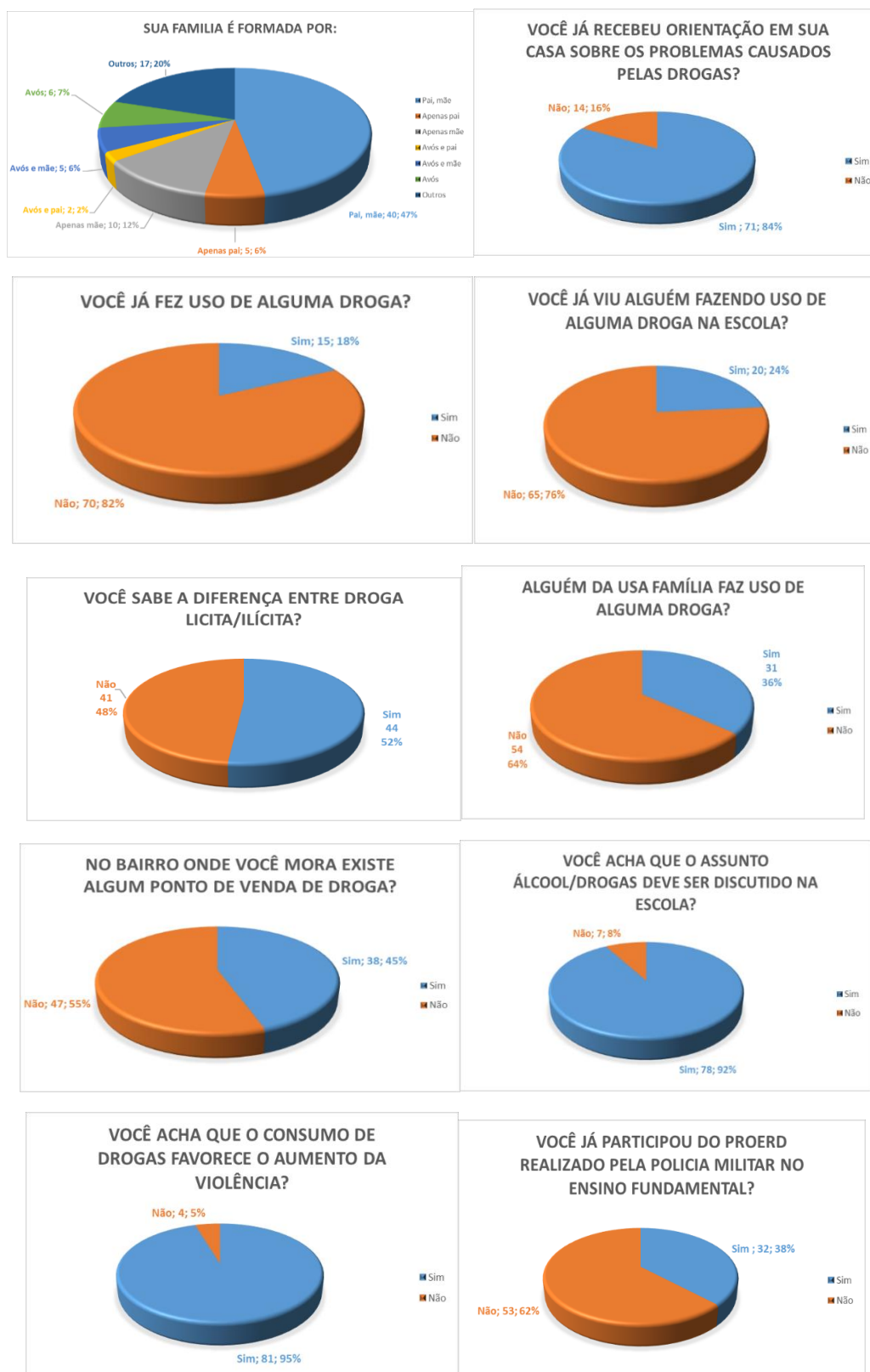
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 13 - Gráficos da Escola 6



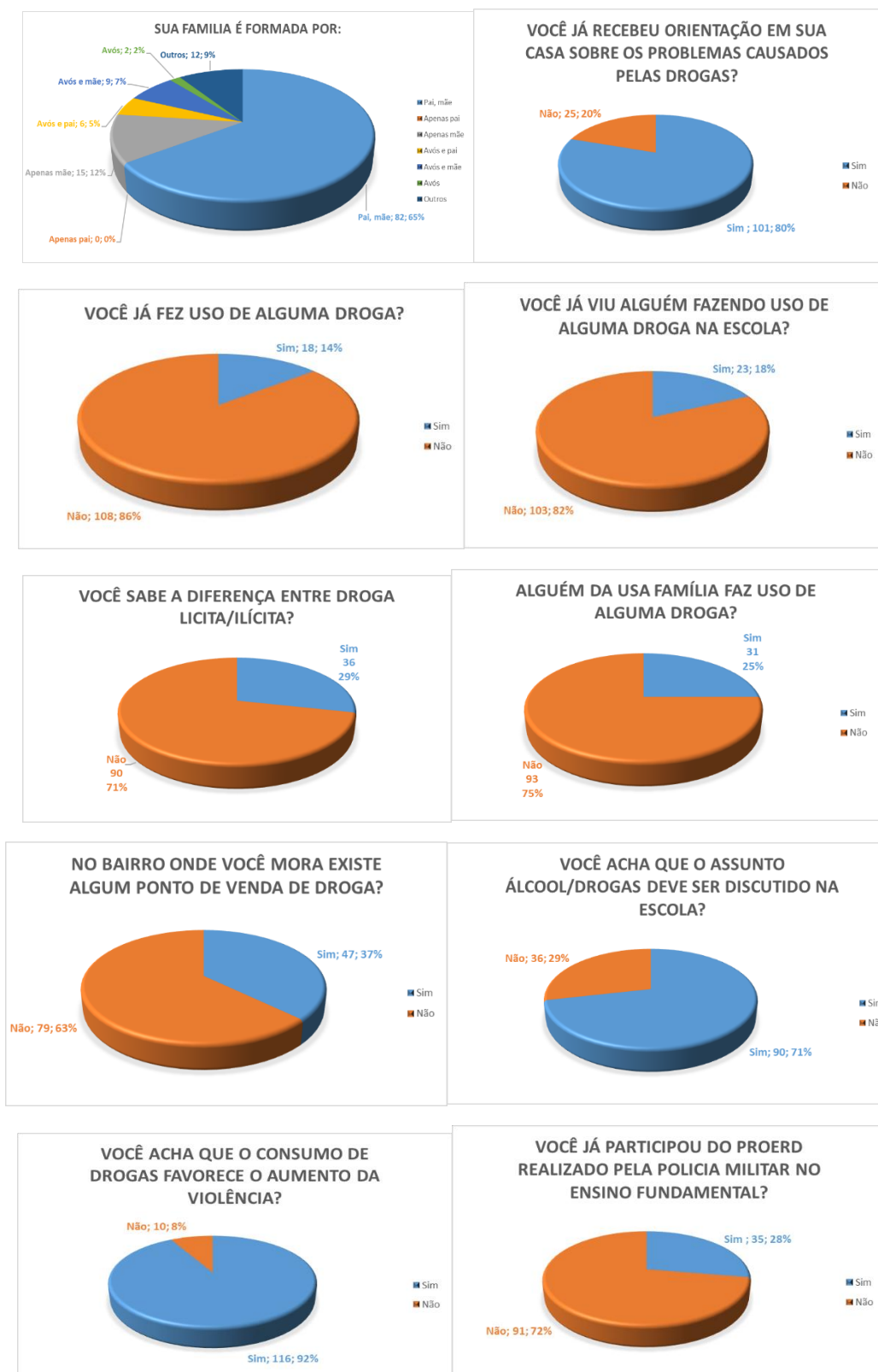
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 14 - Gráficos da Escola 7



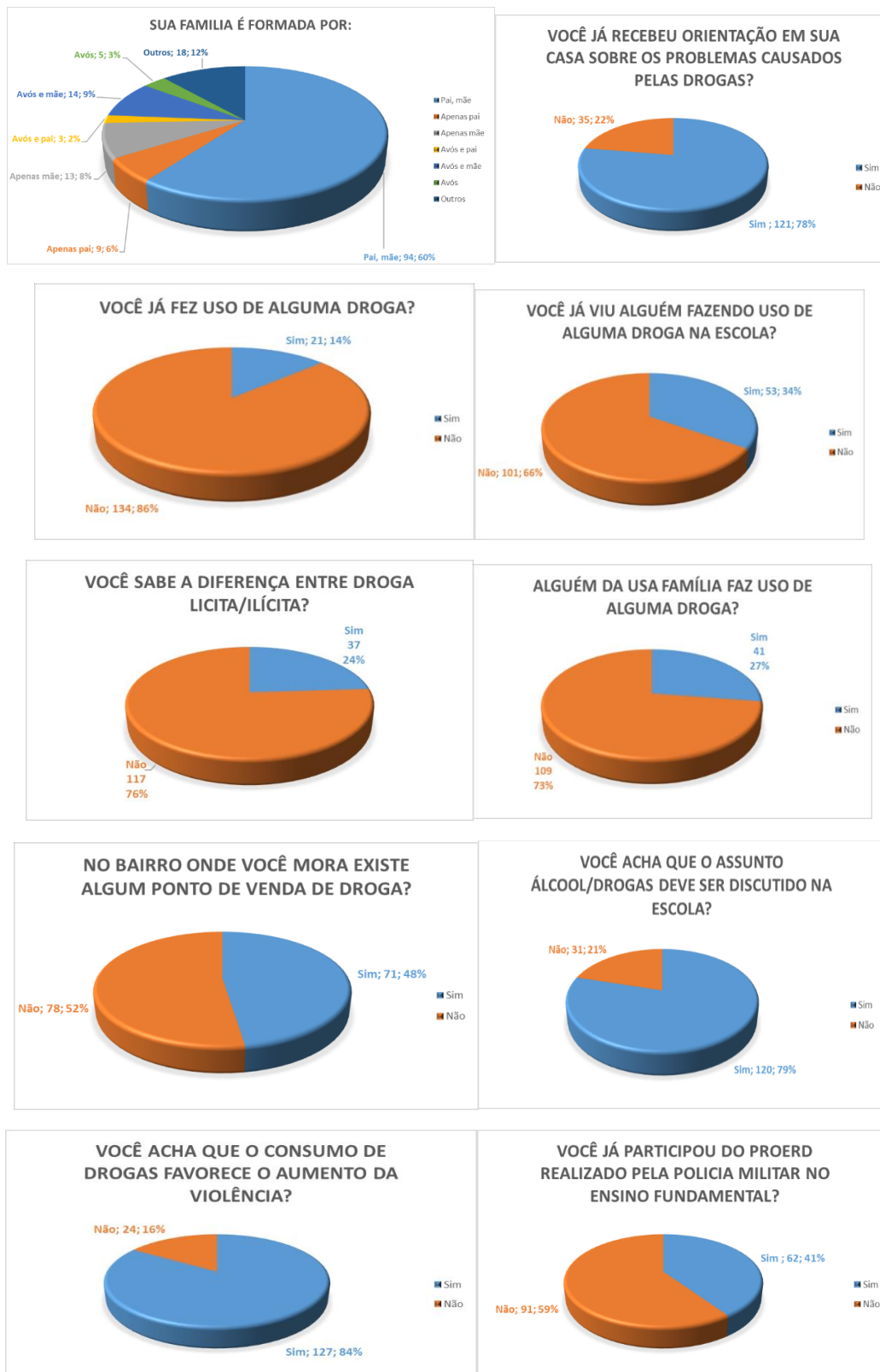
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 15 - Gráficos da Escola 8



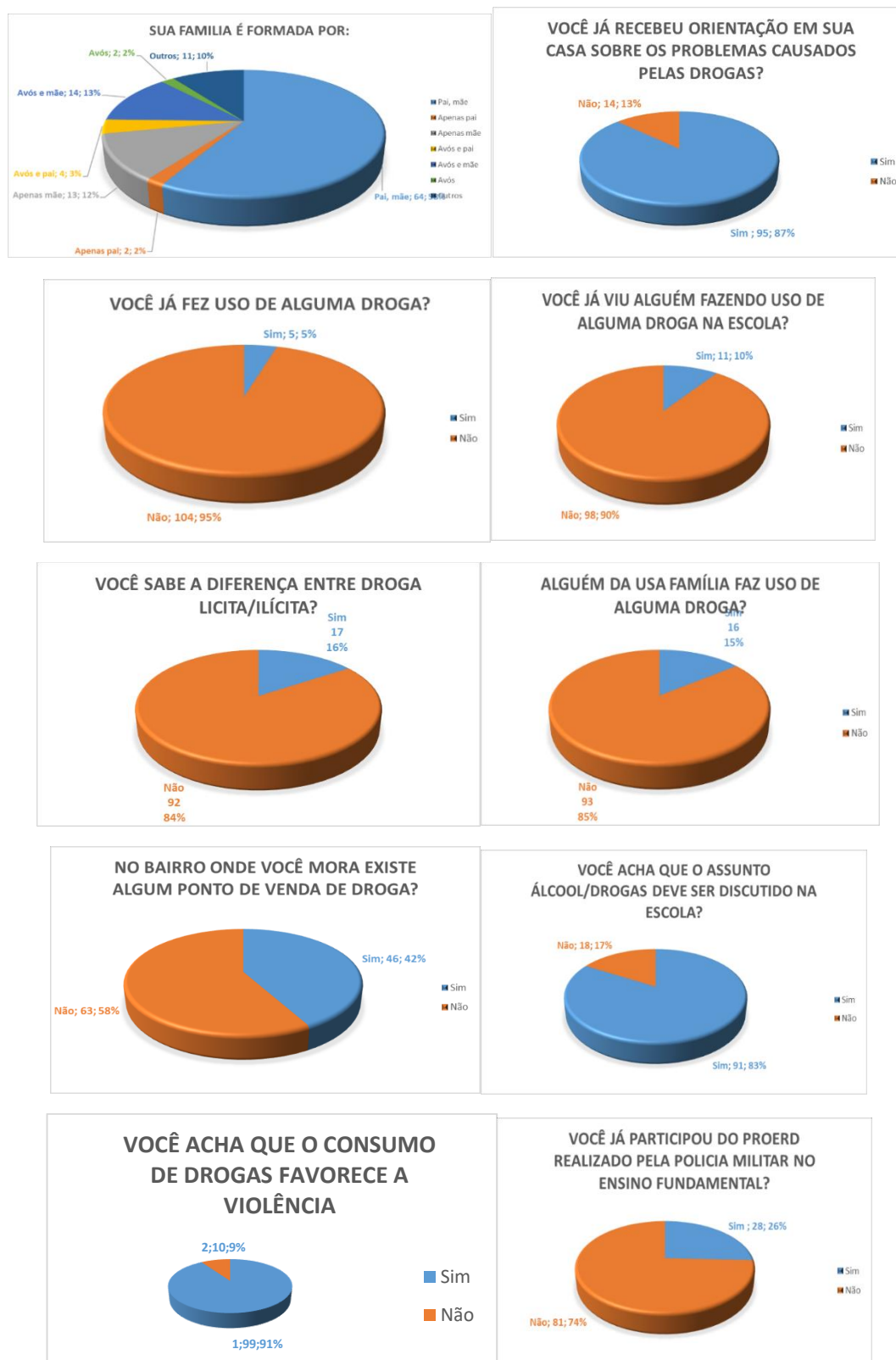
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 16 - Gráficos da Escola 9



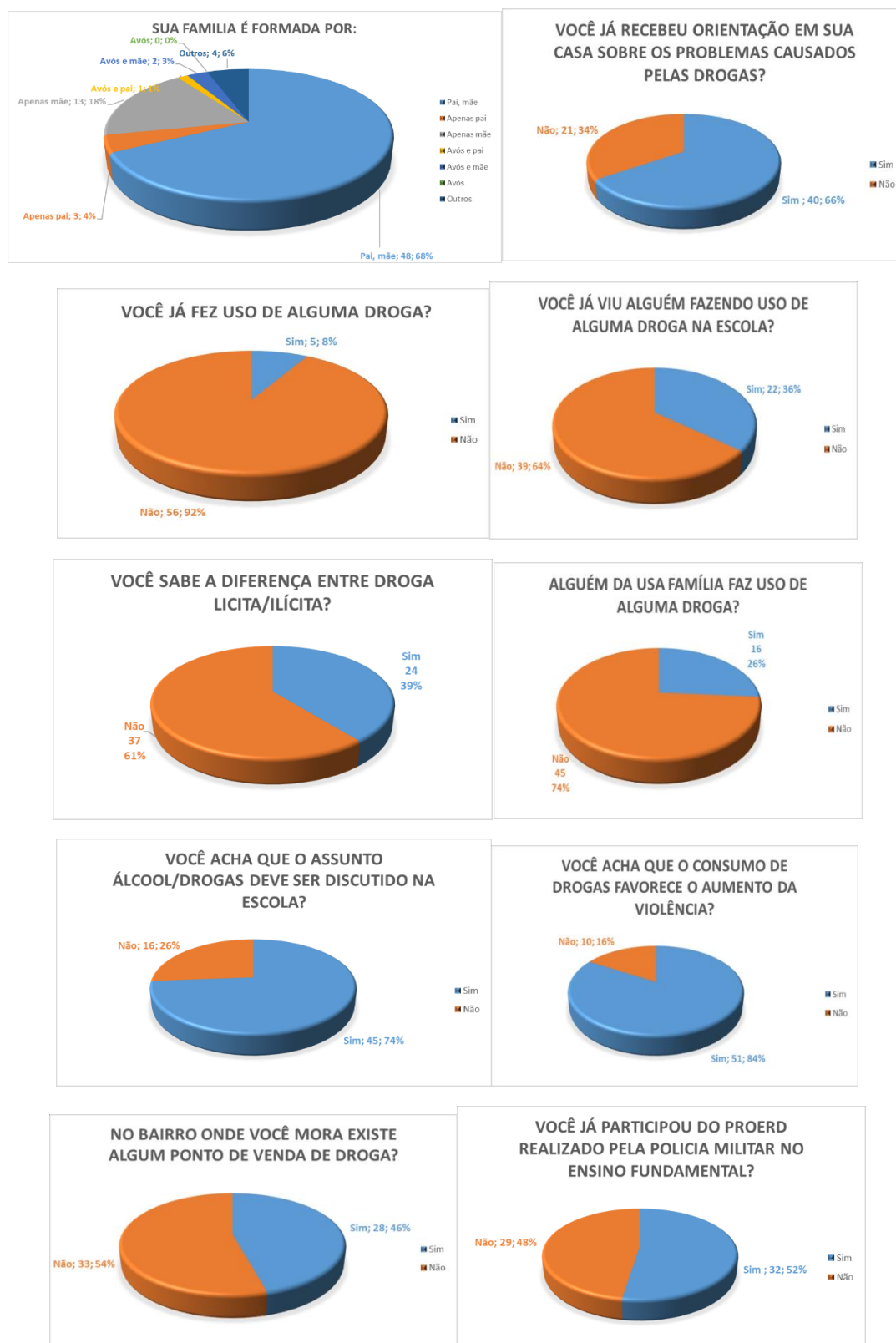
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 17 - Gráficos da Escola 10



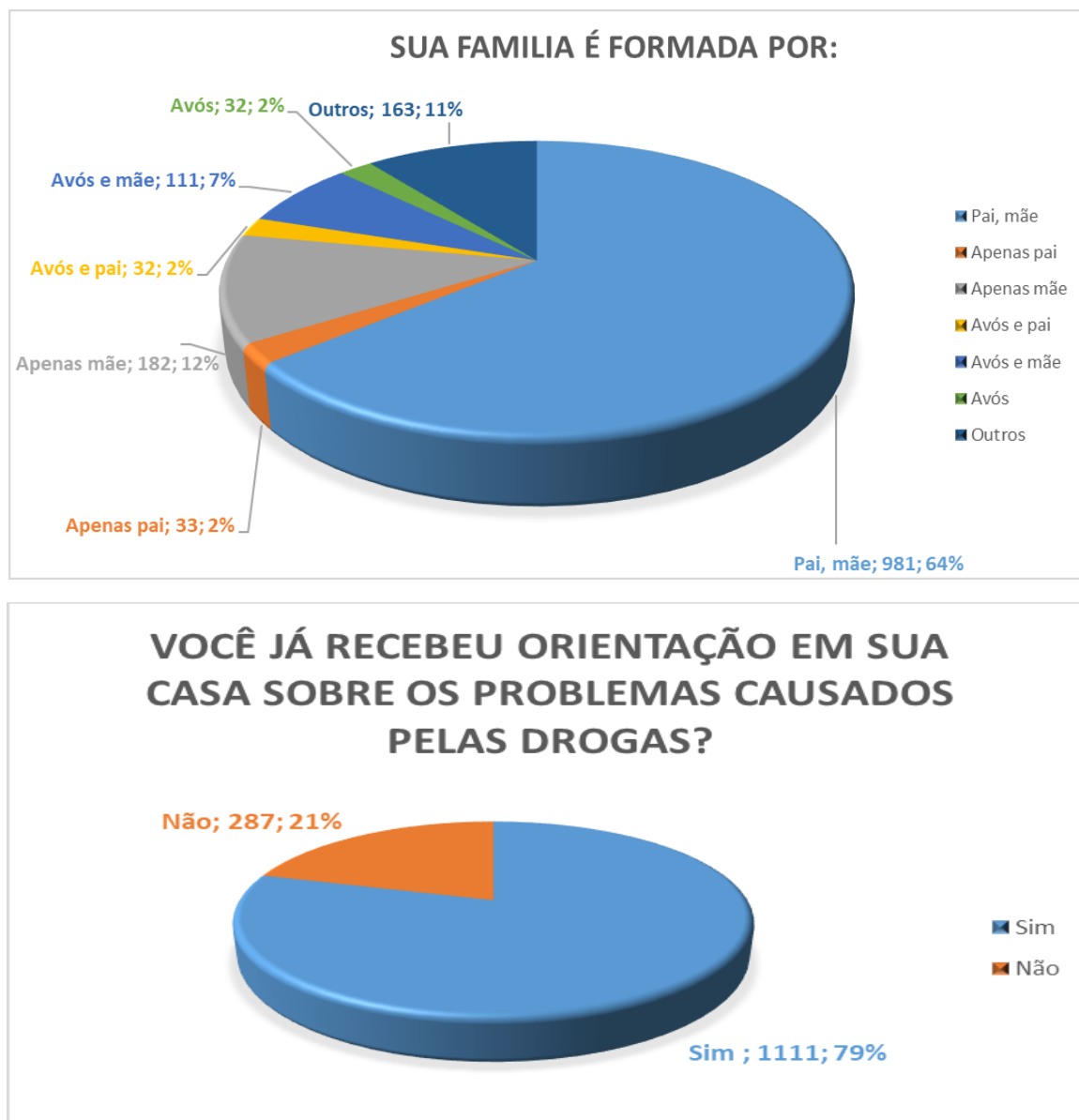
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 18 - Gráficos da Escola 11



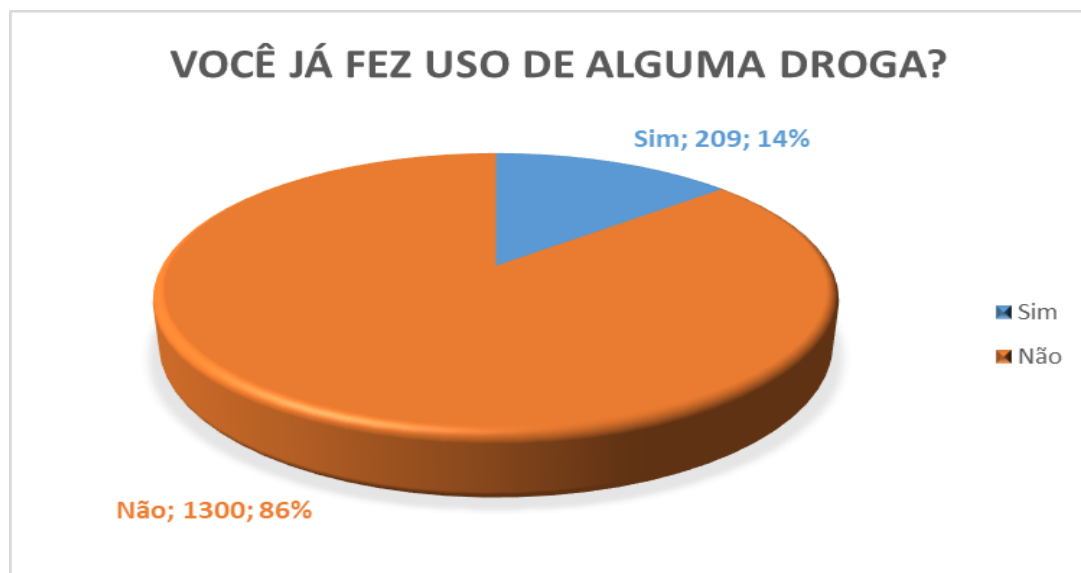
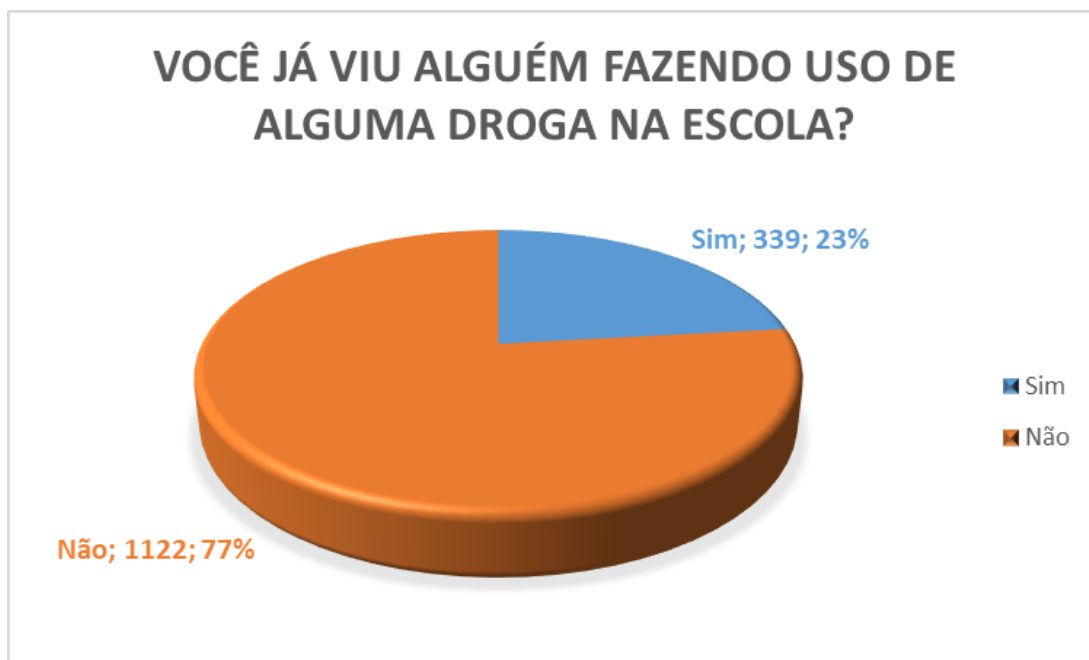
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 19 - Resultados Gerais das Escolas 1/5



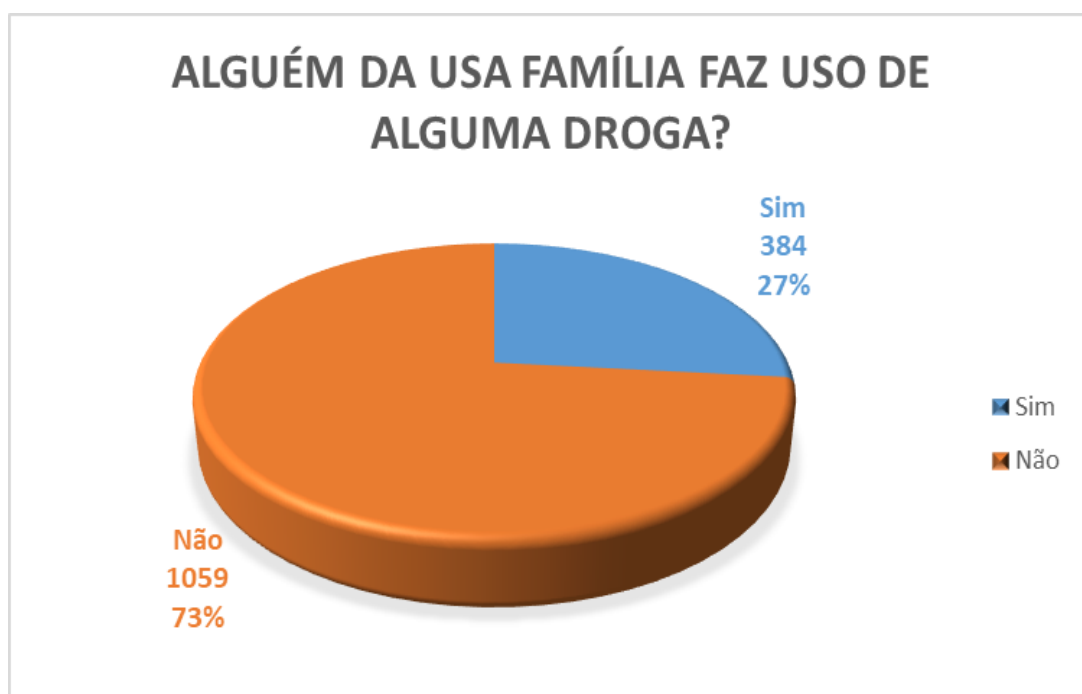
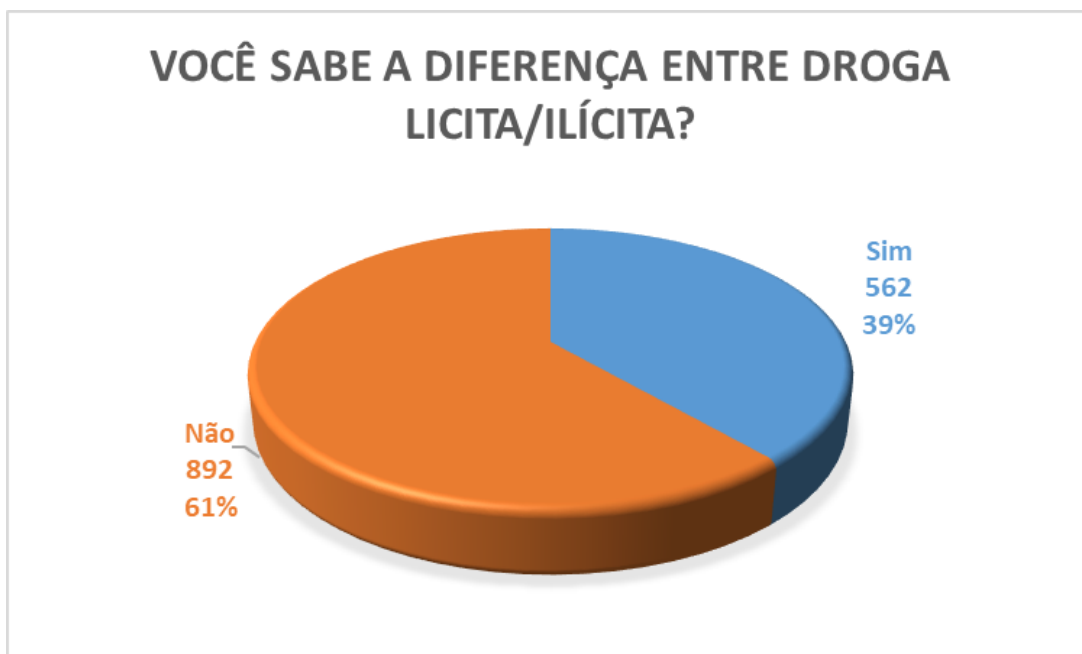
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 20 - Resultados Gerais das Escolas 2/5



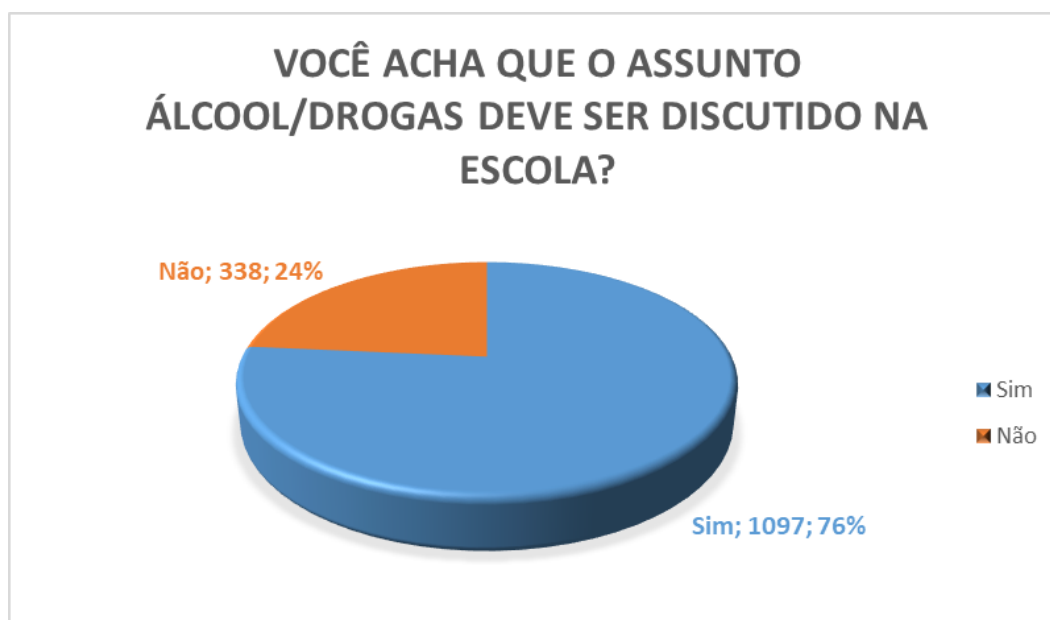
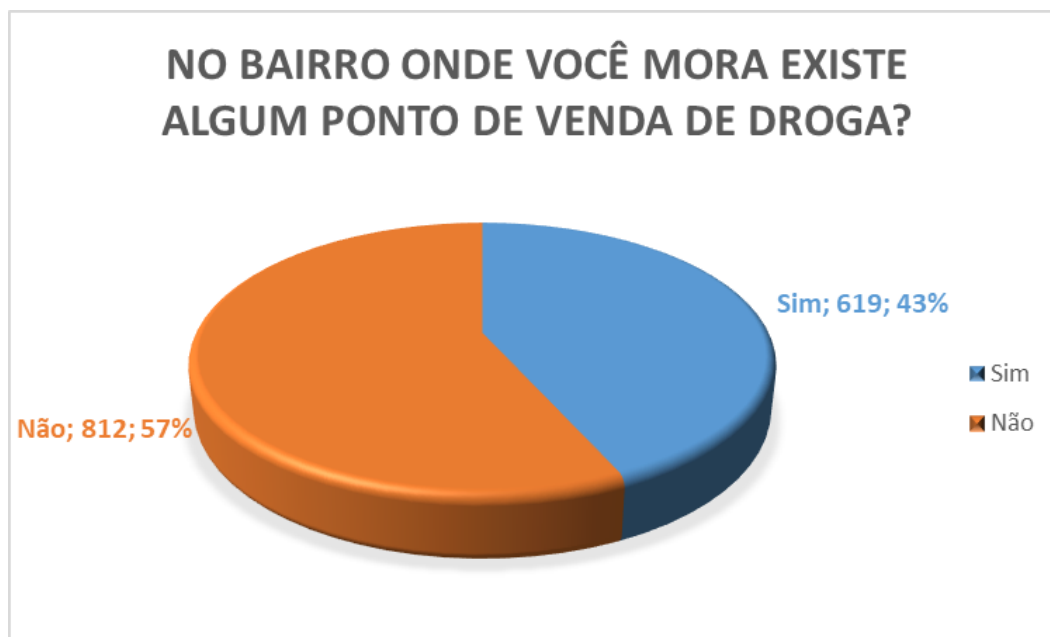
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 21 - Resultados Gerais das Escolas 3/5



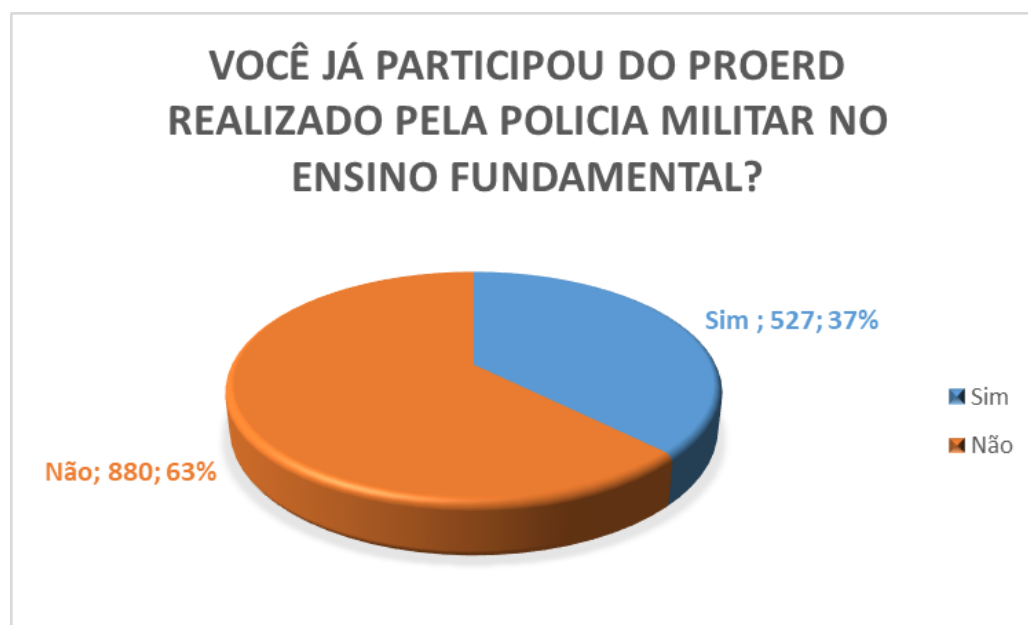
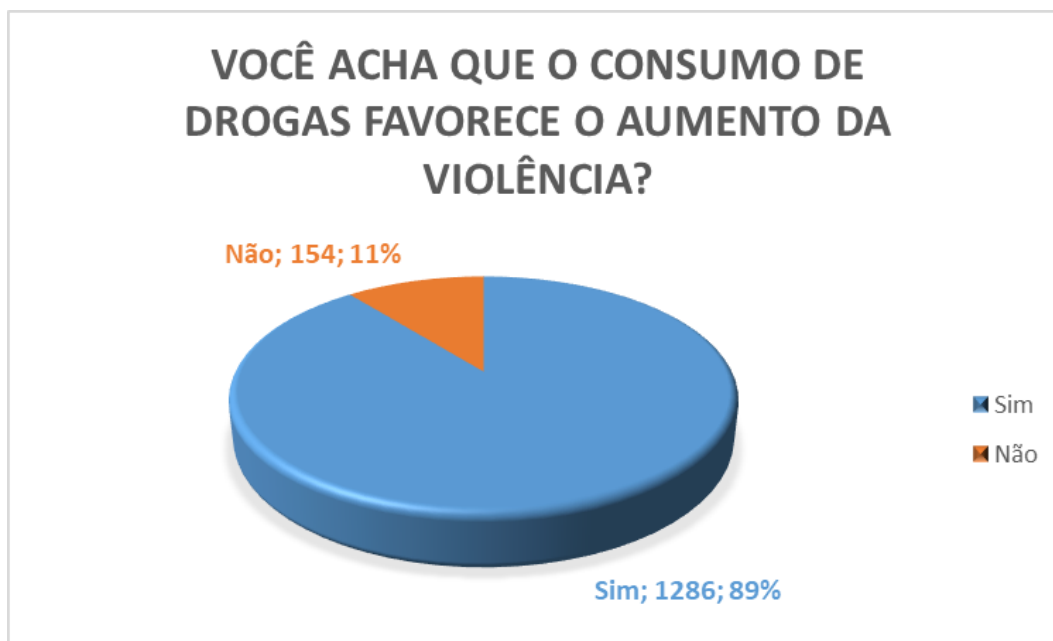
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 22 - Resultados Gerais das Escolas 4/5



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 23 - Resultados Gerais das Escolas 5/5



Fonte: Elaboração própria (2024).

Os números acima trazem uma estatística assustadora sobre o uso/consumo de drogas por alunos da Rede Municipal de Ensino de Corumbá. Números estes que podem ser ainda maiores se

levarmos em conta o fato de que a pesquisa foi realizada apenas no ensino fundamental II de 11 escolas, não sendo aplicada, portanto, com os alunos do período noturno.

O que podemos constatar com os dados desta pesquisa é que temos na REME um índice numeroso de alunos que já vivenciaram o uso de drogas e que muitos sabem que colegas fazem uso dentro da escola. Além disso, mais da metade dos entrevistados não sabe a diferença entre drogas lícitas e ilícitas. Logo, mesmo tendo o Proerd como mais um elemento de prevenção dentro das escolas, mais da metade nunca participou do programa, o que justifica o fato de que 11% deles acreditam que o uso de drogas não aumenta o índice de violência. Já quase um quarto dos alunos acredita que este assunto — drogas — não deve ser discutido dentro da escola.

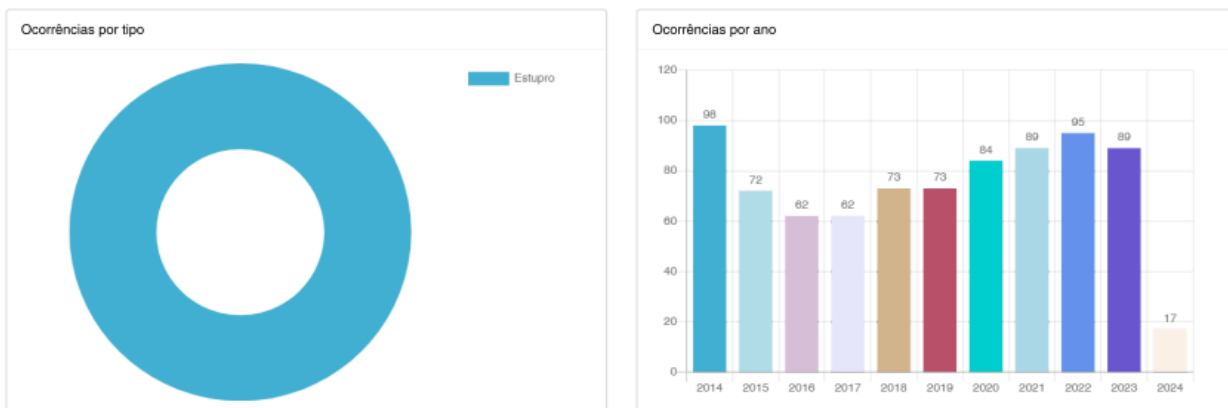
O fato de quase a metade dos entrevistados dizer que em seu bairro existe ponto de venda de drogas nos remete aos altos índices de criminalidade em nossa região, principalmente no que tange às apreensões de entorpecentes. Cada vez mais comuns nos bairros, as famosas "bocas" têm arrebanhado nossos jovens, fazendo com que eles iniciem cada vez mais cedo no mundo do álcool e outras drogas.

Com base na análise acima do presente trabalho, nota-se que o grande desafio atual na redução do consumo e do tráfico é conseguir chegar ao jovem antes que ele venha a ter contato com o mundo das drogas, antecipando-se à oferta e à procura de entorpecentes.

12. DADOS DA CRIMINALIDADE NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

A seguir, apresentamos um retrato singular dos dados que confirmam o aumento da violência no município de Corumbá-MS nos últimos 10 anos, obtidos junto à SEJUSP - Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Figura 24 - Ocorrência por tipo: Estupro



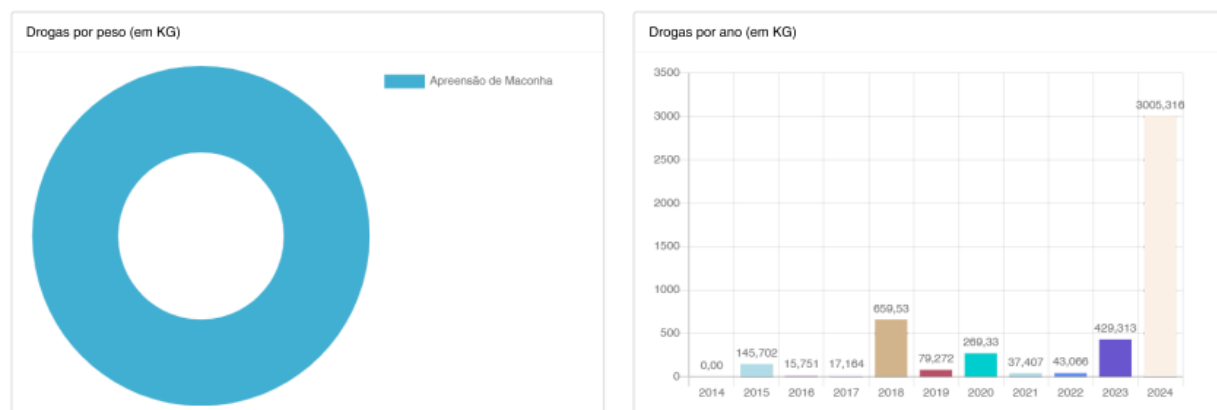
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 25 - Ocorrência por tipo: Arma de Fogo



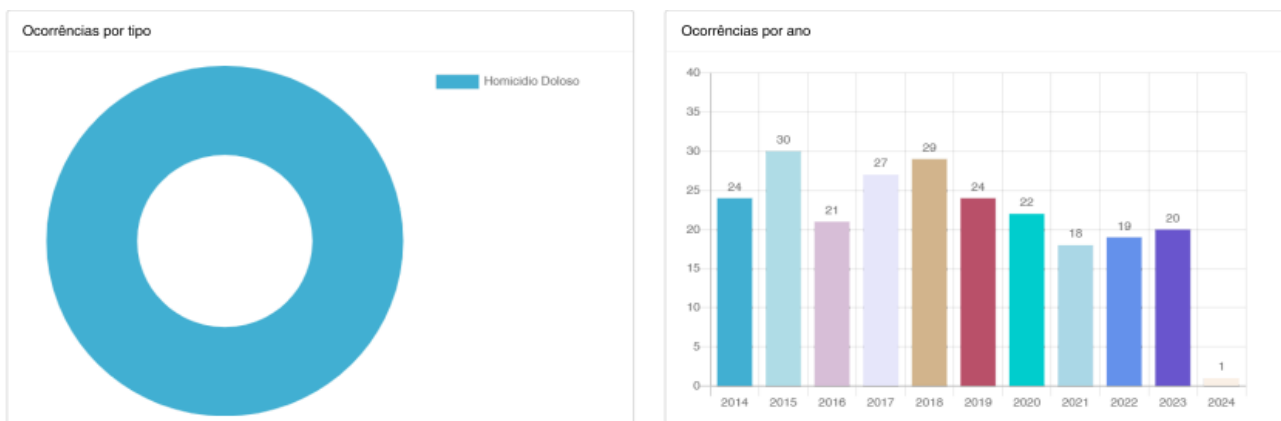
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 26 - Drogas por peso: Apreensão de maconha



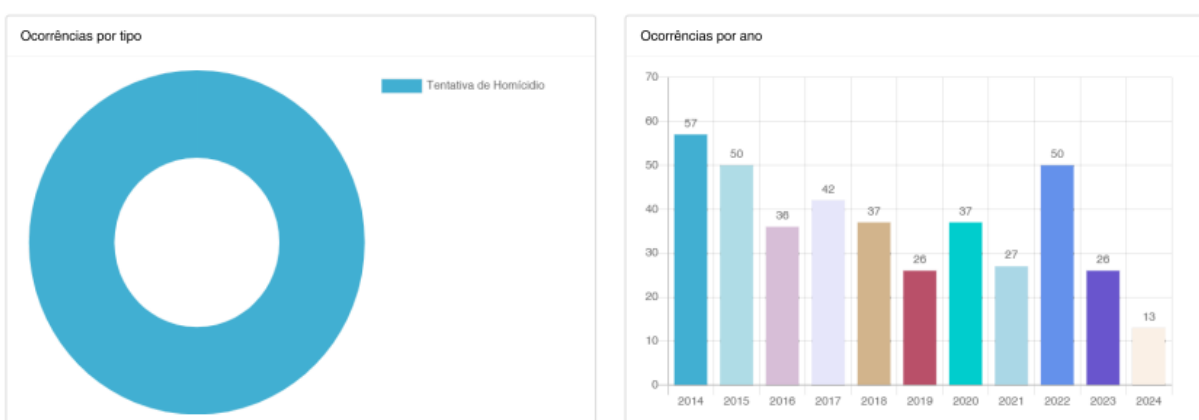
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 27 - Ocorrência por tipo: Homicídio doloso



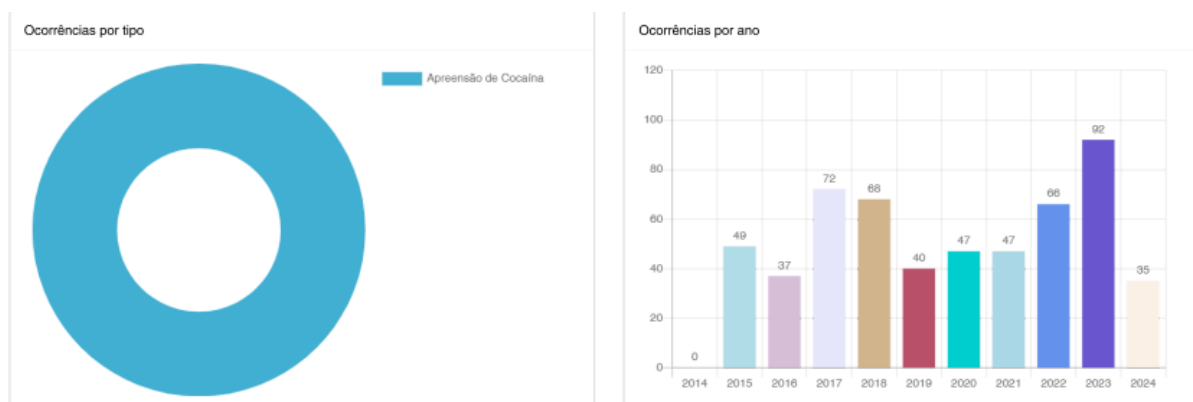
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 28 - Ocorrência por tipo: Tentativa de homicídio



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 29 - Ocorrência por tipo: Apreensão de cocaína



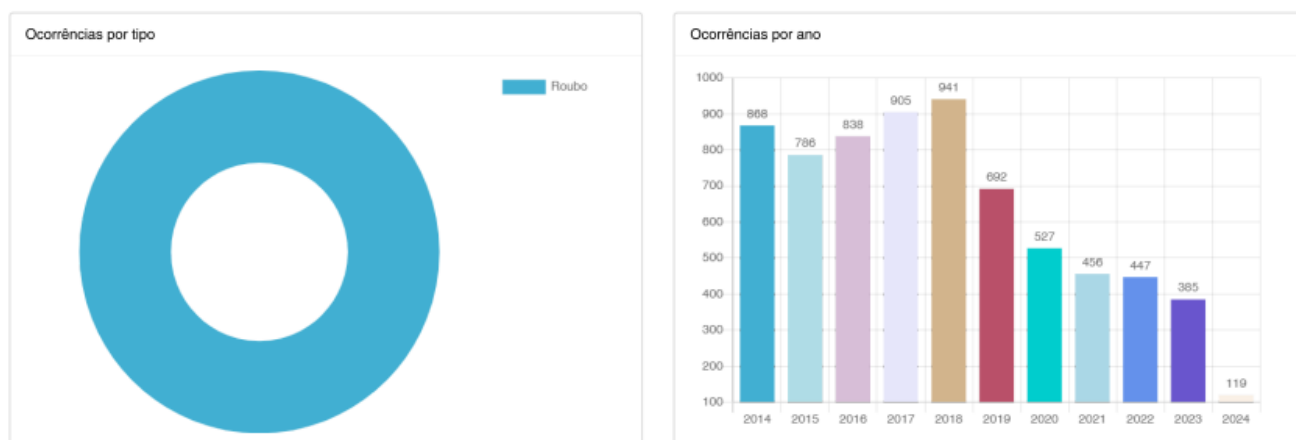
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 30 - Ocorrência por tipo: Suicídio



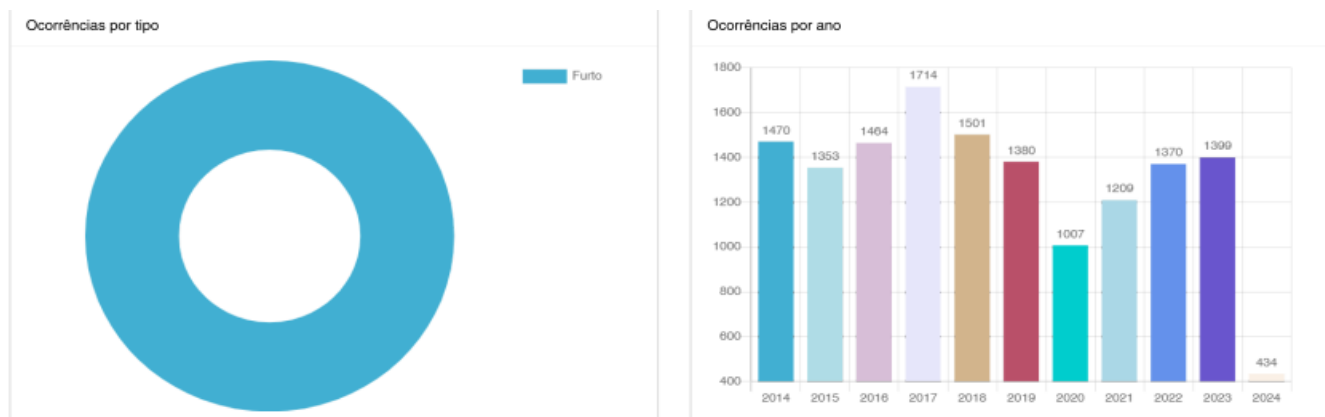
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 31 - Ocorrência por tipo: Roubo



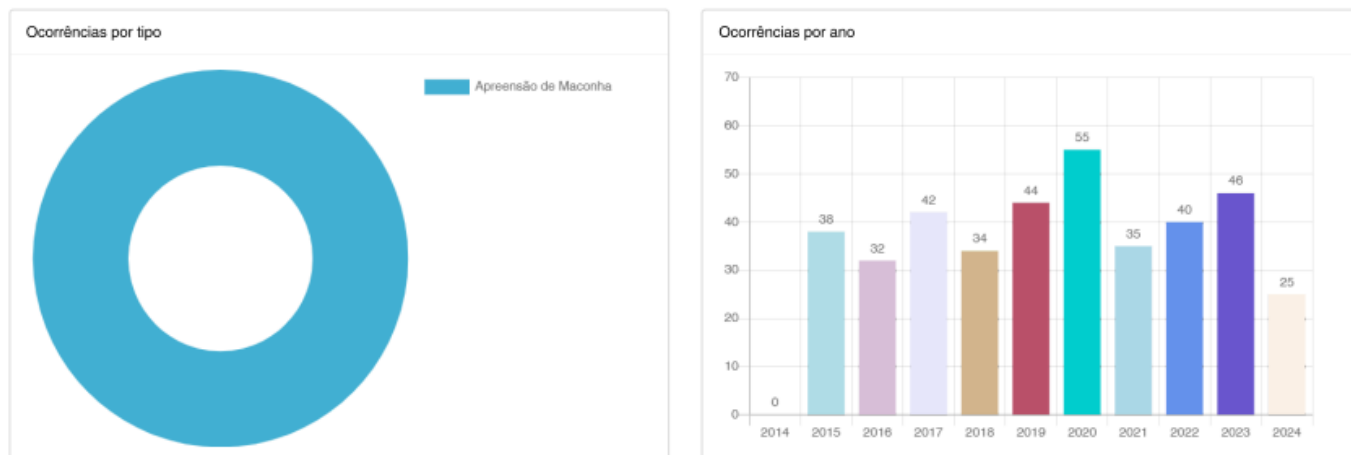
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 32 - Ocorrência por tipo: Furto



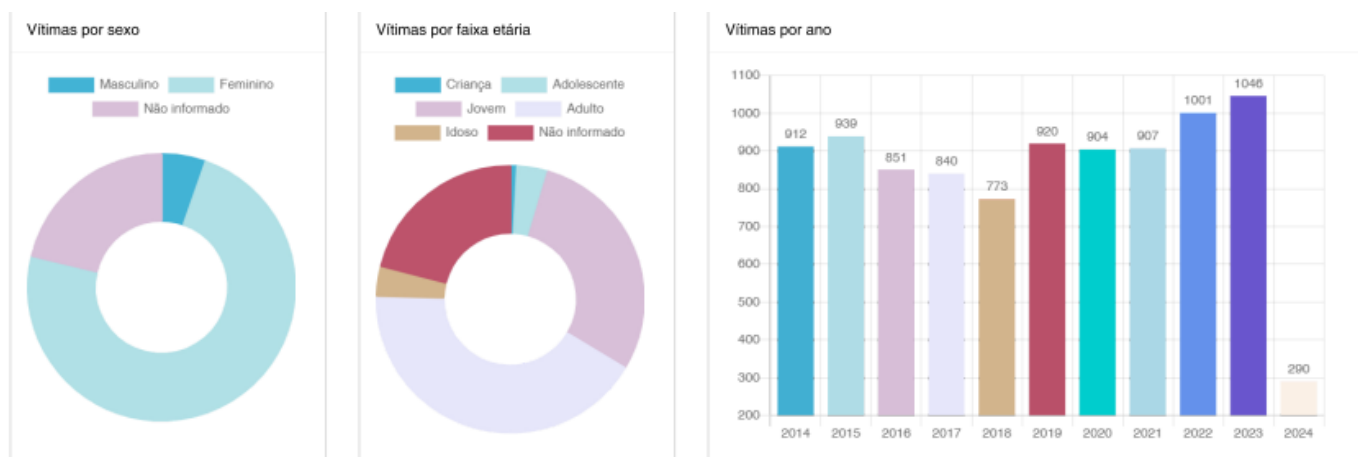
Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 33 - Ocorrência por tipo: Apreensão de maconha



Fonte: Elaboração própria (2024).

Figura 34 - Violência doméstica



Fonte: Elaboração própria (2024).

Com base na análise acima da presente pesquisa, nota-se que o grande desafio atual na redução do consumo e do tráfico é conseguir chegar ao jovem antes que ele venha a ter contato com o mundo das drogas, antecipando-se à oferta e à procura de entorpecentes. O esforço governamental, através das ações das polícias municipais, estaduais e federais, não tem surtido os efeitos desejados; portanto, uma política mais eficaz precisa ser implementada com urgência.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na presente pesquisa mostram que é necessário buscar um bom senso sobre o assunto e parar de tratar as drogas com receio e como apenas um problema de quem as consome; o problema é social. Ressalta-se que prevenção e diálogo devem caminhar juntos e que ainda são considerados os melhores caminhos para se evitar danos futuros, tanto para toda a sociedade quanto, principalmente, para o futuro do adolescente envolvido.

A perspectiva que a escola e os professores têm sobre a prevenção e o tema das drogas se resume a um problema a ser resolvido pela polícia, pois, de fato, ainda existem medos e receios por parte dos docentes, engessados no papel de ensinar conforme os moldes escolares passados. Esse fato nos remete à ideia de que, para esses profissionais, o tema da prevenção às drogas não diz respeito à educação, mas sim à polícia, como um caso de marginalidade. Portanto, a polícia estaria apta a lidar com assuntos relacionados às drogas e aos adolescentes que fazem uso/consumo.

Outrossim, este tema na escola requer muito mais do que um debate puramente pedagógico. Exige também que os profissionais da educação possuam condições pedagógicas adequadas para lidar com a temática, com o objetivo de uma prática educativa que impulse outras relações de prevenção e educação de crianças e adolescentes quanto ao uso/consumo de drogas. Não é tarefa apenas para uma pessoa ou instituição escolar, mas de toda a comunidade. Não se pode deixar o assunto estagnado por medo e receio, ou ainda como forma de transferir a culpa ou responsabilidade para outros.

Podemos entender que os fatores de proteção são de máxima importância para o acompanhamento do adolescente na fase inicial da vida. Desde a convivência com os parentes, sendo mostrado e aconselhado sobre o mundo de forma que entenda os efeitos nocivos das drogas, sendo eficaz, neste caso, o acompanhamento familiar, as amizades de seus parentes e, principalmente, o acompanhamento escolar, minimizando possíveis condutas errôneas entre os jovens.

Conclui-se, portanto, que o Município de Corumbá não apresenta uma política pública efetiva a respeito da temática sobre drogas. Há apenas a reativação do COMAD, que atua em parceria com o Programa de Práticas de Ações Educacionais na realização de palestras, de acordo com a disponibilidade dos membros, uma vez que todos ocupam outros cargos em diferentes setores. Conta ainda com o PROERD, que, também em parceria com o COMAD, conseguiu recursos para que o Programa continuasse a atender a Reme.

Grifa-se a importância de tratar este assunto efetivamente dentro das escolas, onde o professor, com a vivência no cotidiano escolar dos alunos, possa reiterar a importância de se manterem afastados do convívio com a droga, quebrando barreiras, tabus e ideias erradas de que drogas lícitas não causam grandes problemas.

Com base na análise acima do presente trabalho, nota-se que o grande desafio atual na redução do consumo e do tráfico é conseguir chegar ao jovem antes que ele venha a ter contato com o mundo das drogas, antecipando-se à oferta e à procura de drogas.

A prevenção ao uso de drogas nas escolas brasileiras é uma questão crucial que exige aprimoramento contínuo. Para isso, é fundamental que os programas de prevenção sejam baseados em boas práticas respaldadas por evidências científicas. Tais como:

- Oferecer cursos de qualidade para os profissionais envolvidos na implementação dos programas de prevenção, fornecendo-lhes as habilidades e conhecimentos necessários para executar as atividades de maneira eficaz;
- Desenvolver diretrizes nacionais de boas práticas em prevenção ao uso de drogas, que sirvam como referência para as escolas e orientem a implementação de programas eficazes, alinhados com as necessidades e realidades locais;
- Implementar políticas públicas que incentivem a adoção de programas de prevenção com base em evidências científicas, garantindo recursos e apoio para sua implementação e manutenção;
- Realizar estudos para avaliar a eficácia e a efetividade dos programas de prevenção em diferentes contextos, fornecendo dados que possam orientar a tomada de decisão dos gestores escolares na escolha de programas mais custo-efetivos e adequados às necessidades de sua comunidade.

Ao seguir essas diretrizes e investir em programas de prevenção baseados em evidências científicas, as escolas brasileiras podem contribuir significativamente para reduzir o uso de drogas entre os jovens e promover um ambiente escolar saudável e seguro.

O esforço governamental, através das ações das polícias municipais, estaduais ou federais, não tem surtido os efeitos desejados; portanto, uma política mais eficaz precisa ser implementada com urgência.

14. REFERÊNCIAS

- ALVES, V. S. **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas**. Cad. Saúde Pública, v. 25, n. 11, p. 2309-2319, 2009.
- ANDRÉ, M. E. D. D. de. **O que é um estudo de caso qualitativo em educação?** Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.
- ÁVILA, Maria Tâmara Porto de. **A função educativa na prevenção do consumo abusivo de drogas**. In: MEYER, Dagmar E. Estermann (org.). Saúde na Escola. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARROYO, Miguel González. **A construção social da infância**. In: _____. **Infância na ciranda da educação: uma política pedagógica para zero a seis anos**. Belo Horizonte: Cape, 1994, p. 11-17.
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 217 (III) A. Paris, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: acessado em 13 de março. de 2024.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Bardin, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977) .
- BECKER, H. S. **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988>. Acesso em: 24 nov. 2023.
- _____. **Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 nov. 2023.
- _____. **Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028079/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>. Acesso em: 30 de out. 2023.

_____. **Decreto nº 4.345, de 26 de Agosto de 2002.** Institui a Política Nacional Antidrogas.

_____. **Decreto nº 2.632, de 19 de Junho de 1998.** Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas.

_____. **Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010.** Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

_____. **Capacitação para comunidades terapêuticas** – Conhecer para cuidar melhor: Curso para líderes, voluntários, profissionais e gestores de comunidades terapêuticas. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2013.

_____. **Prevenção ao uso indevido de drogas:** capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias. 2. Ed., Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad.

BRITES, Cristina Maria. **Política de Drogas no Brasil: usos e abusos.** In: BOKANY, Vilma (Org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça proximidades e opiniões.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

BRUSAMARELLO, T.; SUREKI, M.; BORRILE, D.; ROEHRS, H.; MAFTUM, M. **A. Consumo de drogas: concepções de familiares de estudantes em idade escolar.** SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas, 2008.

CARNEIRO, H. **Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo.** In: VENÂNCIO, R. P.;

CARNEIRO, H. (Orgs.). **Álcool e drogas na história do Brasil.** São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

CASTILLO, Rosa María Torres del. **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes.** Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009.

Cerqueira-Santos, E., Melo Neto, O. C., & Koller, S. H. (2014). **Adolescentes e adolescências.** In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Orgs.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 17-27). Artmed.

CERUTTI, F., RAMOS, S. P. & Argimon, I.I.L. (2015). **A implicação das atitudes parentais no uso de drogas na adolescência.** *Acta Colombiana de Psicología*, 18 (2), 73-181. DOI: 10.14718/ACP.2015.18.2.15.

CESAR, M.R.A. **A invenção da “adolescência” no discurso psicopedagógico.** Dissertação de mestrado, UNICAMP, Faculdade de Educação, 1998, 133p.

CORUMBA. Lei nº 2.647, de 16 de outubro de 2018. Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas- COMAD, e dá outras providencias.

DAMAZIO, Reinaldo Luiz. **O que é criança.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

DOMANICO, A. **Craqueiros e cracados: bem-vindo ao mundo dos nóias! Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil.** 2006. 220 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias.** 2ª ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

DUBET, F. A l'école. **Sociologie de l'expériencescolaire.** Paris : Seuil, 1996.

ESCOHOTADO, A. **História General de Las Drogas.** 3. v. Madri: Alianza, 1995.

_____. **História Elemental de Las Drogas.** Barcelona: Anagrama, 1996.

_____. **História General de Las Drogas** – incluyendo El apêndice “Fenomenología de las Drogas”. Madrid: Espasa Calpe, 2002.

FONSECA, M. S. (2006). **Prevenção ao abuso de drogas na prática pedagógica dos professores do Ensino Fundamental.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro:Graal, 1979.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, M.V. (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais.** São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GASKELL, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático (pp.64-89). Petrópolis: Vozes. GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas.** *Revista Educação*, v. 26, nº 2, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3680/2078>. Acesso em: 3 mar. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOOTENBERG, P. **Cocaine: global histories.** Londres: Routledge, 1999.

GEFFRAY, C. Effects sociaux, économiques et politiques de la penetration du narcotrafic en Amazonie Bresiliene. Rapport d'activité, n.2, ORSTOM/CNPq/Museu Goeldi, 1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aumenta acesso de jovens a álcool e drogas, revela IBGE [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2016. Disponível em:

http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/08/26/interna_nacional,797707/aumenta-acesso-de-joovens-a-alcool-e-drogas-revela-ibge.shtml

LEITE, M. C.; ANDRADE, A. G. **Cocaína e Crack – Dos Fundamentos ao Tratamento**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Estampa, 1978.

LIMA, R. C. C. **Uma história das drogas e do seu proibicionismo transnacional: relação Brasil-Estados Unidos e os organismos internacionais**. 2009. 365 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, R. (2002). **O envolvimento das famílias no processo educativo: Resultados de um estudo em cinco países**. Retirado em 12 de março 2024, de <http://www.eses.pt/usr/Ramiro/Texto.htm>.

MARTINO, L. **Teoria das mídias digitais. Linguagens, ambientes e redes**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. **A relação entre a iniciação do uso drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei**. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 05, p. 1112-1120, maio. 2008.

MARTINS, Jose de Souza. **A infância breve na sociedade indiferente**. O Estado de São Paulo, 3 dezembro 2006. Caderno Aliás, p. 14.

MATO GROSSO DO SUL. Lei nº 2.647 de 16 de outubro de 2018 - **Dispõe sobre o Conselho Municipal Antidrogas - COMAD, e dá outras providências**. Disponível em: <http://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/detalhes/71>. Acesso em: 20 de jul. de 2019.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

MENDES, A. M., FERREIRA, M. C. & Cruz, R. M. (2007). **O diálogo psicodinâmica, ergonomia, psicometria**. In A. M. Mendes (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método, pesquisas** (pp. 89-110). São Paulo: Casa do Psicólogo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998

MINAYO, M. C. de S. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 9-29.

Minha Corumbá. Disponível em: <<https://corumba.ms.gov.br/Minha%20Corumba%C3%A1>>. Acesso em: 20 set.2023.

MYERS, David G. **Psicologia Social**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NEOTTI, F. C. **Santo Antônio do Largo da Carioca, 400 anos de História. Cidade do Vaticano: L'Osservatore Romano**. Ano XXXIX, nº. 8 (1992), 23 de fevereiro de 2008, página 5. Tradução e Impressão Editora Santuário, Aparecida -SP.

NOGUEIRA, M. A. **Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. Educação e Realidade**. v. 31. n. 2, p. 155-169, jul./dez. 2006.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OLIVEIRA, Emanuelle. *Conceito de infância*. Infoescola. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/conceito-de-infancia/>. Acesso em: 21 fev. 2024.

PISANI, Elaine Maria. **Temas de psicologia social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PORTAL BRASIL. **Revolução industrial**. Disponível em:

http://www.portalbrasil.net/historiageral_revolucaoindustrial.htm Acesso em 15 fev. 2024.

POCHMANN, M. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil**. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Org.). *Juventude e sociedade: trabalho, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 217-241, 2004.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico: um esboço histórico**. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

SAVOIA, Mariângela Gentil. **Psicologia social**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

SILVA, K. L. da; DIAS, F. L.A.; VIEIRA, N.F.C.; PINHEIRO, P. N. da C. **Reflexões acerca do abuso de drogas e da violência na adolescência**. Escola Anna Nery Revista Enfermagem;

SILVA, A. L. G. **Concorrência sob condições oligopolísticas: contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados**. Campinas: Unicamp, 2010.

SOUZA, N. (Org.). **Catolicismo em São Paulo - 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo, 1554 a 2004**. São Paulo: Paulinas. 2004.

SOUZA, M. B. **Capitalismo e clandestinidade: os subcircuitos ilegais da economia urbana metropolitana**. 2007. (Dissertação) Mestrado em Desenvolvimento Econômico – Área de concentração: Economia Regional e Urbana. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA, M. E. do P. *Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar*. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Paraná. 2009.

STREY, Marlene Neves (Org.). **Psicologia Social Contemporânea**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNDCP. *World Drug Repport* London; New York: Oxford University Press, 1997.

Valle LELR, Mattos MJVM. *Adolescência: as contradições da idade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak Editora; 2010.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

WOODIWISS, M. **Capitalismo Gângster: quem são os verdadeiros agentes do crime organizado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Imaginação e criação na infância**. São Paulo: Ática, 2009.

ZALUAR, A. M.; ALVITO, M. (Org.) *Um século de favela* 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.1997.